Abrir portas onde se erguem muros Director: David Pontes **Quarta-feira, 11 de Setembro de 2024** • Ano XXXV • n.º 12.550 • Diário • Ed. Porto • Assinaturas 808 200 095 • **1,50€**

Única audição em seis anos O que os partidos querem saber de Lucília Gago

Destaque, 2/3

Nagisa Oshima Um ciclo de cinema para lutar contra o conservadorismo do século XXI

Cultura, 28/29

Espaços para várias artes Uma sala em Penafiel para descentralizar a cultura e expandir a cidade

Local, 18

OE quase indiferente ao impacto de novas medidas anunciadas e em vigor

As novas previsões do Governo para 2025 para a economia e para as contas públicas são semelhantes às de Abril, antes da aprovação e anúncio de medidas como o alívio do IRS e a subida de salários **Política, 8/9**

RUI GAUDÊNCIO

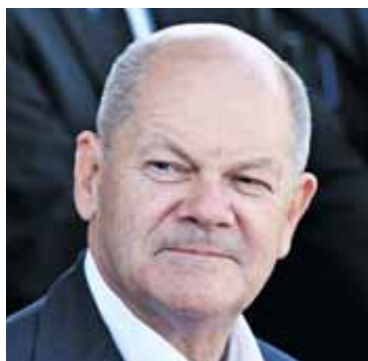
Vale de Judeus Ministra fala em "cadeia sucessiva de erros e falhas graves"

Sociedade, 12/13

Novo ano lectivo 248 professores destacados podem voltar às escolas

Sociedade, 14/15

União Europeia Reposição do controlo de fronteiras só em "último recurso"

Numa reacção ao anúncio de Olaf Scholz, a porta-voz da UE para as migrações deixou um aviso à Alemanha **Mundo, 20/21 e Editorial**

Medida do executivo IRS Jovem cava diferença entre trabalhadores com salário igual

A proposta de IRS Jovem beneficia quem mais recebe, ao diferenciar taxas pela idade, revelam simulações da PwC **Economia, 24/25**

ISNN-0872-1556

DANIEL ROCHA

Megaprocessos, escutas, segredo: o que os partidos querem saber

A um mês da sua saída, Lucília Gago é ouvida hoje no Parlamento, pela primeira vez em seis anos. Sem casos concretos, mas com *Operação Influencer* como elefante na sala

Maria Lopes

Megaprocessos, segredo de justiça e a sua violação, morosidade, escutas, cultura de transparência e comunicação: um mês antes do final do seu mandato como procuradora-geral da República, Lucília Gago vai pela primeira vez à Assembleia da República falar sobre o trabalho do Ministério Público (MP) e também sobre a sua liderança. A apresentação do relatório anual sobre a actividade do MP foi o subterfúgio encontrado pelos partidos para chamarem a responsável máxima do MP à comissão parlamentar de Assuntos Constitucionais, depois de oito meses de polémicas sobre a sua forma de (não) comunicar e a redoma em que Lucília Gago exerceu o seu mandato nestes seis anos.

O caderno de encargos com que os partidos querem hoje confrontar Lucília Gago está alinhavado há quase seis meses quando, com a saída de António Costa do cargo de primeiro-ministro e a insistência com que os socialistas criticavam a demora na sua audição pelas entidades judiciais, se foram juntando as vozes de quem defendia que a procuradora-geral devia mesmo dar explicações públicas sobre a forma de actuar do MP. Vindas da esquerda e da direita, incluindo o ex-líder do PSD Rui Rio, e até o presidente da AR, que deixou uma espécie de "convite" público para que Lucília Gago ali fosse falar aos deputados. Em vão.

A PGR preferiu a televisão e no início de Julho concedeu uma entrevista à RTP1, onde ainda incendiou mais a discussão ao falar numa "campanha orquestrada" contra o MP, na qual "se inscrevem pessoas que têm ou tiveram responsabilidades de relevo na vida da nação" — incluindo a ministra da Justiça, que a acusara, numa entrevista, de falta de capacidade de liderança e de comunicação — e afirmou-se desagradada com as declarações do Presidente da República sobre o alegado "maquiavelismo" na coincidência de calendários da investigação do caso das gémeas e da *Operação Influencer*.

O BE e o PAN foram os proponentes dos pedidos de audição de Lucília Gago que foram aprovados no

início de Julho – só o Chega se absteve. O líder bloquista Fabian Figueiredo justifica o pedido com o que diz ser uma "necessidade, na sociedade portuguesa, de debate sobre a Justiça, mas também sobre a condução da política criminal e a acção da tutela penal" e aponta que a actualidade dos últimos meses levanta uma "legítima preocupação" acerca da reflexão sobre o sector.

PGR trará propostas?

"Desde 2000, todos os procuradores-gerais estiveram no Parlamento, e é natural que assim seja", realça. Alguns até por motivos idênticos aos de Lucília Gago, mas sempre sem falarem de casos concretos. Fabian Figueiredo defende que estas audições são importantes para dar "contributos ao legislador" sobre aspectos centrais da política de investigação, por exemplo, como lidar com a existência de megaprocessos, contrariar a morosidade da justiça, "perceber se os prazos dos inquéritos devem ser indicativos" ou se há questões que possam ser revistas.

Citando o ex-procurador Cunha Rodrigues, que considerou que "o país tem um problema com as escutas" por haver um recurso excessivo a este meio que põe em causa o "princípio da proporcionalidade", o deputado do Bloco afirma que é preciso perceber se o recurso a este "meio intrusivo de investigação e de prova" é usado de forma excepcional ou se há um uso generalizado (e abusivo). Fabian Figueiredo tenciona abordar também o "problema antigo" da violação do segredo de justiça e saber se e como a justiça "precisa de comunicar melhor".

A intenção do BE é perceber qual a percepção de Lucília Gago sobre estas questões e se a responsável do MP tem propostas de melhoria para deixar aos deputados.

Pelo PS, a deputada Cláudia Cruz Santos adianta que se irá concentrar "na acção penal do Ministério Público, sem fazer perguntas sobre processos concretos", em respeito pela autonomia. Mas avisa que os socialistas pretendem "deixar claro que o MP está sujeito a escrutínio como todas as entidades públicas, incluindo sobre a sua cultura de direitos fundamentais".

Desde 2000 todos os procuradores-gerais estiveram no Parlamento, e é natural que assim seja

Fabian Figueiredo
Líder parlamentar do BE

PS quer estatísticas

Olhando para o relatório sobre a actividade do MP em 2023, a deputada socialista considera que há "aspectos importantes que estão omissos". Exemplos? O PS vai querer saber, por exemplo, qual a duração média dos processos e das detenções, mas também sobre a aplicação de medidas de coacção. Cláudia Cruz Santos não especifica, mas o caso mais evidente foi o do processo da Madeira, com detidos durante três semanas à espera que o juiz determinasse as medidas de coacção, acabando por mandar libertar todos. A parlamentar socialista, que se queixa do "tempo curtíssimo para perguntas" – para o PS serão menos de 10 minutos divididos por duas rondas –, diz que "o relatório tem números sobre medidas de coacção mas não sobre medidas cautelares de detenção, não se sabendo quantidade nem duração média [a lei prevê 48 horas]".

Ainda nas estatísticas, o PS quer também saber números sobre os processos em segredo de justiça e os casos de violação. E ainda sobre os meios ao dispor do MP: Cláudia Cruz Santos assinala que o relatório aponta um aumento de magistrados entre 2022 e 2023 – esta será a tentativa de os socialistas mostrarem que deram condições ao MP para investigar.

Como que aplacando possíveis críticas sobre a falta de competência do Parlamento para inquirir Lucília Gago, o comunista António Filipe salienta que, "apesar de a PGR não responder politicamente perante a Assembleia da República", a audição é "inteiramente justificada" porque os dois órgãos "respondem perante o povo" – em especial o Parlamento, que deve fazer este escrutínio. Ainda assim, garantindo que o PCP irá respeitar a "salvaguarda de questões de princípio como a autonomia do Ministério Público", diz que irá basear a sua inquirição em torno de questões relacionadas com o relatório de actividades, mas também preocupações motivadas pelas polémicas recentes – entenda-se, por exemplo, as violações do segredo de justiça ou morosidade dos processos. "Mas não nos vamos posicionar nos extremos deste debate, como os que acham que houve golpe de Estado ou campanha orquestrada contra o MP. Recusamos essas barricadas", promete o deputado.

Pelo PSD, será a deputada e vice-presidente da bancada Andreia Neto a interpelar Lucília Gago, porém, não quis antecipar os temas que pretende abordar. Os restantes partidos não responderam em tempo útil.

Novo PGR vai ser discutido em Belém

Apesar da contestação de todos os quadrantes e de até o ex-presidente do PSD Rui Rio ter defendido que a procuradora-geral da República devia ser demitida, Lucília Gago acaba por cumprir até ao fim o seu mandato de seis anos, que termina q12 de Outubro. Ao contrário do que aconteceu com Joana Marques Vidal em 2018, em que a possibilidade da sua recondução esteve em cima da mesa, já se sabe que a actual PGR não verá o mandato renovado. Seja porque em 2018 o Presidente da República admitiu que partilhava com o então chefe do Governo, António Costa, a opinião de que o mandato deveria ser único, como pelo facto de Marcelo Rebelo de Sousa já ter afirmado publicamente que vai tratar do assunto da sucessão com o primeiro-ministro na audiência desta semana.

O Presidente até foi mais longe: apesar de a Constituição apenas estipular que a nomeação do procurador-geral é competência do chefe de Estado sob proposta do Governo, remeteu para Montenegro a decisão de partilhar ou não propostas de nomes com os partidos. Há alguns meses, as declarações da ministra da Justiça sobre a necessidade de se encontrar alguém que "ponha ordem na casa" levantaram celeuma.

Questionados pelo PÚBLICO sobre que perfil deve então ter quem venha a ocupar o cargo, PS e PCP recusaram assumir tal tarefa. Os socialistas consideram que seria uma "indelicadeza institucional" misturar a audição e a sucessão, e os comunistas remetem a responsabilidade pela escolha de "uma personalidade à altura da função" para as competências constitucionais de Governo e Presidente. O BE defende apenas que deve ser alguém "sintonizado com os princípios constitucionais". Fabian Figueiredo acrescenta que o BE está aberto à reflexão sobre a introdução de um escrutínio prévio pela Assembleia através de uma audição antes da nomeação, como acontece com os nomes candidatos, por exemplo, aos conselhos superiores do Ministério Público e da Magistratura.

Mandato quase a terminar

As falhas de Lucília Gago e os problemas incontornáveis da Justiça

Mariana Oliveira

Esta manhã a procuradora-geral da República, Lucília Gago, vai ser ouvida na comissão parlamentar dos Assuntos Constitucionais, a poucas semanas de Lucília Gago terminar o seu mandato de seis anos. O PÚBLICO compilou uma lista de questões incontornáveis.

Falta de liderança

Em vários processos mediáticos, como o caso em que o ex-primeiro ministro António Costa é suspeito ou nos inquéritos de corrupção na Madeira, foram várias as vozes que se levantaram a acusar a procuradora-geral da República, Lucília Gago, de falta de liderança. O Ministério Público (MP) é uma magistratura hierarquizada que é dirigida pela procuradora-geral da República e por um órgão colegial presidido por esta, o Conselho Superior do Ministério Público. A maioria dos processos mediáticos corre no Departamento Central de Investigação e Acção Penal (DCIAP), que concentra a criminalidade complexa, organizada e violenta. É um departamento que está directamente dependente da procuradora-geral, tendo sido o respectivo director nomeado pelo conselho superior por proposta de Gago. O acompanhamento que este dirigente fará dos inquéritos sensíveis que lá correm é descrito como formal. E a procuradora-geral, por sua vez, nunca terá feito reuniões de trabalho com os procuradores do DCIAP para acompanhar o desenrolar dessas investigações, ao contrário do que era prática da sua antecessora, Joana Marques Vidal. Esta normalmente fazia uma reunião mensal com procuradores do DCIAP, sendo igualmente visita regular nos restantes departamentos do MP.

Excesso de escutas?

O facto de se ter ficado a saber que alguns governantes como o ex-ministro das Infra-Estruturas João Galamba, que foi secretário de Estado com a pasta da energia desde 2018 até Janeiro do ano passado, tinham estado pelo menos dois anos sob escuta, levou muitos a interrogar-se sobre se o Ministério Público estaria a recorrer em excesso às intercepções telefónicas. Tal pode ser defendido em determinados casos, mas os dados estatísticos existentes – que apenas contabilizam os aparelhos escutados, um conceito diferente de pessoas escutadas – parecem indicar o contrário, contabilizando uma descida de 27% em seis anos, segundo números dos relatórios anuais de segurança interna. Depois de sete anos consecutivos a descer, em 2023, o número de alvos subiu de 10.268 para 10.563 (mais 2,9%), um aumento ligeiro mesmo assim muito longe do pico de aparelhos interceptados que se verificou em 2015, ano em que o sistema tutelado pela PJ registou 15.441 alvos.

Problemas de comunicação e falta de recursos

O silêncio muitas vezes adoptado pela procuradora-geral da República, Lucília Gago, ou o recurso a uma estratégica de comunicação ineficaz foi uma das críticas mais repetidas. Adoptou sempre uma postura formal e distante tanto relativamente aos magistrados que tutelava como à comunicação social. Ao longo de seis anos deu uma única entrevista, à RTP, em Julho passado, já sob pressão. Nunca criou uma relação próxima com a classe que liderava, mantendo-se habitualmente fechada na sua torre de marfim, a Procuradoria-Geral de República. Já bem depois do auge da pandemia – altura em que desapareceu – continuava a fazer as reuniões do Conselho Superior do Ministério Público à distância, no que era entendido por alguns membros como uma forma de bloquear eventuais tomadas de posição críticas por sectores não-alinhados. A falta de recursos humanos e técnicos não apenas dentro do Ministério Público, mas no sistema judicial é talvez a questão que mais vezes Lucília Gago abordou publicamente. Em Julho, a procuradora-geral denunciava que faltavam 400 funcionários judiciais no MP, o que explicava "os mais de 900.000 actos processuais por realizar, nestes incluindo o cumprimento de despachos interlocutórios e finais". Nessa altura, Lucília Gago falou do "tremendo alongamento no tempo das greves de funcionários judiciais". Outro dos lamentos é a falta de consagração da autonomia financeira do MP.

Depois de vários anos a descer, em 2023 o número de alvos de escutas apresentou uma subida ligeira

Espaço público

Não é a morte de Schengen, mas é um mau sinal

Editorial

Andreia Sanches

Estas medidas desviam recursos das fronteiras externas, têm impacto económico, criam divisões e fragilizam algo que faz parte do melhor que tem a UE

A Alemanha foi um dos cinco Estados a assinar em 1985 o Acordo de Schengen, com a Bélgica, a França, o Luxemburgo e os Países Baixos. Foi o primeiro passo para um processo que deu origem àquilo que é hoje o espaço Schengen – um espaço de livre circulação, sem controlos fronteiriços internos, que orgulha os cidadãos europeus, como mostram vários inquéritos de opinião, e que é um claro trunfo económico.

Na segunda-feira, o Governo alemão anunciou a reposição temporária de controlos em todas as suas fronteiras terrestres, incluindo França, Luxemburgo, Países Baixos, Bélgica e ainda a Dinamarca. Os que já se tinham reintroduzido nos últimos tempos nas fronteiras com a Áustria, Polónia, República Checa e Suíça prosseguirão. A medida é justificada pelo executivo liderado por Olaf Scholz com a necessidade de travar a imigração irregular e de proteger os cidadãos da ameaça do terrorismo islâmico. E acontece poucos dias depois de um partido de extrema-direita ter conseguido, pela primeira vez no pós-guerra, vencer umas eleições estaduais – que, por sua vez, aconteceram apenas uma semana depois de um ataque à faca perpetrado por um requerente de asilo supostamente pertencente ao Daesh.

A AfD ganhou na Turíngia e o rosto dessa vitória é uma das figuras mais extremistas do partido, que usa expressões nazis nos seus discursos. Já os partidos da coligação nacional liderada por Scholz tiveram fracos resultados. Por isso, é impossível não encarar este anúncio como uma reacção à extrema-direita e aos seus temas, uma medida eleitoral, e não racional. Dificilmente alguém acredita que é com controlos à beira da estrada, por mais "inteligentes" que sejam, que se elimina a possibilidade de atentados à faca ou se alcança o objectivo de ter fluxos migratórios mais regulados – há um pacto europeu para as migrações para isso, recente, que pode e deve ser melhorado.

Não é só a Alemanha. França, Áustria, Itália, Eslovénia são alguns dos que têm feito o mesmo. O que está previsto ser uma medida só para casos excepcionais é-o cada vez menos. Até pode servir para tentar competir com os ruidosos discursos securitários, mas está por provar que resolva algum problema.

A Comissão Europeia tem manifestado preocupação, pedindo antes que os países cooperem mais entre si em matéria de segurança. É que estes controlos desviam recursos da gestão das fronteiras externas, têm consequências económicas negativas, arriscam criar divisões no seio da UE. E fragilizam algo que faz parte do melhor que tem o projecto europeu.

CARTAS AO DIRECTOR

O que eles devem fazer

As direcções dos dois grandes partidos, PSD e PS, bem podem dispensar os seus assessores no que se refere às posições a tomar quanto ao Orçamento do Estado. Os artigos "Uma questão de confiança", de António Barreto (a 7/9), e "Vamos mesmo jogar à roleta russa?", de Pedro Norton (a 10/9), indicam tudo quanto se deve fazer para evitar uma enorme crise política neste país, que seria um desastre nacional, sendo que, politicamente, estes dois partidos seriam quem mais iria perder. Ao cairmos em novas eleições, o país entraria numa situação de ingovernabilidade ainda mais complicada do que a que já existe hoje. Como se tem verificado por essa Europa, estes dois partidos veriam a sua representatividade ainda mais reduzida em favor de uma maior fragmentação partidária cada vez mais radical. Não é preciso mais, basta ver o que está a acontecer em França e o que se passou nas eleições regionais na Alemanha. Será que Portugal vai ficar condenado ao mesmo? Só um acordo razoável sobre o OE nos pode livrar desse flagelo.
António Barbosa, Porto

"Não tenham filhos, tenham cães e gatos"

Não posso deixar de felicitar vivamente a jornalista Ana Sá Lopes pelo excelente texto dado à estampa no PÚBLICO, no pretérito dia 9. Coitadinhos dos pais que estão sofrendo de uma nova maleita que é o "*burnout* parental"... Ao que chegámos! Indubitavelmente que, como escreve a jornalista, "o peso que os pais põem em si (...) conduziu-nos à situação de quebra de natalidade que vivemos hoje". É certo que os baixos salários, a carestia de vida e a dificuldade em arranjar casa ou pagar o aluguer de caríssimos apartamentos desestimula e dissuade, de certa forma, quem pretenda ter filhos. No entanto, no ominoso regime do Estado Novo tudo era difícil, os pais lutavam contra todas as adversidades e, no entanto, os filhos "vinham ao mundo" e eram desejados e tratados com todo o amor, carinho e sacrifício. Cresciam, viam e sentiam as dificuldades da vida, lutavam e "faziam-se" homens. Também já existiam cães e gatos, mas não se "humanizavam" de forma ridícula como se faz hoje. (...) Hoje vivemos numa sociedade animalizada, numa sociedade zoófila nas suas mais variadas formas de zoofilia. Serão realmente as dificuldades da vida, a solidão, o niilismo e o solipsismo a causa desta forma de viver?
António Cândido Miguéis, Vila Real

Intuição política: ter ou não ter

Talvez não por acaso, apareceu publicado em meio de comunicação (*Executive Digest* de 9/9) um artigo com o título "Quem são as vozes que aconselham Montenegro". Ficamos a saber que o líder parlamentar do PSD, Hugo Soares, é a pessoa mais próxima de Montenegro e aquele que o primeiro-ministro ouve com mais atenção, para além de um núcleo duro do Governo, com Paulo Rangel à cabeça. Hoje em dia, nenhum executivo passa sem um responsável pela coordenação da informação, que, no caso do Governo, é Pedro Esteves, cujo lema, diz a revista, é "só faz sentido comunicar quando há alguma coisa para comunicar".

Mesmo com tantos e bons conselheiros, dificilmente Montenegro conseguirá apagar do seu currículo o desastre de comunicação, para si e para o Governo que lidera, que foi a última semana. A imagem de Montenegro a cruzar o Douro, equipado a rigor e a "participar" nas buscas dos desaparecidos do acidente de helicóptero, vai ficar nos anais dos maiores erros comunicacionais que um líder pode cometer. Pior, só o silêncio ensurdecedor do Governo nos dias que se seguiram à risível fuga de Alcoentre, que deixou o país sem saber se havia de rir ou chorar. Mas, lá está, o Governo só deve falar quando tem algo para comunicar (*spin doctor dixit*) e, neste caso da fuga, parece que não tinha mesmo nada para dizer.
J. Sequeira, Lisboa

Tanta irresponsabilidade é de mais

Os casos sucedem-se e repetem-se ao longo dos anos neste meu querido Portugal e, na totalidade ou maioritariamente, ninguém é responsável, ninguém é demitido ou condenado. Por exemplo, e como agora se soube, a cerca eléctrica da cadeia de Vale de Judeus estava desligada há muito tempo porque deitava a luz abaixo. Ninguém é responsável? Brincamos ou quê? Chega de brincadeira. Chega de incompetência. Chega de irresponsabilidade. Tanto temos de muito bom como de incompetência total. Este estado de coisas tem muitos e muitos anos porque nós detestamos prevenir e resolver o que é necessário, a não ser que a tal nos obriguem. Demasiado triste, mas é a realidade.
Manuel Morato Gomes, Senhora da Hora

As cartas destinadas a esta secção têm de ser enviadas em exclusivo para o PÚBLICO e não devem exceder as 150 palavras (1000 caracteres). Devem indicar o nome, morada e contacto telefónico do autor. Por razões de espaço e clareza, o PÚBLICO reserva-se o direito de seleccionar e editar os textos e não prestará informação postal sobre eles cartasdirector@publico.pt

A opinião publicada no jornal respeita
a norma ortográfica escolhida pelos autores

ESCRITO NA PEDRA

Não pode haver senão vantagem num acordo e prejuízo num conflito
André Gide (1869-1951), escritor francês

O NÚMERO

70

Os preços do petróleo prolongaram ontem a sua tendência de queda e fixaram-se abaixo dos 70 dólares por barril, o que acontece pela primeira vez desde 2021

A Graça

Ainda ontem

Miguel Esteves Cardoso

A Graça que ficou foi a Graça que não morreu.

Havia na Graça Lobo muitas coisas que não morrem. Algumas hão-de morrer comigo. Mas outras vão ficar para sempre.

Como o riso. Muitas pessoas dizem que gostam de se rir, mas, quando vêem alguém a rir-se de verdade, ficam horrorizadas. E dizem: “Mas estão a rir-se de quê?” E dizem: “Mas isso é maneira de se rir?”

A Graça gostava de se rir. Sabia rir. Perseguia o que a fazia rir. E, quando se ria, que era muitas vezes, as pessoas tinham medo do riso dela.

O riso da Graça era como a Graça: era inteiro. Estava lá todo. A boca abria-se toda. Os pulmões viam-se aflitos para acompanhar.

Estando a ler, ou a explicar qualquer coisa muito séria, ou a tentar prestar atenção, a Graça desatava a rir e não havia ninguém que a contivesse.

A palavra aqui é desatar. A Graça era uma pessoa desatada, livre, inteligente, descomprometida, leve, impossível, engraçadíssima.

E gostava muito de pessoas como ela. As outras afligiam-na, até porque antipatizavam com ela. Queriam salvá-la, corrigi-la, controlá-la, calá-la, convencê-la a ter juízo.

E a Graça não se limitava a fugir dessas pessoas: enfrentava-as e arrancava-lhes as cabeças, para que o atrevimento delas não sobrevivesse.

E ria-se. A Graça ria-se muito. Não se ria só porque rir faz bem.

Quando o riso é verdadeiro, isto é, quando é feito como deve ser, o riso faz mal.

Mas é preciso rirmo-nos na mesma, porque o riso é uma resposta perfeita a muitas coisas e a muitas pessoas desta vida – e não pode ser substituído por outras respostas.

As outras respostas ficam aquém. E a Graça sabia isto. E eu também fui aprendendo com ela, cada vez que a via a rir-se de mim, ou dela própria.

O riso é imoral, amoral e raivoso de ser associado, mesmo com um I ou um A à frente, com a palavra “moral”.

A Graça defendia-se porque mais ninguém a defendia. Era solitária, como o riso que precisa de se rir, e que prefere continuar a rir a ter de pedir desculpa por se ter rido tanto.

ZOOM FLORIDA, EUA

JOE SKIPPER/REUTERS

Um foguete da SpaceX descola do Centro Espacial Kennedy em Cabo Canaveral, Florida, para a missão *Polaris Dawn*, em que quatro tripulantes tentarão a primeira caminhada espacial privada da História

P

publico.pt

Lisboa (sede: editor e redacção)
Edifício Diogo Cão,
Doca de Alcântara Norte
1350-352 Lisboa
Tel. 210 111 000

Porto
Rua Júlio Dinis,
n.º 270 Bloco A 3.º
4050-318 Porto
Tel. 226 151 000

DIRECTOR
David Pontes
Directores adjuntos
Andreia Sanches, Marta Moitinho Oliveira, Sónia Sapage, Tiago Luz Pedro
Directora de arte
Sónia Matos
Directora de design de produto digital
Inês Oliveira
Editoras executivas
Helena Pereira, Patrícia Jesus
Editor de fecho
José J. Mateus

Editor de Opinião Álvaro Vieira **Editor P2** Sérgio B. Gomes **Online** Ana Maria Henriques, Mariana Adam, Pedro Esteves, Pedro Guerreiro, Pedro Sales Dias (editores), Amílcar Correia (redactor principal), Carolina Amado, João Pedro Pincha, José Volta e Pinto, Marta Leite Ferreira, Miguel Dantas, Sofia Neves (última hora); Rui Barros (jornalista de dados); Ruben Martins, Inês Rocha (áudio); Joana Bougard (editora multimédia), Carlos Alberto Lopes, Joana Gonçalves, Mariana Godet, Teresa Miranda (multimédia); Amanda Ribeiro (editora de redes sociais), Ana Zayara, Michelle Coelho, Patrícia Campos (redes sociais) **Política** David Santiago (editor), Susete Francisco (subeditora), Ana Sá Lopes, São José Almeida (redactoras principais), Ana Bacelar Begonha, Liliana Borges, Margarida Gomes, Maria Lopes, Nuno Ribeiro **Mundo** Ivo Neto, Paulo Narigão Reis (editores), Bárbara Reis, Jorge Almeida Fernandes, Teresa de Sousa (redactores principais), Rita Siza (correspondente em Bruxelas), Alexandre Martins, António Rodrigues, António Saraiva Lima, João Ruela Ribeiro, Leonete Botelho (grande repórter), Maria João Guimarães, Sofia Lorena **Sociedade** Natália Faria, Gina Pereira (editoras), Clara Viana (grande repórter), Alexandra Campos, Ana Cristina Pereira, Ana Dias Cordeiro, Ana Henriques, Ana Maia, Cristiana Faria Moreira, Daniela Carmo, Joana Gorjão Henriques, Mariana Oliveira, Patrícia Carvalho, Samuel Silva, Sónia Trigueirão **Local** Ana Fernandes (editora), Luciano Alvarez (grande repórter), André Borges Vieira, Camilo Soldado, Mariana Correia Pinto, Samuel Alemão, Teresa Serafim **Economia** Pedro Ferreira Esteves, Isabel Aveiro (editores), Manuel Carvalho (redactor principal), Cristina Ferreira, Sérgio Aníbal (grandes repórteres), Ana Brito, Luís Villalobos, Pedro Crisóstomo, Rafaela Burd Relvas, Raquel Martins, Rosa Soares, Victor Ferreira **Ciência** Teresa Firmino (editora), Filipa Almeida Mendes, Tiago Ramalho **Azul** Andrea Cunha Freitas (editora), Claudia Carvalho Silva (subeditora), Aline Flor, Andréia Azevedo Soares, Clara Barata, Nicolau Ferreira, Tiago Bernardo Lopes (multimédia), Gabriela Gómez (infografia), Rodrigo Julião (webdesign) **Cultura/Ípsilon** Paula Barreiros, Inês Nadais (editoras), Pedro Rios (editor Ípsilon), Isabel Coutinho (subeditora), Nuno Pacheco, Vasco Câmara (redactores principais), Isabel Salema, Sérgio C. Andrade (grandes repórteres), Daniel Dias, Joana Amaral Cardoso, Lucinda Canelas, Luís Miguel Queirós, Mariana Duarte, Mário Lopes **Desporto** Jorge Miguel Matias, Nuno Sousa (editores), Augusto Bernardino, David Andrade, Diogo Cardoso Oliveira, Marco Vaza, Paulo Curado **Fugas** Sandra Silva Costa, Luís J. Santos (editores), Alexandra Prado Coelho (grande repórter), Luís Octávio Costa, Mara Gonçalves **Guia do Lazer** Sílvia Pereira (coordenadora), Cláudia Alpendre, Sílvia Gap de Sousa **Ímpar** Bárbara Wong (editora), Carla B. Ribeiro, Inês Duarte de Freitas **P3** Inês Chaíça, Renata Monteiro (subeditoras), Mariana Durães **Terroir** Ana Isabel Pereira **Newsletters e Projectos digitais** João Pedro Pereira **Projectos editoriais** João Mestre **Fotografia** Miguel Manso, Manuel Roberto (editores), Adriano Miranda, Daniel Rocha, Nelson Garrido, Nuno Ferreira Santos, Paulo Pimenta, Rui Gaudêncio, Alexandra Domingos (digitalização), Isabel Amorim Ferreira (documentalista) **Paginação** José Souto (editor de fecho), Marco Ferreira (subeditor), Ana Carvalho, Cláudio Silva, Joana Lima, José Soares, Nuno Costa, Sandra Silva; Paulo Lopes, Valter Oliveira (produção) **Copy-desks** Aurélio Moreira, Florbela Barreto, Joana Quaresma Gonçalves, João Miranda, Manuela Barreto, Rita Pimenta **Design Digital** Alex Santos, Ana Xavier, Nuno Moura **Infografia** Célia Rodrigues (coordenadora), Cátia Mendonça, Francisco Lopes, Gabriela Pedro, José Alves **Comunicação Editorial** Inês Bernardo (coordenadora), João Mota, Ruben Matos **Secretariado** Isabel Anselmo, Lucinda Vasconcelos **Documentação** Leonor Sousa

Publicado por PÚBLICO, Comunicação Social, SA.
Presidente Ângelo Paupério
Vogais Cláudia Azevedo, Ana Cristina Soares e João Günther Amaral

Área Financeira e Circulação Nuno Garcia **RH** Maria José Palmeirim **Direcção Comercial** João Pereira **Direcção de Assinaturas e Apoio ao Cliente** Leonor Soczka **Análise de Dados** Bruno Valinhas **Marketing de Produto** Alexandrina Carvalho **Área de Novos Negócios** Mário Jorge Maia

NIF 502265094 | Depósito legal n.º 45458/91 | Registo ERC n.º 114410
Proprietário PÚBLICO, Comunicação Social, SA | Sede: Lugar do Espido, Via Norte, Maia | Capital Social €8.550.000,00 | Detentor de 100% de capital: Sonaecom, SGPS, S.A. | **Publicidade** comunique.publico.pt/publicidade | comunique@publico.pt | Tel. 210 111 353 / 210 111 338 / 226 151 067 | **Impressão** Unipress, Tv. de Anselmo Braancamp, 220, 4410-350 Arcozelo, Valadares; Empresa Gráfica Funchalense, SA, Rua da Capela de Nossa Senhora da Conceição, 50, 2715-029 Pêro Pinheiro | **Distribuição** VASP – Distrib. de Publicações, Quinta do Grajal – Venda Seca, 2739-511, Agualva-Cacém | geral@vasp.pt

Membro da APCT Tiragem média total de Agosto **19.838 exemplares**

O PÚBLICO e o seu jornalismo estão sujeitos a um regime de auto-regulação expresso no seu Estatuto Editorial **publico.pt/nos/estatuto-editorial**
Reclamações, correcções e sugestões editoriais podem ser enviadas para **leitores@publico.pt**

ASSINATURAS Linha azul **808 200 095** (dias úteis das 9h às 18h)
publico.pt/assinaturas • assinaturas@publico.pt

Para lá do muro do sistema prisional

Carlos Nolasco

Cinco reclusos, considerados muito perigosos, evadiram-se do Estabelecimento Prisional de Vale de Judeus numa ação planeada e aparentemente simples de executar. Para lá do mediatismo deste caso, importa considerar este contexto para refletir sobre o sistema prisional enquanto realidade sistematicamente subestimada no âmbito das políticas de justiça e desvalorizada pelas perceções sociais, e aí encontrar um conjunto alargado de motivos que possam justificar o que se passou.

Há muito que o sistema prisional é caracterizado em diversos diagnósticos. Desde o trabalho da Comissão de Estudos e Debate da Reforma do Sistema Prisional presidida por Diogo Freitas do Amaral, em 2004, ao relatório Para uma reforma do sistema prisional. O caso da aplicação do Estatuto do Corpo da Guarda Prisional, de 2021, do Observatório Permanente da Justiça (OPJ), passando pelos sucessivos relatórios do provedor de Justiça resultantes das visitas a EP, todos evidenciam ampla e recorrentemente a ausência de uma estratégia global adequada à realidade, bem como as muitas fragilidades materiais e de recursos humanos dos estabelecimentos prisionais.

Privilegiando uma perspetiva de políticas integradas, há três grandes dimensões conetadas a considerar nestes diagnósticos. A primeira é consequência de uma elevada taxa de reclusão, que condiciona medidas robustas diferenciadas atendendo à heterogeneidade de perfis da população prisional. Portugal apresenta, no quadro europeu, uma significativa taxa de reclusão e de duração das penas de prisão, facto que resulta de múltiplos fatores, destacando-se a fragilidade crescente da organização e funcionamento eficaz das respostas alternativas à prisão em meio livre. Há uma população reclusa, em número significativo, pela prática de pequena e média criminalidade, como seja a reincidência na condução sob o efeito do álcool que deveria ter outro tipo de respostas, e que estudos vários apontam como mais eficazes no plano da reincidência. Por outro lado, também por vários fatores, em Portugal, os reclusos mantêm-se em prisão efetiva quando a lei, se correta e atempadamente aplicada, lhes permitiria sair do sistema prisional mais cedo.

A segunda dimensão resulta da gestão do parque prisional e dos recursos materiais a ele afetos. Apesar das várias reformas dirigidas ao sistema prisional, com a pretensão de otimizar a organização e funcionamento dos EP, a realidade continua a evidenciar fragilidades no campo das infraestruturas, dos recursos humanos, materiais e financeiros, que colocam em causa a execução eficaz das várias funções atribuídas às prisões. As evidências desta fragilidade estrutural traduzem-se na manutenção de espaços prisionais em condições degradadas e degradantes, sobrelotados, onde é difícil a distribuição diferenciada dos reclusos pelos diferentes EP e, internamente, dentro de cada um deles. Sintoma deste diagnóstico difícil são as recorrentes condenações do Estado português no Tribunal Europeu dos Direitos Humanos pelo tratamento desumano e degradante, associado às condições de reclusão.

A terceira dimensão consiste na exaustão dos recursos humanos afetos ao sistema prisional. O corpo de guardas prisionais, os técnicos de reeducação e de reinserção e os técnicos de saúde são cada vez em menor número para as exigências que o sistema assumiu na dignificação e reinserção dos reclusos. Os desafios colocados pelas condições de trabalho em contexto prisional, nomeadamente as condições físicas dos EP, a sobrelotação, o trabalho por turnos, a possibilidade de hostilidade e violência por parte dos reclusos, a perceção de falta de reconhecimento profissional, a progressão na carreira e a remuneração são aspetos que contribuem para que os diferentes profissionais que laboram nos estabelecimentos prisionais sintam a sua profissão como exigente e stressante.

Apesar da enorme linha abissal que separa a realidade prisional da vida social em liberdade, o Estado sempre desenhou políticas para o sistema de reclusão. A reinserção dos reclusos emerge, desde o I Governo Constitucional, como uma das dimensões mais relevantes da execução da pena de prisão, em torno da qual os posteriores governos se propuseram desenvolver e aplicar um conjunto alargado de medidas.

Para a concretização dessa orientação estratégica destacam-se, nos programas de governo, as seguintes áreas de ação: formação e ocupação dos reclusos, saúde em meio prisional, intervenção do poder judicial na execução das penas em defesa dos direitos dos reclusos e criação de condições para a libertação dos reclusos. Todas estas intenções e preocupação com a ressocialização, manifestada nos programas de governo, nos diplomas legais, e nas medidas que foram sendo adotadas nas diversas áreas de ação, não são coincidentes com a realidade, revelando a dificuldade de concretização da agenda programática.

A fuga dos cinco reclusos desperta o alarme social para a perigosidade dos mesmos. Mas o alarme mais gravoso vem de dentro do próprio sistema, para a escassez de recursos materiais e humanos

O mediatismo da fuga dos cinco reclusos desperta o alarme social para a perigosidade dos mesmos. Mas o alarme mais gravoso vem de dentro do próprio sistema, para as insuficiências de vigilância, de habitabilidade, de saúde, reeducação e ressocialização, para a escassez de recursos materiais e humanos.

Numa altura em que se discute o encerramento de estabelecimentos prisionais centenários, como o de Lisboa ou Coimbra, ou a racionalização dos 49 EP existentes em Portugal, é importante refletir sobre as prisões do futuro (o que está a ser efetuado no ciclo de seminários organizado pelo OPJ), tal como acontece noutros países europeus, com sistemas de vigilância sofisticados para reclusos de elevada perigosidade, para estratégias diferenciadas de reinserção para os outros reclusos, mas essencialmente para as condições de dignidade e efetivo respeito pelos direitos fundamentais para os cidadãos que estão à guarda do Estado português.

Observatório Permanente da Justiça do Centro de Estudos Sociais da U. Coimbra

MANUEL ROBERTO

Mas qual dinheiro da TAP para se comprar a si própria, senhores? Juízo!

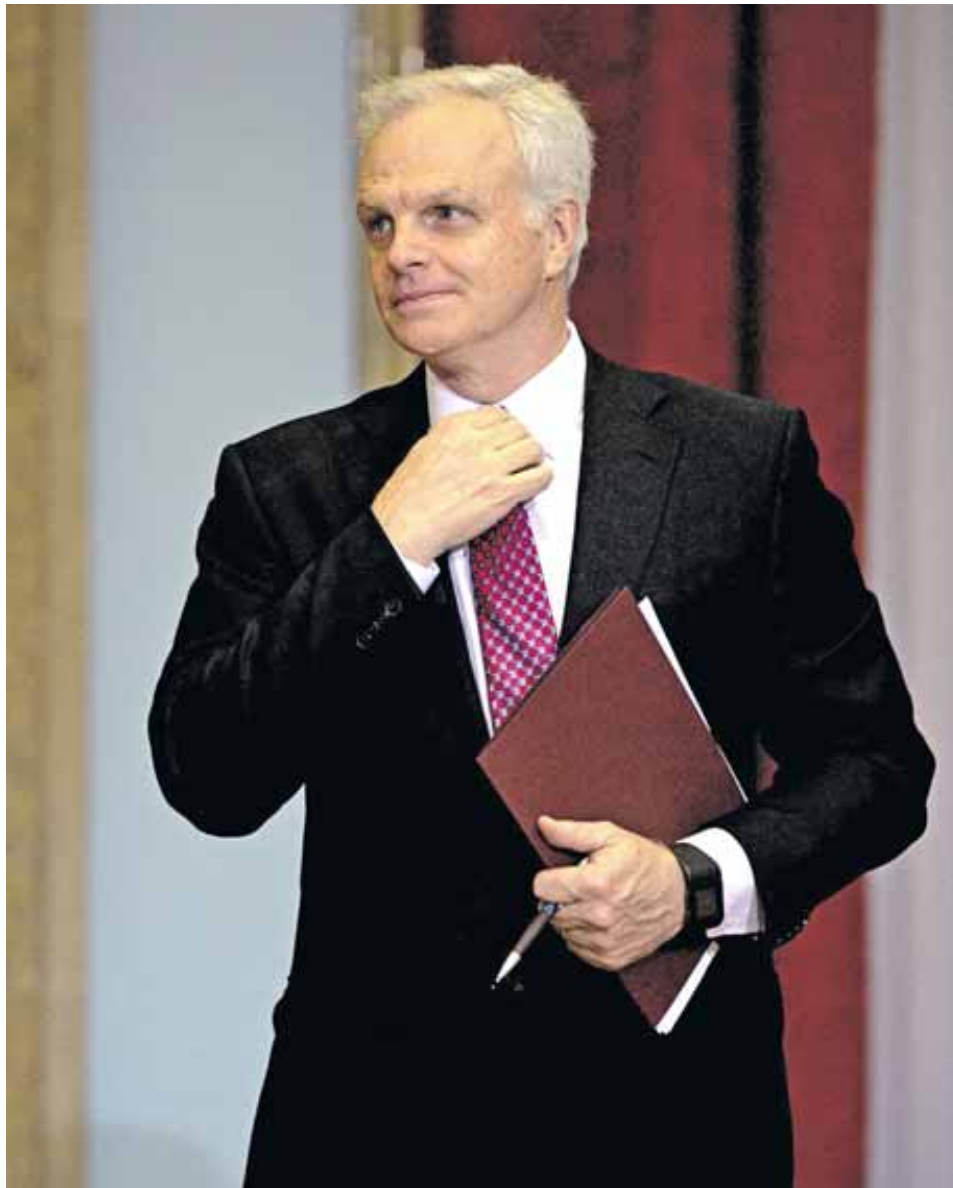
Maria João Marques

Já se tornou demasiado fastidioso escrever sobre a TAP. Suspiramos pelo dia em que não haja mais nada para comentar por já ser problema alheio. Porém, desta vez o assunto não é exatamente a TAP, mas a forma como se noticiou o relatório da IGF aos vários negócios da TAP. E, sobretudo, as mentiras populistas com que políticos do BE, do PCP e do PS inundaram o debate público sobre a privatização da TAP em 2015.

Fazendo um resumo dos factos. Foi noticiado – em todos os jornais, televisões e apeadeiros – um relatório da IGF concluindo que a "TAP foi comprada com o próprio dinheiro". Abri as notícias – já torcendo o nariz, porque qualquer pessoa pergunta "Dinheiro da TAP? Mas onde é que a TAP tinha dinheiro?!" – e afinal a TAP, afiançavam, tinha dado uma "garantia" (ou seja, desmentiam logo as letras gordas do título das notícias, mas não faz mal, porque os papalvos dos leitores não sabem distinguir comprar de dar uma garantia) ao empréstimo que a Airbus concedera a David Neeleman para injetar dinheiro na TAP.

Estranhei. Seria muito esquisito a TAP dar uma garantia. Garantia hipotecária? De ativos móveis como aviões? A Airbus aceitaria uma garantia de uma empresa financeiramente depauperada e a dever a meio mundo como a TAP? Não se explicava nas notícias, desde logo, porque não houve nenhuma "garantia".

O que aconteceu foi o negócio entre a Airbus e Neeleman, completamente legal e usual. A Airbus empresta dinheiro a David Neeleman para investir na TAP, como exigido pelo acordo de privatização. Neeleman investe e, com esse dinheiro, a TAP compra aviões à Airbus. E perante este circuito do dinheiro Airbus-Neeleman-TAP-Airbus, o que muitas pessoas gritaram aos quatro ventos é que o dinheiro para a compra da TAP por Neeleman veio da própria TAP. Juro que isto me impressiona e me leva a concluir que ainda bem que surgiu o dinheiro eletrónico e digital, porque certamente muitas pessoas se baralhavam com os trocos no supermercado.

Dou de barato que haja gente delirante supondo que um empresário, quando investe, usa os seus próprios meios (só sucede quando ninguém lhe dá crédito), ao invés de se financiar na banca ou junto de investidores. Ou julgando que o dinheiro investido por Neeleman deveria ficar embalsamado numa conta bancária, ao invés de ser investido para bem da companhia. Ou,

RUI GAUDÊNCIO

O que aconteceu foi completamente legal e usual. A Airbus empresta dinheiro a Neeleman para investir na TAP. Neeleman investe e, com esse dinheiro, a TAP compra aviões à Airbus

em alternativa, gastar o dinheiro como normalmente se faz em empresas públicas portuguesas, com o objetivo de manter organizações e empresas amigas do regime com desafogo financeiro: em consultorias, escritórios de advogados, loiça nova e cara para a executiva, novos uniformes, quiçá renovação da decoração dos escritórios dos administradores. Comprar aviões – que afinal são o que permite o negócio da TAP – é, talvez, demasiado burguês para os nossos políticos.

Estas suposições risíveis – mas aparentemente generalizadas – empalidecem na escala do delírio perante a acusação, vinda de políticos sortidos, de a TAP ter "próprio dinheiro" para financiar a sua privatização em 2015. Dei gargalhadas. Os terraplanistas oferecem mais lógica que tais pessoas. Que dinheiro é que a TAP tinha em 2015? Estava guardado num pote no fim do arco-íris?

Podemos ouvir o que Miguel Morgado disse a 4 de setembro. A TAP, quando foi privatizada, não tinha como pagar o combustível para os aviões à Galp. Não tinha como pagar as taxas aeroportuárias à ANA. Pedia dinheiro à banca para pagar ordenados – e a banca informou que não emprestava mais. Não tinha como cumprir a encomenda dos aviões feita em 2005 à Airbus. A TAP – proprietária de tanto "próprio dinheiro" que podia fazer qual D. João V e lançar moedas de ouro para os populares quando um avião aterrasse em Roma – tinha uma dívida de 2 mil milhões de euros e capitais próprios negativos de 500 milhões de euros.

Podemos ouvir o que Lacerda Machado disse na comissão parlamentar de inquérito à TAP em 2023. A TAP estava em "agonia profunda" (repetiu várias vezes). O "próprio dinheiro" da TAP possuía tal magnitude que "era absolutamente inadiável aportar fundos à TAP e o Estado não o podia fazer". Na empresa, "provavelmente não conseguiam pagar salários em Dezembro de 2015".

Perante este cenário aflitivo de falência da TAP houve quem ousasse difundir a ideia de a TAP, em 2015, ter 226 milhões de dólares para financiar (por portas e travessas) a compra da empresa pela Atlantic Gateway. No caso da comunicação social, presumo que seja um caso clássico de *fake news*. No caso dos políticos que cavalgaram o tema, é um exemplo claro de mentira populista. Tem os ingredientes todos: uma mensagem simples; a diabolização de um empresário e de um partido; e, claro, é aldrabice.

Mariana Mortágua, Fabian Figueiredo, Joana Mortágua – todos exploraram a linha. Joana Mortágua chegou mesmo a escrever "vigarice da privatização da TAP a favor de um trapaceiro descapitalizado". Não sabemos se se esforçou por copiar o melhor estilo rasteiro de André Ventura, se sempre teve este talento para o discurso populista dentro dela sem precisar de mentores.

António Filipe e Bruno Dias (pelo menos) do PCP também promoveram a narrativa "comprada com o próprio dinheiro". No PS, a própria direção do grupo parlamentar propagou a falsidade de a TAP ter sido comprada com o próprio dinheiro (dá vontade de rir), ao que se juntaram vários deputados socialistas.

Uma vez que não acredito na ignorância gritante dos deputados, concluo que o objetivo foi mesmo difundir uma mentira que lhes era útil para o combate político. Sempre fui crítica da privatização da TAP em 2015. Não pelos valores, não pelo negócio normalíssimo Airbus-Neeleman. Por outra razão: sempre me pareceu que a TAP não era estratégica para David Neeleman; a TAP era só uma forma de reforçar a aliança de Neeleman com a Airbus.

Começo a mudar de opinião. E não só por saber que uma empresa no estado da TAP em 2015 nunca poderia ser privatizada num bom negócio. Nem por tudo o que aconteceu na TAP depois da inconcebível recompra em 2016. A TAP tornou-se um campo de batalha política lamacenta, em que a racionalidade, a sensatez e verdade não têm lugar. Com objetivos políticos, cria-se a mentira de uma empresa prestes a falir e com dívida colossal afinal ter dinheiro para se comprar a si própria. Livrarmo-nos deste lodo político vale mais milhões do que a TAP.

Economista. Escreve à quarta-feira

Governo espera que PS dê novo sinal até ao final da semana

A entrega dos dados macroeconómicos aos partidos deixou a bola do lado do PS. Socialistas pedem tempo para analisar dados

Liliana Borges

O Governo saiu da segunda ronda de conversas sobre o Orçamento do Estado para 2025 (OE2025) "optimista" e com o caminho aberto para negociações com o PS. Com os dados do cenário macroeconómico nas mãos, o PS saiu da reunião a pedir tempo para analisar os números. Depois de semanas de dramatização, os socialistas declararam-se "totalmente disponíveis" para continuar a conversar no "calendário e no formato" que o executivo de Luís Montenegro entender. Para o executivo, os dados estão lançados e cabe agora ao PS decidir o que fazer. Até ao final da semana, o Governo conta com novidades do lado dos socialistas.

Embora os dois partidos tenham atirado um para o outro a responsabilidade do passo seguinte, o tom dos socialistas – que na sexta-feira chegaram a ameaçar não comparecer à reunião de ontem – amenizou depois de o Governo ter decidido antecipar os dados do cenário macroeconómico e apresentá-los ontem aos partidos, um mês antes da entrega da proposta orçamental.

Segundo as contas do Ministério das Finanças, o Governo prevê que o excedente orçamental para 2025 seja de 500 milhões de euros, isto é, o equivalente a 0,2% a 0,3% do PIB entre 2024 e 2025. Segundo informações transmitidas ao PÚBLICO, o Governo esperava ter um excedente orçamental de mil milhões de euros, mas o conjunto de medidas aprovadas no Parlamento, à revelia do Governo, irá cortar o saldo orçamental para metade. Ainda assim, o executivo fez questão de assinalar que tem margem para acomodar propostas dos partidos.

À saída da reunião "cordata e cordial" com o Governo, a líder parlamentar do PS, Alexandra Leitão, explicou que os socialistas irão analisar a informação que "finalmente" receberam e que "muito em breve" estarão "disponíveis para continuar as negociações com o Governo", preferindo não se pronunciar sobre se o valor da margem negocial apresentada conseguirá acomodar as propostas que querem ver no documento.

PS com "algumas dúvidas"

Apesar da aproximação ao Governo, a líder parlamentar socialista não deixou de vincar que os dados recebidos ontem já tinham sido pedidos em Julho, através de uma carta de Pedro Nuno Santos a Luís Montenegro. Uma vez que a informação não foi disponibilizada através de documentação, mas de "números dados durante o encontro", o PS continua com "algumas dúvidas" e por isso saiu do encontro sem entregar nenhuma proposta. "Se tivéssemos obtido esta informação mais cedo, já a teríamos analisado e se calhar hoje teríamos avançado [com propostas]. Assim, como só obtivemos agora precisamos de a ir analisar", afirmou Alexandra Leitão. E depois de se queixar do atraso do Governo, o PS pediu mais tempo.

Um compasso de espera de "36 a 48 horas" que o ministro dos Assuntos Parlamentares, Pedro Duarte, espera que esteja resolvido até ao final desta semana.

O Governo invoca a forma – que qualifica como "absolutamente transparente e inédita" – como antecipou os dados macroeconómicos que os socialistas tanto exigiram, considerando que é um sinal de "espírito de diálogo, de abertura e de transparência", pelo que ao executivo só resta agora "dar espaço para o PS apresentar as suas medidas no momento que considerar adequado", devolvendo assim aos socialistas a responsabilidade de dar o próximo passo negocial.

"Esta informação normalmente é divulgada na véspera, dois ou três dias antes da apresentação do Orçamento de Estado", argumentou o ministro no final da ronda de reuniões. "Não há memória na história da nossa democracia que um governo tenha partilhado a informação que hoje foi partilhada com um mês de antecedência face à data em que vai ser apresentado o Orçamento do Estado", insistiu o governante.

> **Estamos totalmente disponíveis para continuar a negociar**
>
> **Alexandra Leitão**
> Líder parlamentar do PS

Embora para o Governo a bola esteja "do lado do PS", Pedro Duarte acabou por revelar que ficou combinado que "haverá um contacto [com o PS] até ao final da semana". A partir daí, o executivo e o maior partido da oposição definirão como irão "continuar este processo negocial", afirmou.

À espera da "reflexão" do PS – e sem ouvir o secretário-geral socialista, que não esteve na reunião com o Governo –, o executivo reiterou que espera "propostas e soluções construtivas" e "sentido de responsabilidade" por parte do PS para se aproximar à "abertura que o Governo tem".

Do lado do PS, Alexandra Leitão deixou a garantia de que "o equilíbrio orçamental é fundamental" e isso é um "ponto assente", por isso é preciso analisar "com cuidado e calma" de que forma é que a margem orçamental de 500 milhões de euros poderá acomodar as propostas.

Por força da matemática parlamentar – é dos 78 deputados do PS que depende a viabilização do Orçamento do Estado, uma vez que o Chega continua a dizer que votará contra a proposta –, o Governo acabou por desvalorizar uma nova ronda de conversas com os restantes partidos. "Já recolhemos muita informação dos outros partidos, eu diria que nesta altura a expectativa

JOSÉ SENA GOULÃO/LUSA

é sobre o PS”, simplificou o ministro dos Assuntos Parlamentares.

Ainda assim, os partidos não deixaram de levar ao Governo “um conjunto muito significativo de sugestões, de propostas, de medidas”, disse Pedro Duarte.

No final dos encontros, os partidos não teceram grandes elogios ao que foram ouvindo. Do lado dos restantes partidos de esquerda, houve um distanciamento face ao projecto do Governo AD. Pelo PAN, há “disponibilidade para o diálogo” e pediu-se um orçamento “promotor da economia verde, com respostas para pessoas sem-abrigo e vítimas de violência doméstica”. Já o Livre criticou a falta de “disponibilidade para avançar em medidas sociais, ecológicas, de inovação na economia portuguesa”. O PCP também se manteve do lado do “combate” ao Orçamento e o BE insistiu na pressão ao PS, afirmando que “não faria qualquer sentido e seria de estranhar que qualquer partido à esquerda do PSD pudesse viabilizar esta proposta [orçamental]”. Por sua vez, a IL assinalou preocupação com o aumento da despesa do Estado.

Com mais uma reunião na agenda – o Governo reúne-se hoje com o Chega, que mantém o voto contra como “irrevogável” –, as atenções voltam a virar-se para o Largo do Rato.

Alexandra Leitão, líder parlamentar do PS, disse que os socialistas vão agora analisar os dados disponibilizados pelo Governo e estarão “disponíveis para continuar as negociações” — “muito em breve”

Previsões macroeconómicas

Novas medidas quase não mudam metas orçamentais do Governo

Sérgio Aníbal

Apesar de terem passado a estar incluídas nos cálculos várias novas medidas com impacto nas contas de 2025, o Governo mantém agora, tanto para a economia como para as finanças públicas, previsões muito semelhantes às que tinha em Abril, quando entregou o Programa de Estabilidade num cenário de políticas invariantes (que só assume medidas em vigor).

Nos encontros realizados esta terça-feira com os partidos com assento parlamentar, o ministro das Finanças deu a conhecer alguns dos números mais importantes que irão constar da proposta de Orçamento do Estado que o executivo irá apresentar em Outubro.

E o facto mais surpreendente neste cenário macroeconómico é que, apesar de, nos últimos cinco meses, desde que foi entregue o Programa de Estabilidade, diversas medidas com impacto orçamental significativo terem sido ou aprovadas no Parlamento ou propostas pelo próprio Governo, as estimativas da equipa liderada por Joaquim Miranda Sarmento para o saldo orçamental, o crescimento da despesa pública e a evolução da receita fiscal pouco mudaram.

No Programa de Estabilidade entregue em Abril não fizeram parte dos cálculos quaisquer novas medidas, uma vez que, tendo em conta o facto de o Governo ter acabado de tomar posse e o período de transição nas regras orçamentais europeias, o documento assumiu um cenário de políticas invariantes, como esclareceram na altura as Finanças.

O executivo apontava então para um excedente orçamental de 0,3% (cerca de 870 milhões de euros) em 2025, com um crescimento da despesa primária (sem juros) de 5,2% e um crescimento de 4% da receita fiscal.

Agora, de acordo com as informações disponibilizadas pelo executivo no âmbito das negociações do OE 2025 que está a realizar com os partidos, a proposta orçamental irá apontar para um excedente orçamental entre 0,2% (cerca de 580 milhões de euros) e 0,3% do PIB, com um crescimento da despesa primária situado num intervalo entre 4% e 5% e um crescimento da receita fiscal entre 4% e 4,5%.

Deste modo, o excedente projectado no OE será ou igual ao previsto no Programa de Estabilidade ou apenas 0,1 pontos percentuais do PIB (cerca de 290 mil milhões de euros) mais baixo, ao passo que a projecção

Miranda Sarmento apresentou projecções orçamentais

para variação da despesa primária e da receita fiscal passará a ser um pouco mais favorável para as contas públicas.

A previsão para a variação do saldo estrutural – o saldo orçamental que exclui o efeito do ciclo económico e as medidas de carácter extraordinário e que é usado para avaliar se a política é mais ou menos expansionista – também quase não muda. No Programa de Estabilidade, previa-se que este indicador seria de 0,1% do PIB em 2025, sem qualquer mudança em relação a 2024 (o que é normal num cenário de políticas invariantes). Agora, volta-se a apontar para uma variação nula face a 2024, passando o indicador nos dois anos a ser de zero (com o Governo a assinalar que este número ainda está dependente das discussões que decorrem neste momento com a Comissão Europeia).

A explicação para a manutenção das projecções orçamentais, apesar da inclusão de novas medidas, poderia estar na expectativa de um desempenho marcadamente diferente da economia. No entanto, a verdade é que, em relação ao ritmo de crescimento da economia, o Governo também quase não mudou as perspectivas para o ano de 2025. Se no Programa de Estabilidade se apontava para um crescimento real do PIB de 1,9%, agora aponta para um valor apenas ligeiramente mais alto, de 2%. E a expectativa para a variação do PIB nominal é exactamente a mesma: 4,5%.

No que diz respeito à inflação, também não há alterações. No Programa de Estabilidade, a previsão era de 2,1% em 2025 e agora o que o Governo diz é que no OE constará uma estimativa para a inflação ligeiramente acima de 2%.

É difícil perceber, com base apenas nestes números, qual o efeito que as novas medidas entretanto tomadas ou propostas para 2025 está a ter nas contas que o Governo está a fazer no Orçamento. E são várias as medidas em causa.

Para além do efeito dos acordos realizados em diferentes carreiras da função pública, o Parlamento aprovou medidas como um corte suplementar do IRS, uma redução do IVA da electricidade e a eliminação das portagens nas ex-Scut, ao passo que o Governo entregou no Parlamento propostas de redução da taxa do IRC e de alívio do IRS para os contribuintes mais jovens.

O Governo fez apenas questão de assinalar esta terça-feira que as medidas da responsabilidade da oposição (corte extra no IRS, IVA da electricidade e portagens) fizeram com que a meta do Governo para o excedente orçamental tenha passado de 1000 milhões de euros para 500 milhões de euros. No entanto, para além de 500 milhões de euros ser um valor que não está entre 0,2% e 0,3% do PIB (a estimativa apresentada para o excedente), não foi esclarecido em que momento é que o Governo tinha uma estimativa de 1000 milhões de euros para o saldo orçamental.

Governo quase não muda previsões para 2025

	Em Abril, no Programa de Estabilidade	Em Setembro, no OE 2025
PIB real (taxa de variação)	1,9	2,0
PIB nominal (taxa de variação)	4,5	4,5
Taxa de inflação	2,1	Ligeiramente acima de 2%
Saldo orçamental (em % do PIB)	0,3	entre 0,2 e 0,3
Saldo estrutural (variação face a 2024)	0 p.p.	0 p.p.
Despesa primária (taxa de variação)	5,2	entre 4 e 5
Receita fiscal (taxa de variação)	4,0	entre 4 e 4,5

Fonte: Programa de Estabilidade 2024-2028, Informações fornecidas pelo Governo nas negociações com os partidos com assento parlamentar, cálculos do PÚBLICO

PÚBLICO

RUI GAUDÊNCIO

Ricardo Gonçalves suspendeu o mandato na Câmara de Santarém para presidir ao Instituto Português do Desporto e da Juventude

A um ano de eleições, Governo nomeia autarcas em final de mandato

Luciano Alvarez

Saída abre espaço a vices, que passam a dirigir as autarquias durante o ano que falta até às eleições. PS fez o mesmo em Portimão

O Governo nomeou recentemente dois presidentes de autarquias que cumpriram três mandatos – e não se podem recandidatar – para cargos públicos. Os vice-presidentes das câmaras lideradas pelo PSD assumiram a liderança dos municípios, ganhando assim tempo e notoriedade para eventuais candidaturas nas eleições locais que terão lugar em 2025.

No final de Agosto, o presidente da Câmara Municipal de Santarém, Ricardo Gonçalves, revelou que iria suspender o mandato para assumir a presidência do Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ), a convite do Executivo liderado por Luís Montenegro. Para o autarca trata-se de um desafio "muito apelativo", que assume com o objectivo de mobilizar mais recursos para a área do desporto.

Com a suspensão de Ricardo Gonçalves, o vice-presidente da câmara, João Teixeira Leite, assumiu a presidência da autarquia.

O mesmo sucedeu em Esposende, com o presidente da autarquia, Benjamim Pereira, a revelar que tinha aceitado o convite do primeiro-ministro para assumir o cargo de presidente do Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU). O autarca em final de mandato disse então que sempre quis cumprir o compromisso autárquico até ao fim e tinha até recusado outros convites. "Só aceitei este desafio porque acredito em Luís Montenegro. Só por isso, acredito no seu projecto e na sua visão para o país e porque também, confesso, não resisto a um bom desafio", afirmou.

Nas eleições europeias de Junho deste ano, o PS também levou a cabo uma acção semelhante, colocando a presidente da Câmara de Portimão, Isilda Gomes, também a cumprir o seu terceiro mandato, em lugar elegível na lista socialista para o Parlamento Europeu. A autarca acabou por ser substituída no município algarvio pelo ex-vice-presidente Álvaro Bila.

Movimentações autárquicas numa altura em que falta cerca de um ano para as próximas eleições locais. PS e PSD já estabeleceram como objectivo assegurar a presidência da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) e da Associação Nacional de Freguesias (Anafre) – o que significa vencer a maioria das câmaras municipais e das juntas de freguesia –, isto num cenário em que os socialistas detêm, actualmente, mais 35 autarquias que os sociais-democratas. E em que mais de um terço dos actuais presidentes cumpre o terceiro mandato, ficando assim obrigados a sair – uma circunstância que, tradicionalmente, é mais propícia a mudanças de cor nas autarquias.

Nas últimas eleições locais, que decorreram em 2021, o PS voltou a ser o partido com mais votos: das 308 câmaras do país, os socialistas conquistaram 148 em listas próprias, das quais 124 com maiorias absolutas, a que se juntaram mais quatro presidências de autarcas independentes que contaram com o apoio do partido.

Já o PSD ficou no segundo lugar, conseguindo vitórias em 113 autarquias, 72 em listas próprias e 31 em coligação com o CDS.

PS e PSD querem ganhar

Na moção que apresentou às eleições internas no PSD, Luís Montenegro apontou como um dos objectivos políticos do seu próximo mandato vencer as eleições autárquicas de 2025. O secretário-geral socialista também já disse ter como objectivo vencer a eleição do próximo ano. Durante o discurso da chamada rentrée política, no início de Setembro, Pedro Nuno Santos lembrou que o PS "é a maior força política autárquica do país" e sublinhou que o objectivo passa por "voltar a ganhar as eleições autárquicas".

A eleição de 2025 promete trabalhos pesados para os líderes dos principais partidos, dado que 105 presidentes de câmara, de um total de 308 municípios no país, não se podem recandidatar devido ao limite de três mandatos imposto pela lei.Do total de presidentes de câmara em final de mandato, 54 são socialistas, 30 do PSD (sozinho ou coligado), 12 do PCP-PEV, três do CDS-PP, um é o único presidente do Juntos pelo Povo (JPP), autarca em Santa Cruz, na Madeira, e cinco são independentes.

Oposição quer debater TAP e SNS no Parlamento

BE vai propor debate sobre o dossier TAP na Comissão Permanente e pedir a participação do ministro das Infra-Estruturas

PS e BE querem debater a TAP na reunião da Comissão Permanente, agendada para hoje na Assembleia da República, enquanto o PCP vai propor como tema o Serviço Nacional de Saúde (SNS). A ordem de trabalhos será definida hoje de manhã, em conferência de líderes parlamentares.

A Comissão Permanente é o órgão que funciona fora do período de trabalho efectivo do Parlamento. PS e BE já fizeram saber que vão propor um debate sobre o dossier TAP para o próprio dia, com os bloquistas a requererem a participação do ministro das Infra-Estruturas, Miguel Pinto Luz. Fontes oficiais da IL, PCP e Livre avançaram à Lusa que irão viabilizar o debate sobre a transportadora aérea.

No início de Setembro, o presidente do Chega, André Ventura, adiantou que, caso o tema TAP não seja debatido em comissão permanente, o partido avançará com um pedido de debate de urgência.

Estes requerimentos surgiram depois de, no início do mês, uma auditoria da Inspecção-Geral de Finanças (IGF) às contas da TAP ter revelado que o negócio de compra da TAP por David Neeleman, em 2015, foi financiado com um empréstimo de 226 milhões de dólares feito pela Airbus, em troca da compra pela companhia aérea de 53 aviões à construtora aeronáutica europeia.

Sobre este assunto os deputados decidem também já hoje quanto aos vários pedidos de audição do ministro Miguel Pinto Luz, que à data da privatização era secretário de Estado das Infra-Estruturas, Transportes e Comunicações. Mas também de Maria Luís Albuquerque, que em 2015 era ministra de Estado e das Finanças e recentemente foi escolhida pelo Governo de Luís Montenegro para comissária europeia, entre outras personalidades envolvidas no processo.

Outro tema "quente" que o PCP quer analisar na reunião de hoje da Comissão Permanente é o estado da saúde no país, propondo um debate sobre as dificuldades de acesso ao Serviço Nacional de Saúde, com a presença de um membro do Governo. **Lusa**

Ainda sobre "pessoas que menstruam"

Opinião

José Miguel Júdice

No PÚBLICO de segunda-feira, Ana Bacelar Begonha publicou um artigo intitulado "Margarida Balseiro Lopes: a ministra 'corajosa' ou com 'ambição excessiva'". O título é em parte transcrição do que eu dissera há semanas no meu programa *As Causas,* na SIC Notícias.

A esse propósito sou identificado como "*advogado e comentador da SIC Notícias, que foi militante do PSD e membro do MDLP*". Fiquei grato pela honra e por finalmente não dizerem falsamente que fui fundador do MDLP. E achei graça a que depois de mais de 50 anos de vida pública – e a propósito do tema de ser usada a expressão "*pessoas que menstruam*" em vez de "*mulheres e outras pessoas que menstruam*", como eu propusera – o que sobra de mim é que fui (como modesto membro do gabinete de análise política de finais de setembro a dezembro a 1975) do MDLP, que sou advogado (o que deixei de ser há quatro anos e meio) e que fui militante do PSD (sem cargos nacionais e que deixei de ser em 2007). Ou seja, basicamente, fui algumas coisas, e já não sou quase nada. Coisas da velhice.

Julgava que também fui outras, talvez mais adequadas para me definir em relação ao tema, tais como bastonário da Ordem dos Advogados, presidente da sua Comissão de Direitos Humanos, um dos poucos militantes do PSD que defenderam publicamente a despenalização do aborto e um dos raros defensores públicos nos idos do "cavaquismo" de um sistema de quotas que assegurasse as condições de partida para o reforço da participação das mulheres na política.

Seja como for, é afirmado que fui também alguém que "*acusou Balseiro Lopes de 'ingenuidade' e 'ambição excessiva'*". Se o tivesse feito, não o negaria, mas realmente ouso dizer que não a "acusei" de nada. Seguindo o guião que sempre faço e sai no *Expresso*, o que disse foi que na sua afirmação, que critiquei, "revelou uma (ainda) compreensível ingenuidade política e excesso de voluntarismo, ou uma ambição para já excessiva de se posicionar para o *pós-montenegrismo*". E disse mais: "Tenho boa impressão da ministra. Não gosto de a ver caminhar alegremente para a asneira, prejudicando-se e ao que de útil pode fazer em relação a direitos humanos que invoca, e bem."

Como é óbvio não a acusei de nada, limitei-me a um comentário que aliás corresponde ao que a jornalista refere: como escrevi, Margarida Balseiro Lopes entrou em confronto com a "base social de apoio [do PSD] muito ancorad(a) numa visão conservadora das coisas". O que seria do jornalismo se dar uma opinião factual fosse "acusar"...

Ao contrário do que resulta objetivamente do artigo, onde fui "metido" em homenagem ao que foi pelos vistos considerado um bom título, não sou do PSD, não me revejo em posições conservadoras da base de apoio do PSD, nunca fui (já o não era há 60 anos) homofóbico, sou defensor do casamento *gay* desde quando muitos poucos o eram à direita e à esquerda.

Longe de mim censurar quem diz 'pessoas que menstruam' como Balseiro Lopes e proibi-la (mesmo que pudesse...) de o dizer

E quanto ao tema em que me embrulharam, disse, redisse e volto a dizer que estou de acordo que não sejam marginalizadas as pessoas transexuais, que eles e elas sofrem problemas de direitos humanos que é essencial enfrentar e que todos aqueles que nasceram geneticamente mulheres, mas se consideram não-binários ou homens transgénero, se tiverem menstruações, devem evidentemente beneficiar de apoios que nessa matéria tenham as mulheres.

A minha discordância – e nisso estou muito orgulhoso de acompanhar pessoas de todas as orientações ideológicas e sexuais – é com o que considero (creio que por enquanto dizê-lo ainda não é crime...) ser uma expressão "*woke*" que a ministra (dizendo aliás que falava em nome do Governo) usou na frase seguinte: "*Reconhece a saúde menstrual como uma questão de saúde e direitos humanos, e não apenas como uma questão de higiene, e está consciente dos desafios que lhe estão associados, designadamente na conceção de políticas para pessoas que menstruam, onde se incluem as pessoas transgénero e não-binárias.*"

Eu defendi – e nisso sigo entidades como a ONU, a Unicef e a própria OMS – que seria mais correto usar a palavra "mulher", como propôs a prestigiada revista *Lancet,* dizendo "mulheres, raparigas adolescentes e [outras] pessoas que menstruam". Estou com os que entendem que se não deve expropriar as mulheres do direito de assim serem chamadas.

Longe de mim censurar quem diz como Balseiro Lopes e proibi-la (mesmo que eu pudesse...) de o dizer. Nada está mais longe da minha maneira de ver o Mundo e de viver a Liberdade.

O que penso, com a liberdade de quem comenta e a experiência de quem já viveu muito, é que a ministra não faz bem ao que de essencial defende e em que no PSD não é (ainda ?) dominante – e com o que estou de acordo – em fazê-lo numa versão "wokista" num partido como o PSD. Mas ao menos teve direito a estar no cerne de duas páginas do PÚBLICO: a de Ana Bacelar Begonha, quase hagiográfica, a minha (que devo à generosidade do PÚBLICO) em que afinal também ofereço cera para a missa que ela decidiu celebrar.

Árbitro de conflitos; ensaísta

RUI GAUDÊNCIO

Encontrado abrigo fora da cadeia

Foi encontrado um "abrigo com características militares" junto à cadeia de Vale dos Judeus, de onde cinco reclusos escaparam no último sábado. Pedro Proença, advogado do Sindicato dos Guardas Prisionais, disse ontem que terá sido esse o sítio usado pelos cúmplices dos fugitivos. Em declarações aos jornalistas, Pedro Proença informou que, dentro desse abrigo, situado a metros da rede que limita o estabelecimento prisional, foram encontradas latas de refrigerantes. A Polícia Judiciária recolheu-as para análise, porque é possível que constituam uma "prova biológica". Terá sido também nesse abrigo que os cúmplices guardaram a escada verde utilizada na fuga.

"Estes indivíduos estariam já há algumas horas junto ao muro escondidos nesse abrigo [...]. Terão pernoitado aí", avançou o advogado, considerando que "obviamente" os reclusos tiveram ajuda de pessoas com "preparação militar especial".

Ministra fala em "cadeia sucessiva de erros e falhas graves"

Ministra da Justiça confirma a demissão de Rui Abrunhosa Gonçalves, mas deixou o aviso: "Recuperação da confiança no sistema prisional vai exigir a responsabilização a vários níveis"

Joana Mesquita

A ministra da Justiça quebrou o silêncio, pela primeira vez desde a fuga de cinco reclusos da prisão de Vale de Judeus no sábado, para defender que a evasão resultou de uma "cadeia sucessiva de erros e falhas graves, grosseiras e inaceitáveis". Em conferência de imprensa, ontem, no Ministério da Justiça, Rita Alarcão Júdice confirmou a demissão do director-geral da Direcção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP), Rui Abrunhosa Gonçalves, e do subdirector-geral com o pelouro das prisões, Pedro Veiga Santos, mas deixou o aviso: "A recuperação da confiança no sistema prisional vai exigir a responsabilização a vários níveis", admitindo que não hesitará em avançar com os processos disciplinares ou penais "que se revelem necessários".

No domingo, na única conferência de imprensa até à data com responsáveis policiais, Rui Abrunhosa Gonçalves – que será agora substituído provisoriamente por Isabel Leitão, subdirectora-geral da DGRSP – recusou a ideia de abandonar funções. "Não acho que devamos atirar a toalha ao chão e se vir que a confiança em mim depositada caiu, não têm de me dizer para sair, eu sairei. Não sinto isso, para já, e sair na primeira contrariedade não é a minha forma de estar na vida", afirmou. No entanto, ontem terá colocado o lugar à disposição numa reunião com a ministra da Justiça – que aceitou a demissão –, em que também foi apresentado um relatório preliminar sobre a evasão dos cinco reclusos, no passado sábado, da prisão de alta segurança de Vale de Judeus, em Alcoentre, Lisboa.

De acordo com Rita Alarcão Júdice, o relatório de auditoria à actuação dos serviços de vigilância e segurança, elaborado pela Divisão de Serviços de Segurança da DGRSP, permite concluir que a fuga dos reclusos "resultou de uma cadeia sucessiva de erros e falhas muito graves, grosseiras, inaceitáveis que queremos irrepetíveis". O relatório permanecerá confidencial, de forma a salvaguardar as investigações em curso, contudo, a responsável pela tutela adiantou que os relatos permitem ver "desleixo", "facilidade", "irresponsabilidade" e "falta de comando", "decisões erradas ou ausência de decisões nos anos mais recentes", numa crítica ao Governo anterior. Após a conferência de imprensa, em entrevista à RTP, a ministra assumiu que a falta de comando se verificou em "toda a cadeia hierárquica".

> "Deveríamos ter também sistemas redundantes, não sei se seriam as torres [de controlo]
>
> **Rita Alarcão Júdice**
> ministra da Justiça na RTP

Na mesma entrevista, a responsável confirmou que os mandados de detenção europeus já foram emitidos. Escusando-se a especular sobre o paradeiro dos evadidos, Rita Alarcão Júdice considerou que "todas as hipóteses estão em cima da mesa", inclusive a possibilidade de já terem saído do país. Para além disso, escusou-se a revelar se os reclusos tiveram ajuda interna para fugirem, assegurando apenas que "sem dúvida nenhuma" existiu ajuda externa. Disse, por exemplo, que "o escadote foi colocado dois minutos antes de a fuga ter começado".

Plano preparado com tempo

Na conferência de imprensa, a ministra não excluiu a hipótese de mais demissões e deixou o aviso: "Não

hesitarei em dar impulso aos processos disciplinares ou penais que se revelem necessários". Na sequência da fuga, que Rita Alarcão Júdice apelida de "orquestrada", "com tempo" e "com método", a responsável pela tutela mandatou a Inspecção-Geral dos Serviços de Justiça para dar início a uma auditoria aos sistemas de segurança aos 49 estabelecimentos prisionais do país. O resultado deverá ser conhecido até ao final do ano. Ordenou também uma "auditoria de gestão" ao sistema prisional, capaz de avaliar "a organização e afectação de recursos da DGRSP e de todos os estabelecimentos prisionais do país". A estas investigações, junta-se também a auditoria que está a ser feita pelo Serviço de Auditoria e Inspecção da DGRSP – que estará concluída dentro de um mês.

Esta análise, explicou Rita Alarcão Júdice, vai ajudar a tutela "na tomada de decisões" para que as "mudanças que se imponham" sejam efectuadas.

O silêncio da ministra mereceu-lhe fortes críticas. No entanto, Rita Alarcão Júdice argumentou que se remeteu ao silêncio por "ser crucial dar espaço à investigação" e não contribuir "para o ruído de fundo". Por isso, quis "reunir toda a informação possível" antes de se pronunciar. "Falar por falar não é meu timbre", atirou.

Foi informada às 12h30

O relatório preliminar permitiu a Rita Alarcão Júdice traçar uma cronologia da evasão que teve início às 9h55 "com a intrusão de três indivíduos no perímetro externo" da prisão. A fuga, cujo início foi às 9h57, "demorou seis minutos", já que o último recluso "ultrapassou a vedação exterior do EP às 10 horas e 1 minuto". Contudo, só foi detectada por dois guardas pelas 11h e o alerta a "toda a corporação" foi dado entre as 11h04 e as 11h08, sendo que o director do estabelecimento prisional só foi informado às 11h10.

Às 12h, o director de Vale de Judeus confirmou à DGRSP – que teria sido informada da fuga às 11h19 – a "fuga e identidade dos cinco reclusos". Pelo meio, às 11h18, a GNR, órgão de polícia competente, foi informada do caso.

De acordo com os dados partilhados pela ministra, decorreram 83 minutos entre a fuga e a comunicação à GNR e 65 minutos entre a chegada dos cúmplices e a detecção da evasão dos reclusos.

A ministra da Justiça, no entanto, só recebeu a informação por volta do 12h30. Questionada sobre a hora a que a Polícia Judiciária foi informada, a ministra foi omissa. Segundo a ministra, a 7 de Setembro estavam escalados 35 profissionais, sendo que destes dois chefiavam a equipa. Para além disso, o sistema de videovigilância estava a funcionar e o guarda responsável por controlar as câmaras de vigilância estava no seu posto.

"Problemas burocráticos"

Mandados de captura só foram emitidos ontem

Mariana Oliveira

Mais de três dias após a fuga de cinco reclusos do Estabelecimento Prisional de Vale de Judeus a Justiça portuguesa só ontem à tarde emitiu os mandados de captura europeus e internacionais que permitem deter os fugitivos no estrangeiro. Até meio da tarde apenas existiam avisos de perigosidade nos sistemas Schengen e Interpol, o que impedia, por exemplo, a captura de qualquer um dos evadidos, mesmo que detectados num aeroporto fora de Portugal.

A confirmação de que o Tribunal de Execução de Penas de Lisboa ainda não tinha emitido os mandados de detenção europeus ou os mandados de detenção internacional foi feita ao PÚBLICO pelo presidente da comarca de Lisboa, Artur Cordeiro, na sequência de um pedido de informação do nosso jornal. "Os mandados de detenção serão emitidos em breve. Houve problemas burocráticos na sua emissão, que nada têm a ver com magistrados e funcionários", afirmou o juiz que preside à maior comarca do país, onde está integrado o Tribunal de Execução de Penas de Lisboa.

Artur Cordeiro explica que os tribunais só funcionam entre as 9h e as 16h aos sábados e que aos domingos estão fechados. Mesmo assim foram feitos contactos no passado domingo para garantir que na segunda-feira de manhã os mandados eram emitidos. No entanto, "problemas burocráticos" que Artur Cordeiro não quis detalhar impediram que assim fosse, o que fez com que ao início da tarde de ontem os mandados ainda não tivessem sido emitidos.

O presidente da comarca de Lisboa destaca, contudo, que a ausência de mandados de captura não impede que os fugitivos sejam detidos em Portugal, onde podem ser capturados por qualquer polícia em flagrante delito. Mas admite que o mesmo não pode acontecer no estrangeiro, onde uma ordem judicial é essencial para que os evadidos possam ser detidos.

PJ só teve conhecimento da fuga cerca de cinco horas depois

Enquanto não forem emitidos os mandados, não é possível carregá-los no Sistema de Informação de Schengen (SIS) - actualmente encontra-se em funcionamento o SIS II de segunda geração -, o "sistema de partilha de informações mais utilizado e de maior dimensão para a segurança e a gestão das fronteiras na Europa", segundo a descrição da Comissão Europeia. Uma vez que na Europa não existem fronteiras internas entre os países Schengen, o SIS compensa os controlos nas fronteiras e é o principal instrumento de cooperação para as autoridades policiais, aduaneiras e judiciárias da União Europeia e dos países associados a Schengen.

É neste sistema informático que as autoridades nacionais, nomeadamente as polícias, podem consultar informações ou introduzir elementos relativos a pessoas e objectos. O intercâmbio da informação é controlado pelo gabinete SIRENE, que está na dependência do secretário-geral do Sistema de Segurança Interna.

Relativamente ao sistema de informação da Interpol, o mesmo está dependente do Gabinete Nacional da Interpol, que, apesar de estar na dependência do secretário-geral do Sistema de Segurança Interna, é necessariamente chefiado por responsáveis da Polícia Judiciária.

Os serviços prisionais comunicaram à Polícia de Segurança Pública (PSP) a fuga de cinco reclusos apenas às 12h52 do passado sábado, ou seja, quase três horas após a evasão ter começado, o que ficou registado nas imagens de videovigilância da cadeia às 9h56. Também a Polícia Judiciária teve conhecimento da fuga cerca de cinco horas depois de esta ocorrer, por volta das 15h.

A GNR de Aveiras de Cima terá sido a primeira força a ser avisada, já que é a polícia territorialmente competente na área da cadeia de Vale de Judeus. No entanto, a GNR recusa-se a divulgar as horas a que recebeu a comunicação dos serviços prisionais.

O director da PJ já tinha chamado a atenção no domingo para o facto de esta fuga estar associada ao "crime organizado, com capacidade financeira", ter sido "pensada ao mais ínfimo detalhe" e envolvido "gente muito bem preparada".

Reacções

Guardas apoiam demissão e pedem plano que "mude alguma coisa"

Frederico Morais, Presidente do Sindicato Nacional do Corpo dos Guardas Prisionais (SNCGP), considera que a demissão do director-geral da Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP), Rui Abrunhosa Gonçalves, era mais do que anunciada. "Não havia muito mais a fazer depois do que aconteceu no sábado na prisão de Vale de Judeus. Era insustentável manter em funcionamento a Direcção-Geral da Reinserção e Serviços Prisionais nestas condições", afirmou o sindicalista ao PÚBLICO, acrescentando que, "depois deste tempo todo, continuava tudo igual, nomeadamente a falta de segurança e de atitude para mudar". Além disso, sobre o facto de a ministra da Justiça ter referido que o relatório preliminar indicava "falta de comando" e "desleixo" como uma das causas para a falha de segurança que aconteceu em Vale de Judeus, Frederico Morais disse que concordava.

Para o sindicalista é preciso entregar o comando da segurança das prisões a quem percebe efectivamente do assunto, sublinhando que foi um erro juntar a segurança com a reinserção social. Em relação às auditorias às cadeias que a ministra também anunciou, o mesmo responsável diz que é algo que os guardas prisionais pedem há muito tempo. Porém, sustentou, "a tutela não pode só anunciar medidas, depois tem de concretizar um plano efectivo que mude alguma coisa".

No Parlamento os partidos também reagiram. A deputada do PS Isabel Moreira que pediu que o "foco" seja "o episódio em concreto" da fuga e não se façam extrapolações para o passado. E recusou que o anterior Governo não tenha investido no sistema prisional. A deputada sublinhou que o anterior Governo fez um investimento "muito alargado, quer no que diz respeito ao edificado, quer em investimentos em sistemas de vigilância" e apontou algumas contradições nas declarações de Rita Júdice, nomeadamente quanto ao facto de ter salientado que a fuga não ocorreu "por causa de um momento de desleixo, de oportunidade, por alguém não estar no seu posto de observação ou um sistema de vigilância não estar operacional", mas ter feito "considerações sobre alocação de meios e responsabilidades passadas".

"De acordo com o último relatório do Conselho da Europa sobre prisões, Portugal é um país que não tem guardas prisionais a menos, é um país com uma taxa de fuga muito pequena quando comparada com outros países e em que as prisões são consideradas seguras para efeito de fuga", sustentou, dizendo não ter a opor a que sejam feitas "todas as avaliações e inquéritos". "A senhora ministra poderia ter falado mais cedo, não no sentido de opinar, mas de trazer esta tranquilidade".

A vice-presidente da bancada do PSD Andreia Neto saudou "a postura tranquila" com que a ministra e o Governo pautaram a sua actuação após a fuga. "Queremos dizer aos portugueses que é bom que se habituem a um Governo que não age sob precipitação, que prefere ter conhecimento dos factos para depois poder falar ao país, aos portugueses", afirmou. Questionada se é necessário mais investimento no sistema prisional, Andreia Neto disse que o Governo tem estado "em estreita colaboração" com os sindicatos dos guardas prisionais, recordando que já aprovou um suplemento para esta classe profissional.

Guardas prisionais dizem que há muito pedem auditorias às cadeias, como a ministra agora anunciou

O líder parlamentar do CDS-PP, Paulo Núncio, destacou a aceitação pelo Governo do pedido de demissão de Rui Abrunhosa Gonçalves, considerando que "a culpa não morreu solteira" num caso que classificou de "muito grave". Iniciativa Liberal, Bloco de Esquerda, PCP e Livre aproveitaram para criticar as condições de segurança e de habitabilidade para os reclusos e exigiram respostas e soluções concretas por parte da ministra. **Sónia Trigueirão**

MATILDE FIESCHI

Governo está a preparar um plano para responder ao "desafio" que é ter 25% a 30% destes alunos dentro das salas de aula sem falarem português

Mais 160% de alunos migrantes em cinco anos: são hoje 140 mil

Desde 2018 há mais 90 mil estrangeiros, que representam 14% dos estudantes do básico e secundário. "Um problema bom", a que o Governo diz estar atento

Cristiana Faria Moreira

É uma realidade cada vez mais presente nas escolas portuguesas e um desafio que se impõe a directores, professores e comunidade escolar: o aumento do número de alunos imigrantes. E os números são muito claros: em cinco anos, chegaram às escolas mais 90 mil estudantes estrangeiros, passando de 53 mil em 2018/2019 para 140 mil em 2023/2024. É um crescimento de mais de 160%. "Não são números pequenos. Temos mais 90 mil alunos estrangeiros. Estão no país todo. Isto coloca imensos desafios", frisou o ministro da Educação na apresentação do novo relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), *Education at a Glance 2024*, divulgado ontem.

À boleia da chegada de mais imigrantes ao país, o número de alunos nas escolas também tem estado aumentar, depois de mais de uma década a decrescer: se em 2021/2022 os estabelecimentos escolares receberam mais 15 mil estudantes, no ano lectivo seguinte, esse aumento foi ainda mais expressivo, chegando quase aos 19 mil alunos. O crescimento tem-se reflectido, sobretudo, no 1.º ciclo. Para o ano lectivo que se inicia, prevê-se que esse número seja superado, já que estão já matriculados mais 20 mil alunos só no básico e secundário, notou o ministro da Educação. Ao longo do ano lectivo, é expectável que cheguem ainda mais.

Em termos nacionais, os alunos estrangeiros representam 14% dos alunos do ensino básico e secundário. "Em muitas escolas na região de Lisboa e do Algarve os [números] são muito mais elevados", sublinhou.

Para Fernando Alexandre, este é "um problema bom". "O que seria trágico era começar a fechar escolas, a fechar salas."

Para que as escolas tenham mais ferramentas para garantir uma melhor integração e aprendizagem destes estudantes, o Governo está a preparar um plano, que deverá ser apresentado "muito em breve" e que procurará responder, por exemplo, ao "desafio" que é ter 25 a 30% destes alunos dentro das salas de aula sem falarem português.

"A integração dos imigrantes é essencial para o funcionamento da economia e para que a nossa sociedade se mantenha coesa. A integração destas pessoas passa pela educação e começa nos filhos destes imigrantes. Se falharmos na integração dos imigrantes, falhamos na nossa política de imigração", notou.

Estrangeiros no superior

Além do aumento de alunos estrangeiros no ensino básico e secundário, o relatório *Education at a Glance 2024*, que analisa vários sistemas de ensino pelo mundo, revela também que são cada vez mais os estudantes estrangeiros (incluindo-se aqui também os internacionais) que escolhem instituições de ensino superior portuguesas para estudar: entre 2013 e 2022, essa proporção passou de 4% para 12%.

O relatório mostra ainda que, em Portugal, 17% das pessoas entre os 25 e os 64 anos que frequentaram o ensino superior são estrangeiras. Comparando com os que têm uma escolarização inferior ao 9.º ano, essa percentagem desce para os 9%. Quer isto dizer que, no país, "há uma maior proporção de estrangeiros com níveis superiores de qualificação do que com níveis inferiores", destaca o chefe da Divisão de Assessoria e Implementação de Políticas da Direcção da Educação e Competências da OCDE, Paulo Santiago. Por isso, no país, "há um nível de qualificação maior entre os imigrantes" quando comparado, por exemplo, com a Suíça, onde 75% das pessoas dessa faixa etária que não completaram o 9.º ano são estrangeiros; com o ensino superior são 39%.

"Isto associa-se a um conjunto de políticas que são necessárias no ensino que tem a ver com a língua, com apoio extra, que muitos países já implementam", sublinhou Paulo Santiago, lembrando que a origem e o próprio contexto familiar dos alunos têm muito impacto no seu sucesso académico.

"Os estudantes socioeconomicamente desfavorecidos de origem imigrante têm mais probabilidades de repetir os anos de escolaridade do que os estudantes mais favorecidos, o que também pode conduzir a uma taxa de conclusão mais baixa e, além disso, a desigualdades socioeconómicas persistentes", realça o relatório.

Isso reflecte-se, por exemplo, na percentagem de jovens "nem-nem", que não estudam nem trabalham: é maior entre os estrangeiros. "As taxas de conclusão do ensino superior revelam disparidades relacionadas com a origem dos pais e da imigração dos estudantes. Os estudantes com pais menos instruídos e oriundos de famílias imigrantes tendem a registar taxas de conclusão inferiores às dos estudantes com pais mais instruídos ou oriundos de famílias não imigrantes."

O ministro admitiu que permanecem ainda "desigualdades territoriais no acesso à educação": em Lisboa, 29% dos alunos nunca chegam no ensino superior e cerca de 33% dos jovens de Setúbal nunca estiveram inscritos em nenhum curso superior, nem num Tesp.

Famílias pagam 33% do pré-escolar

As famílias portuguesas suportam 33% dos custos da educação pré-escolar, apesar de esta ter um carácter gratuito. É o valor mais alto entre os países que disponibilizaram dados sobre este assunto e que constam no relatório *Education at a Glance 2024*, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), publicado ontem.

Este valor fica muito acima da média da OCDE, onde, em média, a parte que cabe às famílias na despesa com o ensino pré-escolar (3-5 anos) é de apenas 13% — menos 20 pontos percentuais do que em Portugal.

Além de Portugal, a contribuição das famílias para os gastos com este nível de ensino ultrapassa os 20% em países como a Austrália, a Dinamarca, a Eslovénia e o Reino Unido.

Feitas as contas, as famílias que têm filhos no pré-escolar suportam um terço da despesa com o sector. Em comparação, as que têm filhos no ensino superior acabam por contribuir menos, já que suportam cerca de 27% dos custos com este nível de ensino. Não é uma realidade exclusiva de Portugal: "Em 13 países, as famílias suportam uma parte maior dos custos dos estabelecimentos de ensino pré-escolar do que dos estabelecimentos de ensino superior."

Tal poderá ser explicado pela insuficiente oferta pública de vagas no pré-escolar, o que leva a que o sector dependa mais de privados. É isso que os dados apresentados mostram: em toda a OCDE, as entidades públicas financiam a maioria da despesa com educação, especialmente nos níveis de ensino obrigatórios.

No entanto, no pré-escolar o peso do Estado é menor: em Portugal, assegura 67% da despesa, 19 pontos abaixo da média da OCDE, que é de 86%.

Ainda assim, Portugal faz parte do grupo de países, a par da Bélgica, França, Luxemburgo, Peru e Reino Unido, onde mais crianças frequentam este nível de ensino, com taxas iguais ou superiores a 99%, ainda que isso implique um esforço financeiro para as famílias.

Mobilidade

Há 248 professores que podem voltar à escola

Cristiana Faria Moreira

Há 248 professores que vão poder voltar às escolas neste ano lectivo, uma vez que o Ministério da Educação reduziu o número de docentes em mobilidade estatutária – que estavam a trabalhar fora da sua escola – para fazer face à escassez de professores em grupos de recrutamento e áreas geográficas onde os alunos estão muito tempo sem aulas.
Todos os anos, a tutela autoriza a mobilidade especial de professores para que exerçam funções de natureza transitória, por exemplo, em serviços e organismos do próprio ministério ou de outros, nas escolas europeias, no âmbito da educação extra-escolar ou noutros serviços.

Em termos gerais, para o ano lectivo que agora se inicia, foram destacados 2047 docentes de carreira por 667 entidades, como por exemplo a Fundação Portuguesa "A Comunidade Contra a Sida" ou o Instituto de Apoio à Criança. No ano passado, tinham sido requisitados 2295 professores por 557 entidades – são menos 11%, segundo os dados avançados pelo Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI) ao PÚBLICO.

No entanto, esta percentagem é maior se se considerar apenas o total das mobilidades atribuídas, especificamente no caso dos docentes das disciplinas e de agrupamentos escolares onde se verifica mais falta de professores. Neste ponto, o ministério fixara o objectivo de reduzir em 25% (face a 2023/2024) o número de mobilidades atribuídas nos grupos de recrutamento deficitários.

No ano passado, houve 324 docentes destes grupos, onde se incluem os do Pré-escolar, Matemática e Ciências da Natureza, Português, Inglês, Geografia, Matemática, Física e Química, Informática – de 3.º ciclo e secundário – e Filosofia, a trabalhar fora das suas escolas. Este ano, o número diminuiu, tendo sido deferidas 241 mobilidades estatutárias nos grupos deficitários, cujos docentes provêm dos agrupamentos de escolas também identificados como tendo maiores dificuldades. Ou seja, há 83 professores que poderão reforçar as escolas destes agrupamentos. E é aqui que o ministério diz já ter alcançado a meta: "Para o ano lectivo 2024/25, [houve] uma redução de 25,62% nos grupos de recrutamento identificados como deficitários." A redução terá sobretudo impacto na Grande Lisboa, Setúbal, Algarve e Alentejo.

Professores e diplomas: outras conclusões do relatório da OCDE

Menos professores jovens
Portugal é o país da OCDE com menor percentagem de professores com menos de 30 anos: apenas 2%. Os dados incluem todos os níveis de ensino, do básico ao superior, de instituições públicas e privadas. Na OCDE, há, em média, 11% de docentes sub-30 nas escolas. Reino Unido e Luxemburgo são os que têm mais nesta faixa etária: 21% e 19%, respectivamente. Portugal é, ao mesmo tempo, o terceiro país com mais professores acima dos 50 anos: 51%.

Faltam professores em quase todos os países
Pela primeira vez, o *Education at a Glance* contempla um capítulo sobre a falta de professores. O problema é transversal a várias economias. O relatório deixa recomendações muito claras sobre o que pode ser feito: "aumento de salários", aumento "dos apoios pagos", por exemplo, para ensinar em zonas mais remotas, ou em zonas económica e socialmente mais desfavorecidas, e "melhoria das condições de trabalho". O relatório nota que "há alguns países em que os salários reais dos professores atingem ou excedem, em média, os dos trabalhadores com formação superior ou com formação semelhante". Estão neste grupo os professores de todos os níveis de ensino da Costa Rica, os do secundário da Alemanha e os de todos os níveis de ensino em Portugal (com remunerações totais 25% superiores à média ponderada dos rendimentos dos trabalhadores com um nível de instrução semelhante no país).

Trabalham menos
Em Portugal os professores trabalham 1342 horas no ensino básico (lectivas e não lectivas), contra uma média de 1560 horas na OCDE; é mais do que em Inglaterra (1265), mas menos do que em Espanha (1406) ou na Alemanha (mais de 1700). Os valores só retratam a realidade do ensino público.

O que vale um diploma?
Os trabalhadores que concluem uma formação superior (universitária ou politécnica) ganham mais 56% do que os que têm apenas o ensino secundário. Esta é a média internacional. Em Portugal, o prémio continua, contudo, a ser maior: a diferença é de 73%. A frequência de ensino superior também está associada a menores taxas de desemprego e a maior estabilidade laboral. Portugal é, contudo, destacado como sendo uma "excepção" neste ponto, já que "a probabilidade de trabalhar com um contrato temporário aumenta com o nível de escolaridade atingido". Em média, nos países da OCDE, a taxa é de 8% entre os que têm escolaridade mais elevada.

Linha de prevenção do suicídio arranca no início de 2025

Ana Maia

Anúncio do Ministério da Saúde vai ao encontro de uma das recomendações da Ordem dos Psicólogos Portugueses

O Ministério da Saúde vai criar uma linha gratuita de prevenção do suicídio e apoio psicológico, que deve entrar em funcionamento no início do próximo ano. O anúncio vai ao encontro de uma das recomendações da Ordem dos Psicólogos Portugueses (OPP) que, num contributo científico divulgado a propósito do Dia Mundial da Prevenção do Suicídio, que se assinalou ontem, pedia a implementação de uma linha nacional integrada na Linha SNS 24, a par de outras medidas.

Em declarações à Lusa, a secretária de Estado da Saúde Ana Povo adiantou que foi criado um grupo de trabalho que está a desenvolver trabalhos científicos e operacionais com o objectivo de criar esta linha que irá funcionar com 110 psicólogos que se encontram neste momento a trabalhar nos Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, dando apoio à Linha SNS 24, e terá um funcionamento permanente.

A responsável revelou ainda que será feita a formação dos psicólogos que vão assegurar o atendimento da linha, que vai ter um número diferente da linha SNS 24, uma vez que se pretende que tenha apenas quatro dígitos. "O suicídio é hoje uma das principais causas de morte na população com menos de 70 anos e, se olharmos para a população mais jovem, é ainda mais a causa de morte. Isto é uma preocupação", sublinhou Ana Povo.

"A prevenção efectiva do suicídio implica que se considerem diferentes níveis de intervenção, que se procurem diminuir os factores de risco e promover os factores protectores, considerando as *nuances* que o género e, por exemplo, os métodos utilizados, introduzem", defende a OPP no documento que divulgou e em que propõe que seja fomentada uma Estratégia Nacional de Prevenção do Suicídio, que envolva a saúde, a educação, a justiça e os *media*.

No contributo científico, a OPP deixa várias recomendações, algumas dirigidas aos decisores políticos. A começar pela recolha e monitorização de dados sobre o suicídio e pela criação de registos epidemiológicos "que orientem as intervenções a implementar junto de dado grupo populacional". No documento, recorda-se que, "embora se estime que a prevalência do suicídio tenha vindo a decrescer lentamente nos últimos anos", o número de mortes em Portugal por suicídio "continua a ser mais elevado do que em qualquer outro país do sul da União Europeia". Dados do Instituto Nacional de Estatística revelam que, em 2021, registaram-se 8,9 suicídios por 100 mil habitantes, valor que subiu para 9,9 em 2022, segundo o *Jornal de Notícias*. Entre os 15 e os 24 anos, a taxa de mortalidade por lesões autoprovocadas intencionalmente por 100 mil habitantes passou de 3,2, em 2021, para 4,9 no ano seguinte. A OPP lembra que o suicídio é "a quarta causa de morte mais frequente em jovens com idades entre os 15 e os 29 anos".

Entre outras recomendações estão as de "restringir o acesso a meios de suicídio através de maior regulamentação" e a criação de "mecanismos de segurança em locais de risco", como a instalação de barreiras ou redes em locais altos, de câmaras de vigilância, de mensagens e números de linhas de apoio. Miguel Ricou, presidente do conselho da especialidade de psicologia clínica da Ordem dos Psicólogos, diz que "às vezes haver uma frase ou alguém chegar ao pé do indivíduo é a diferença entre a pessoa fazer a tentativa de suicídio ou não naquele momento", salientando a importância de se recolher "dados sistemáticos" das formas mais comuns de suicídio, dos sítios e dos factores de risco "para se poderem criar campanhas e intervenções que sejam o mais adequadas possível".

NELSON GARRIDO

Suicídio é a quarta causa de morte mais frequente entre os jovens

Concurso para novo presidente do INEM abre em breve, Sérgio Janeiro vai concorrer

Ana Maia

Procedimento já está na lista de concursos a abrir em breve. Nomeação foi feita por 60 dias, prazo já está a chegar ao fim

O Ministério da Saúde já solicitou à Comissão de Recrutamento e Selecção para a Administração Pública (Cresap) a abertura do concurso para o cargo de presidente do INEM, confirmou ao PÚBLICO o gabinete da ministra Ana Paula Martins. O procedimento já está na lista da Cresap de concursos a abrir em breve e o actual presidente em exercício já assumiu que irá concorrer.

A par do cargo de presidente, também já está na lista da Cresap de procedimentos a lançar em breve o concurso para o cargo de vogal do conselho directivo. Os dois cargos obrigam a abertura de um concurso e "pode candidatar-se quem assim o entender", refere o Ministério da Saúde na resposta enviada. O actual presidente Sérgio Janeiro revelou, numa entrevista ao *Jornal de Notícias*, que irá concorrer, assim como a sua vogal, Alexandra Ferreira.

O tenente-coronel médico, que liderou a medicina interna no Hospital das Forças Armadas, assumiu funções como presidente do INEM em meados de Julho, em regime de substituição por 60 dias, depois de o cargo ter ficado vago.

O anterior presidente Luís Meira demitiu-se na sequência de um conflito com o ministério por causa do ajuste directo para assegurar o funcionamento de quatro helicópteros, e o médico Vítor Almeida, primeira escolha do ministério para substituir Meira, também rejeitou o cargo poucos dias depois da nomeação por considerar que não estavam garantidos os meios necessários para missão do INEM. Com o prazo de 60 dias próximo do fim e com o intervalo de tempo que será necessário até à escolha do novo presidente do INEM, o Ministério da Saúde clarificou que, "enquanto decorre o processo da Cresap, o presidente em exercício mantém-se em funções".

A falta de recursos humanos no INEM tem sido um problema crónico ao longo dos últimos anos

Em mãos, Sérgio Janeiro tem neste momento o concurso para a contratação de 200 novos técnicos de emergência pré-hospitalar, cujo prazo de candidatura termina a 12 de Setembro. A falta de recursos humanos no INEM tem sido um problema crónico, com os últimos concursos a terminaram com várias vagas por preencher. Em declarações no Parlamento, o anterior presidente Luís Meira contabilizou um défice de 400 técnicos em relação ao necessário. Por resolver está ainda a questão dos helicópteros, cujo ajuste directo permite assegurar a resposta destes meios até ao fim de Junho do próximo ano.

GNR acusado de agredir imigrantes foi expulso

Joana Gorjão Henriques

João Lopes foi condenado duas vezes por agressões a imigrantes. Uma das penas foi de quatro anos e seis meses

A ministra da Administração Interna, Margarida Blasco, assinou um despacho a expulsar João Lopes, um dos sete militares da GNR de Vila Nova de Milfontes (em Odemira) condenados por agressão a imigrantes. A publicitação da decisão, com data de 7 de Agosto, foi publicada ontem em *Diário da República*, num despacho assinado pelo director de Justiça e Disciplina, o coronel Hugo Alexandre das Neves Dias da Silva.

Em Janeiro deste ano o Tribunal de Beja determinou que, em cúmulo jurídico, os militares Rúben Candeias e João Lopes – que foram condenados em dois processos e já estavam desvinculados da GNR, segundo a Lusa – iriam cumprir penas efectivas de prisão de oito anos e oito meses e de oito anos e sete meses, respectivamente. Na altura o juiz determinou que João Lopes poderia beneficiar de perdão de um ano se pagasse indemnizações às vítimas.

João Lopes, com outros seis militares da GNR, foi julgado por vários crimes como sequestro e agressão de imigrantes, em episódios que ocorreram entre Setembro de 2018 e Março de 2019 e condenado em 2020. Em Janeiro de 2023 o Tribunal de Beja, noutro processo, condenou os sete militares da GNR, mas seis deles ficaram com pena suspensa, incluindo João Lopes - apenas Ruben Candeias, que já tinha sido condenado num processo semelhante que envolvia imigrantes, teve pena de prisão efectiva de seis anos.

Na decisão de 2023, João Lopes foi condenado a uma pena de quatro anos e seis meses; o juiz presidente considerou que os arguidos "não agiram num contexto de ódio racial", mas foram praticados actos que "não dignificam os militares da GNR pela baixeza das motivações" que estiveram por detrás do seu comportamento. Para o tribunal a acção dos sete militares da GNR "não foi mera brincadeira", como um deles disse durante o julgamento. "Entraram no alojamento dos imigrantes, prenderam um imigrante, algemaram-no contra a sua vontade atrás das costas, privando-o da sua liberdade, ao mesmo tempo que lhe davam pancadas na cabeça, reguadas."

SÁBADO, 14 SETEMBRO - 16H
PORTO PALÁCIO HOTEL

Com o Chefe Nuno Castro e Edgardo Pacheco.
Surpreenda-se com uma experiência única.

GARANTA JÁ O SEU LUGAR EM PUBLICO.PT/AULAS/ESCOLA-DO-GOSTO

CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA ASSINANTES. DESCONTOS APLICÁVEIS.

COM O APOIO DE:

Uma sala em Penafiel para descentralizar a cultura e expandir a cidade

O centro cultural Ponto C, com 15 mil metros quadrados, foi inaugurado no final do mês passado e está pronto a receber público já este mês. O arranque será feito com 30 horas de programação gratuita

André Borges Vieira

Tem uma área total de 15 mil metros quadrados e nasceu para acolher várias disciplinas artísticas em diferentes palcos, que passarão a fazer parte de um roteiro cultural nacional, numa zona do país que ainda não estava servida por um equipamento com estas características. É assim que a Câmara de Penafiel descreve o novo centro de cultura Ponto C, que já está pronto para receber o primeiro trimestre de uma agenda que foi divulgada ontem de manhã, depois da sua inauguração na última semana de Agosto. As portas abrem-se a 16 de Setembro para visitas. E entre 27 e 29 de Setembro arranca a programação, durante três dias, com 24 espectáculos, nos quais participam 200 artistas, que se dividirão por oito palcos, durante 30 horas de programação gratuita.

O equipamento foi construído no vale do rio Cavalum e na Quinta da Caturra e não só faz crescer a cidade de Penafiel para essa zona, como estará no radar de toda a região do Tâmega e Sousa.

Nos 15 mil metros quadrados de área, segundo comunicado enviado à imprensa, existem vários espaços prontos para receber "criação artística local, nacional e internacional". Entre eles há um "auditório com capacidade para 400 pessoas", a "Casa da Caturra com capacidade para 100 pessoas, amplos átrios, uma cafetaria", a Sala Eurico, que homenageia o pintor penafidelense Eurico Gonçalves (1932-2022), "um pátio" e um anfiteatro e jardins, onde também podem ser realizadas actividades.

Os três pilares da programação para a temporada 2024/2025, apresentada ontem e que pode ser consultada no *site* da autarquia, serão: "Cultura de Comer e de Beber", "com obras que convidam à degustação, em jeito de celebração à volta da mesa"; "Viagens na Minha Terra" que "convidam o público a embarcar e visitar as culturas brasileira, argentina, cabo-verdianas ou da Estónia"; e "Igualdade, Liberdade, Sororidade" com "propostas vinculadas com a causa dos direitos humanos e a conquista pela igualdade e a democracia".

Estas propostas, pensadas pela equipa da directora artística, Mónica Guerreiro, que até 2023 esteve à frente do Coliseu do Porto, até ser substituída por Miguel Guedes, passam pela música, teatro, exposições, circo, escultura, dança, ópera e conferências que levarão ao concelho artistas internacionais e talentos de Penafiel e do Vale do Sousa.

Contactada pelo PÚBLICO, Mónica Guerreiro diz que a programação do Ponto C será "escolhida em função de assuntos e causas" que querem "chamar à discussão pública". É assim, por acreditar que "dar contexto e trabalhar na mediação com a comunidade pode ter um papel relevante na acessibilidade, ao providenciar chaves de leitura para a experiência artística".

Inclusivo e acessível

A directora artística acrescenta que, em cada caderno de programação, "serão apresentados os temas da temporada e será publicado um ensaio, textual ou visual, [por forma] a expandir o tema para a área do pensamento". O espaço terá uma preocupação especial com a "igualdade". Por isso, as "visitas e espectáculos" contarão com serviço de "audiodescrição e LGP [Língua Gestual Portuguesa]", e ainda com "serviço de *baby-sitting*", estando garantidas ainda questões como as da "inclusividade" e acessibilidade".

O investimento rondou cerca de 12 milhões de euros e parte desse valor chegou proveniente de financiamento europeu, captado no âmbito de um projecto de reabilitação urbana. Cerca de 50% foi pago pela autarquia. Ao PÚBLICO o presidente da Câmara de Penafiel, Antonino de Sousa (PSD-CDS/PP), reforça que o investimento neste equipamento cultural traz consigo outras vantagens, nomeadamente duas outras intervenções: uma acessibilidade que "abriu a encosta" onde foi construído o Ponto C ao centro da cidade, que terá ligação "à avenida principal"; e uma nova praça "com articulação entre o Ponto C e essa nova acessibilidade".

"É uma nova área de expansão da cidade de Penafiel, que durante muitos anos era, com alguma ironia, conhecida como 'uma cidade de risco ao meio', porque estava muito focada na Nacional 15, que atravessa toda a cidade. O equipamento permite que a cidade crie agora essa nova área de expansão", sublinha.

DR

O Ponto C, em Penafiel, foi inaugurado no final do mês passado e durante este mês já vai receber público

Como melhorar os impactos sociais e ambientais da indústria têxtil

No 2.º dia dos Encontros com Futuro, o mote é encontrar o equilíbrio entre as dimensões social e ambiental

DANIEL ROCHA

Fábrica da Criatividade, um centro de criação e de produção cultural, com 19 valências diferentes, entre oficinas, ateliers e escritórios

Quando o tema é sustentabilidade, as abordagens são diversas. Aplicar critérios relacionados com impacto ambiental e social e equilibrar a balança da gestão organizacional com a sustentabilidade em primeiro plano é uma questão, mais complexa, que tem sido estudada, debatida e regulamentada. Se na sua primeira edição, em 2023, os Encontros com Futuro se dividiram em três dias de pensamento, debate e reflexão em torno dos diferentes pilares do ESG – do inglês "*environmental, social and governance*" (ambiental, social e de administração) enquanto orientações estratégicas para as organizações –, este ano a proposta é cruzar diferentes perspectivas de inovação, formação para as empresas e projectos com impacto directo sobre os cidadãos.

A pegada ambiental da indústria

Considerada das mais poluentes, a indústria têxtil tem sido afectada por dois fenómenos: por um lado, o consumismo desmedido; por outro, a consciencialização dos impactos ambientais – e sociais. Para equilibrar a balança, ferramentas como o Higg Materials Sustainability Index (ver caixa), que mede os impactos ambientais de diferentes materiais usados na produção de roupa e calçado, são essenciais para ajudar os fabricantes a tomar decisões mais sustentáveis.

Portugal é o segundo maior produtor de calçado da Europa e, além de desempenhar um papel crucial na mediação das lutas desta indústria, a Associação Portuguesa dos Industriais de Calçado, Couro, Artigos de Pele e Sucedâneos (APICCAPS) tem sido também peão importante na promoção de uma transição sustentável na indústria do calçado nacional.

Maria José Ferreira, oradora principal deste segundo dia de discussão é porta-voz do projecto Bioshoes4all, uma iniciativa liderada pela APICCAPS com o objectivo de promover uma transição sustentável na indústria do calçado em Portugal. O projecto envolve um consórcio de 70 parceiros, 20 entidades de investigação e desenvolvimento e 50 empresas de diversas áreas complementares, para que, em conjunto, seja possível uma transformação sustentável nos materiais, processos e produtos.

Responsabilidade com peso e medida

Sobre os parceiros do Bioshoes4all a porta-voz aponta, antes de mais, o propósito comum: "Desde micro a grandes empresas, todas orientadas para concretizar uma mudança radical ao nível da sustentabilidade dos materiais, produtos químicos, processos de fabrico, modelos de negócio e produtos finais de calçado e marroquinaria." Todos contribuem de forma complementar e sinérgica. "Pelo modo como foi organizado e está a ser concretizado", explica, "o projecto apresenta um potencial relevante de transformação do *cluster* do calçado português e de ter impacto internacional." Pode o exemplo do Bioshoes4all aplicar-se a outros sectores? Depois da apresentação da oradora principal, seguem-se os comentários de Rick Ridgeway, montanhista e ambientalista, e de Duarte Cordeiro, parceiro da consultora de sustentabilidade Shiftify e ex-ministro do Ambiente e Acção Climática.

O debate, moderado pela jornalista Fernanda Freitas, conta ainda com os contributos de Mariana Banazol, da Too Good to Go, Inês Oom de Sousa, presidente da Fundação Santander, e de João Pedro Neto, da Thingle.

No dia anterior, discute-se o estado da arte do ESG. Ambas as conferências acontecem no Centro Cultural de Belém, em Lisboa. No dia 25 de Setembro, para assinalar o Dia Nacional da Sustentabilidade, a iniciativa passa pela Fundação de Serralves, no Porto.

A participação é gratuita e as inscrições para as três conversas estão disponíveis *online*. **PÚBLICO**

Rick Ridgway, participação especial

Liderou os grandes projectos ambientais da Patagónia — uma famosa marca de roupa dedicada às actividades ao ar livre. Foi ele o responsável, em 2011, por desafiar a Walmart — cadeia de supermercados norte-americanos — para uma parceria pioneira que levaria, mais tarde, à criação da Sustainable Apparel Coalition (SAC), uma organização global cujo propósito é promover práticas sustentáveis na indústria da moda, calçado e têxtil. Através do Higg Materials Sustainability Index, a SAC promoveu uma série de ferramentas-padrão para que a indústria têxtil fosse classificada quanto ao impacto ambiental das suas operações e que conseguisse, através desses resultados, melhorar as condições de trabalho para os trabalhadores, nas empresas. Rick Ridgway reformou-se em 2020, mas continua a ser uma referência no sector, à escala mundial.

UE avisa Berlim: reforço das fronteiras só como "último recurso"

Donald Tusk diz que alargamento do controlo fronteiriço é uma "suspensão de facto do Acordo de Schengen"

Paulo Narigão Reis

As excepções à livre circulação entre os países do espaço Schengen são uma medida de último recurso e foi isso mesmo que Bruxelas lembrou ontem depois de a Alemanha ter anunciado que iria alargar os controlos em todas as fronteiras terrestres do país para travar o fluxo de migrantes irregulares e proteger os cidadãos de ameaças como o extremismo islâmico.

A Comissão Europeia confirmou que recebeu uma notificação formal do Ministério do Interior alemão sobre a sua decisão de reintroduzir controlos sistemáticos nas suas fronteiras terrestres com outros países da União Europeia (UE), um reforço fronteiriço que o Acordo de Schengen só permite em situações excepcionais por razões de segurança e ordem pública.

"Recebemos a notificação e vamos agora proceder à análise necessária", disse o porta-voz principal da Comissão, Eric Mamer, numa conferência de imprensa, evitando responder a perguntas dos jornalistas sobre se Bruxelas considera que Berlim está a respeitar as regras do espaço sem fronteiras de Schengen com esta medida.

No entanto, a porta-voz da UE para as migrações, Anitta Hipper, recordou que a reintrodução deste tipo de controlo nas fronteiras internas da União Europeia deve ser uma medida de "último recurso" para os governos, que devem demonstrar que se trata de uma resposta "necessária e proporcional" a uma ameaça à segurança do país.

Há já um ano que estão em vigor controlos temporários nas fronteiras da Alemanha com a Polónia, a República Checa, a Áustria e a Suíça. Estes controlos serão agora reforçados nas fronteiras com França, Luxemburgo, Países Baixos, Bélgica e Dinamarca.

Da parte dos países vizinhos que serão potencialmente afectados pela medida – que a ministra do Interior alemã, Nancy Faeser, disse que entraria em vigor a 16 de Setembro, prolongando-se durante seis meses –, as maiores críticas à decisão de Berlim vieram da Polónia e da Áustria.

O primeiro-ministro polaco, Donald Tusk, disse que as medidas eram "inaceitáveis" e classificou mesmo a decisão da Alemanha como uma "suspensão de facto do Acordo de Schengen em grande escala".

"Não tenho dúvidas de que a situação política interna está a exacerbar este tipo de medidas e não a nossa política em relação à imigração ilegal nas nossas fronteiras", afirmou Tusk, anunciando que iria solicitar consultas "urgentes" a nível da UE.

O chefe do Governo polaco referiu ainda que é necessário o "apoio total" da Alemanha e de toda a UE para garantir a segurança da fronteira externa. "Não vamos sucumbir ao mito de que a democracia e os direitos humanos estão em conflito com uma política de Estado dura e resoluta, quando se trata de defender as fronteiras e o território", disse Tusk.

O Governo austríaco, pela voz do ministro do Interior, fechou as portas do seu país a quem seja recusada entrada em solo alemão. "A Áustria não vai aceitar pessoas que são rejeitadas pela Alemanha. Não há margem de manobra", disse Gerhard Karner, citado pelo jornal alemão *Bild*.

Já a Dinamarca minimizou a medida alemã, lembrando que já existem controlos e verificações na fronteira terrestre e marítima entre os dois países desde 2016, enquanto a República Checa, através de uma publicação na rede social X pelo ministro do Interior, Vit Rakusan, afirmou que se tratava apenas do "prolongamento das medidas actualmente em vigor na fronteira com a Alemanha há vários meses".

Outros países da UE com controlos reforçados

Por causa de preocupações com a segurança

As regras do espaço Schengen permitem a introdução temporária de controlos fronteiriços em "último recurso". Estes países reinstauraram ou endureceram os controlos, alegando preocupações de segurança com os movimentos migratórios:

- A Áustria tem em vigor controlos nas fronteiras com a Eslováquia e a República Checa até 15 de Outubro e com a Eslovénia e a Hungria até 11 de Novembro;
- A França reintroduziu controlos nas fronteiras com países do Espaço Schengen até 31 de Outubro;
- A Dinamarca tem levado a cabo controlos terrestres e marítimos com origem na Alemanha, situação que se vai prolongar até 11 de Novembro;
- A Itália tem controlos fronteiriços com a Eslovénia até 18 de Dezembro;
- A Noruega, que não faz parte da UE mas pertence ao Espaço Schengen, reinstaurou controlos nos portos com ligações a Schengen até 11 de Novembro;
- A Eslovénia instalou controlos nas fronteiras com a Croácia e a Hungria até 21 de Dezembro;
- A Suécia intensificou os controlos fronteiriços até 11 de Novembro;
- A Finlândia encerrou as estações de atravessamento na fronteira terrestre com a Rússia por um período indefinido.

Conter a imigração

A reintrodução dos controlos fronteiriços faz parte de uma série de medidas que o executivo alemão se prepara para introduzir destinadas a conter a migração irregular, que tem crescido nos últimos anos, em especial de pessoas que fogem da guerra e da pobreza no Médio Oriente.

O Governo do chanceler Olaf Scholz está a tentar recuperar a iniciativa da oposição de extrema-direita e dos conservadores, que têm visto o seu apoio aumentar à medida que se preocupam com a apreensão dos eleitores em relação aos serviços públicos, à integração e à segurança.

O tema da imigração foi mesmo decisivo para a vitória da Alternativa para a Alemanha (AfD) na Turíngia, a primeira vez que um partido de extrema-direita venceu uma eleição estadual na Alemanha desde a II Guerra Mundial, tendo ainda ficado em segundo lugar no estado da Saxónia, a apenas um ponto percentual da CDU. E as mais recentes sondagens mostram que a imigração é também

AYHAN UYANIK/REUTERS

Controlo policial na fronteira da Alemanha com a Polónia

3 mil

Os controlos da Alemanha nas suas fronteiras terrestres permitiram a "devolução" de 30 mil migrantes desde Outubro de 2023

a principal preocupação dos eleitores no estado de Brandemburgo, que vai a votos dentro de duas semanas.

Ontem, a CDU, principal partido da oposição, rompeu as conversações com o Governo sobre uma abordagem conjunta em relação à política de asilo e migração, com a justificação de que as propostas do executivo sobre a rejeição dos requerentes de asilo nas fronteiras alemãs não vão suficientemente longe.

Segundo o jornal alemão *Die Zeit*, a ministra do Interior, Nancy Faeser, propôs um novo modelo para poder rejeitar requerentes de asilo na fronteira, a ser aplicado pela Polícia Federal e limitado aos casos em que estas pessoas já tenham sido registadas como tal noutro país da UE, em conformidade com o chamado "sistema de Dublin".

Mas a CDU, liderada por Friedrich Merz, alega que as propostas do Governo não levariam a uma redução rápida e significativa da migração ilegal para a Alemanha, cobrindo apenas uma parte das pessoas que entram ilegalmente no país.

Espaço Schengen

Reposição das fronteiras na Alemanha é "medida simbólica"

Entrevista

Ana Maria Henriques

Rui Pena Pires
"Dificilmente a Alemanha consegue isolar-se hoje e criar uma espécie de cortina de ferro"

Rui Pena Pires, sociólogo e coordenador científico do Observatório de Emigração, diz não acreditar que o reforço dos controlos fronteiriços na Alemanha venha a ser posto em prática de forma muito rigorosa e faz uma leitura política do que pode significar endurecer o controlo fronteiriço terrestre dentro da União Europeia e do Espaço Schengen.

O Governo alemão anunciou a reposição temporária de controlos fronteiriços em todas as fronteiras terrestres. Como vê esta medida?

Vejo como uma medida simbólica tomada pelo Governo alemão, que é um Governo de coligação centrista, para travar, na opinião do mesmo, a subida da extrema-direita nas eleições estaduais que estão a decorrer neste momento no país. A Alternativa para a Alemanha (AfD, na sigla alemã) teve uma boa votação na Saxónia e venceu na Turíngia, e há um pouco esta ideia de que, adoptando algum do discurso ou alguma das causas da extrema-direita com menos radicalismo, é possível competir eleitoralmente com a extrema-direita.

Não tenho a certeza sobre isso por várias razões. Se olharmos para a história da extrema-direita na Europa, esta não começou por triunfar em países com muita imigração. Pelo contrário, na Polónia e na Hungria, onde a extrema-direita chegou ao governo há muito tempo, têm muito pouca imigração. Para mim está por esclarecer esta ligação apresentada como evidente entre a subida da extrema-direita e a imigração. Não é uma medida que vá ter uma grande eficácia prática, dificilmente a Alemanha consegue isolar-se hoje e criar uma espécie de cortina de ferro nos milhares de quilómetros de fronteira que tem com outros países da União Europeia. Não tendo tanta eficácia instrumental, atribui-se essa eficácia simbólica, de permitir combater as ideias da extrema-direita.

Ainda não são conhecidos pormenores sobre como vai ser posto em prática o controlo. É possível pôr isto em prática sem criar o caos nas fronteiras terrestres?

Exactamente por isso é que não vai ser posto em prática de uma forma muito radical. A Alemanha não tem qualquer interesse em criar o caos no transporte de mercadorias, só para dar apenas um exemplo, que vai ter de continuar a funcionar. Se amanhã houver grandes filas, alguém vai aparecer com uma solução engenhosa para acabar com elas, aligeirando na prática o controlo que se diz estar a tentar restabelecer. Vimos agora com o "Brexit" os problemas que houve com a retoma da fronteira terrestre, as consequências que isso teve nas cadeias de distribuição, no funcionamento do retalho alimentar. Não acredito que a Alemanha vá ao ponto de fechar de tal forma que crie problemas desse tipo.

Já houve reacções de países com fronteiras terrestres com a Alemanha. Que tipo de implicações políticas nos outros países pode ter um controlo fronteiriço deste género?

Pode desencadear uma de duas coisas: uma lógica de imitação nos países vizinhos ou, para já é o que parece estar mais a acontecer, uma avaliação crítica dessa decisão do Governo alemão. Esta é uma decisão que, se for levada à risca, é incompatível com o funcionamento corrente da União Europeia. Não estou a ver a Alemanha a pôr em causa o funcionamento das cadeias logísticas da sua indústria automóvel, que já tem problemas suficientes. Pode ser que esteja completamente enganado, mas suspeito que este fechamento seja mais simbólico do que efectivo e que sirva muito mais propósitos eleitorais do que uma ideia de retoma da fronteira terrestre como um obstáculo a ultrapassar na circulação dentro da União Europeia.

Esta medida pode pôr em causa a união da União Europeia?

Não acredito. A economia alemã está muito integrada, muito mais do que a do Reino Unido estava, com o resto dos países da União Europeia. Não acredito que alguém tente ganhar eleições disparando mais na imigração e criando o caos na economia. Como se costumava dizer, é muito difícil ganhar eleições quando a economia está mal. É algo que vai ter de ser gerido com pinças.

Desde Outubro de 2023, os controlos excepcionais já existentes na Alemanha permitiram a devolução de 30 mil migrantes. Que mais podemos esperar?

Sim, mas 30 mil imigrantes na Alemanha não são propriamente uma taxa de devolução muito grande. Estamos a falar do país onde entram mais migrantes todos os anos na União Europeia, centenas de milhares todos os anos. Estas actuações têm um efeito, fazem crer que há uma vontade prática de controlo de fronteira muito maior do que aquela que existe na prática. Se amanhã começarem a recusar a entrada a centenas de milhares de migrantes, é outra coisa.

Portugal pode vir a aplicar alguma medida excepcional deste género?

Não vejo qualquer razão para tal. Na Alemanha, a justificação que foi dada remeteu para alguns acontecimentos recentes que envolveram ataques mortais, nos últimos tempos sobretudo, através de esfaqueamentos de cidadãos alemães. Não temos nada disso em Portugal, não consigo perceber que justificação se poderia arranjar para fechar as fronteiras. Foi dito pelo Governo alemão que isto é uma reacção ao activismo militante islâmico. Ora, Portugal praticamente não tem imigração islâmica, e sobretudo não tem, até agora, ligada a movimentos mais activistas. Mesmo a imigração islâmica não é árabe, é uma imigração do subcontinente indiano, do Bangladesh.

Ucrânia volta a levar a guerra para perto dos russos

André Certã e João Ruela Ribeiro

Pelo menos 20 *drones* foram destruídos na região de Moscovo, com vários ataques a atingirem outras regiões. Houve uma morte

A Ucrânia realizou um ataque aéreo com *drones* à região de Moscovo durante a madrugada de ontem, matando uma pessoa e ferindo outras três, segundo as autoridades russas.

Segundo o governador da região de Moscovo, Andrei Vorobiov, no seu canal de Telegram, a vítima mortal era uma mulher de 46 anos e os três feridos terão sido resultado a um ataque a um edifício residencial na cidade de Ramenskoie, a cerca de 50km de Moscovo.

Foram atingidos vários edifícios perto da capital russa e o ataque causou fortes perturbações no tráfego aéreo. Durante seis horas, três dos quatro aeroportos que servem Moscovo foram encerrados, obrigando ao desvio de mais de 50 voos.

O porta-voz do Kremlin, Dmitri Peskov, afirmou que o ataque ucraniano demonstra que o "regime de Kiev" é inimigo da Rússia e que as forças russas têm de "continuar a operação militar [nome dado pelo Kremlin à invasão da Ucrânia]" para se protegerem "de tais manifestações deste regime".

Apesar de não ser a primeira vez que *drones* enviados pela Ucrânia alcançam a capital russa, este foi o ataque deste género que mais danos causou. Privada de poder usar mísseis de longo alcance fornecidos pelos seus aliados ocidentais para atacar alvos no território russo, a Ucrânia tem investido em *drones* para conseguir atingir o país inimigo. Nos últimos meses, os ataques deste tipo têm-se intensificado, no âmbito de um dos objectivos declarados de Kiev: levar a guerra para solo russo.

As autoridades ucranianas acreditam que uma forma de poder forçar o Presidente russo, Vladimir Putin, a terminar a ofensiva nos termos desejados por Kiev é através de ataques na própria Rússia, seja aéreos ou através de incursões terrestres como a que ocorre há mais de um mês na província de Kursk. Para a maioria dos russos, a invasão da Ucrânia, iniciada há mais de dois anos e meio, tem tido um impacto reduzido no seu quotidiano, apesar das inúmeras sanções que restringem a economia russa e do isolamento internacional do país.

Com ataques deste género, esperam os dirigentes ucranianos, os efeitos do conflito poderão levar a população russa a expressar de forma mais firme a sua oposição à continuação da guerra — desde o início da invasão em larga escala o regime russo vem apertando o cerco a qualquer tipo de crítica ou dissidência pública, sobretudo no que respeita à chamada "operação militar especial".

A grande maioria dos *drones* enviados pela Ucrânia para atacar o território russo tem como alvo as regiões fronteiriças, como Belgorod ou Kursk, que é onde também se localizam as principais bases aéreas e logísticas usadas pelas forças ao serviço do Kremlin para fazerem bombardeamentos sobre o país vizinho. Mas um ataque como o de ontem sobre Moscovo tem, sobretudo, um carácter simbólico por se dirigir contra a zona metropolitana da capital, onde vivem mais de oito milhões de pessoas.

Segundo a Reuters, a Rússia disse que pelo menos 20 *drones* foram destruídos, enquanto sobrevoavam a região de Moscovo. Para além destes, outros 144 foram abatidos em oito regiões da Rússia.

"Durante a noite passada, 144 *drones* ucranianos do tipo avião foram destruídos e interceptados pelas forças de defesa aérea em serviço durante uma tentativa do regime de Kiev de levar a cabo um ataque terrorista utilizando veículos aéreos não tripulados contra instalações no território da Federação Russa", afirmou o Ministério da Defesa russo.

MAXIM SHEMETOV/REUTERS

Houve muitos danos em edifícios na região de Moscovo

Fornecimento de armas à Rússia

Aliados impõem novas sanções ao Irão

Os EUA, o Reino Unido, França e Alemanha anunciaram ontem a imposição de novas sanções ao Irão por causa do fornecimento de armas à Rússia para usar na guerra contra a Ucrânia.

Antes de seguir para Kiev, o secretário de Estado dos EUA, Antony Blinken, esteve em Londres para falar da ameaça que o apoio militar do Irão à Rússia constitui, fazendo eco de várias notícias nos *media* norte-americanos ao longo dos últimos dias que davam conta da venda por Teerão a Moscovo de mísseis.

"A Rússia recebeu por esta altura fornecimentos destes mísseis balísticos e irá provavelmente usá-los nas próximas semanas na Ucrânia, contra a Ucrânia", afirmou Blinken, referindo-se a informações que disse terem sido partilhadas com os aliados de Washington.

"Este desenvolvimento e a crescente cooperação entre a Rússia e o Irão ameaçam a segurança europeia e demonstram como a influência desestabilizadora do Irão extravasa o Médio Oriente", acrescentou o secretário de Estado.

Blinken foi recebido pelo ministro britânico dos Negócios Estrangeiros, David Lammy, que avisou que o envio de armamento iraniano para a Rússia significa uma "escalada perigosa" do conflito.

"O Irão deve parar de apoiar o ataque não provocado, premeditado e bárbaro de [Presidente russo, Vladimir] Putin contra um Estado soberano democrático", afirmou Lammy, garantindo que "o Reino Unido irá estar ao lado da Ucrânia durante o tempo que for necessário".

Segundo os EUA, o regime iraniano terá dado formação a militares russos para operar o sistema de mísseis Fath-360, que possui um alcance máximo de 121 quilómetros.

Nem o Irão nem a Rússia confirmaram estas notícias, embora o porta-voz do Kremlin, Dmitri Peskov, tenha recordado que os dois países têm uma cooperação abrangente.

Ataque israelita a zona humanitária faz 40 mortos

Pelo menos 60 pessoas ficaram ainda feridas nos ataques, segundo o gabinete de imprensa do governo da Faixa de Gaza

Mais de 40 pessoas foram mortas na madrugada de ontem num ataque aéreo israelita a um campo de tendas para palestinianos deslocados em Khan Younis, no Sul de Gaza, segundo o serviço de emergência civil, naquilo que os militares israelitas chamaram um ataque a um centro de comando do Hamas.

O gabinete de imprensa do governo de Gaza, dirigido pelo Hamas, afirmou ainda que pelo menos outras 60 pessoas terão ficado feridas nos ataques e que muitas permanecem desaparecidas enquanto as equipas de salvamento prosseguem as suas buscas.

Os residentes e os médicos disseram que o acampamento de tendas perto de Khan Younis, na zona de Al-Mawasi, que Israel designou como zona de segurança humanitária para os palestinianos deslocados, foi atingido por pelo menos quatro mísseis. O acampamento está lotado de famílias que os militares israelitas ordenaram que fugissem de outros locais do território.

O serviço de emergência civil de Gaza revelou que pelo menos 20 tendas se incendiaram e que os mísseis provocaram crateras com uma profundidade de nove metros. Segundo o serviço, entre as vítimas, contavam-se mulheres e crianças, mas não forneceu de imediato um balanço dos mortos e feridos.

"As nossas equipas continuam a retirar os mártires e os feridos da zona visada. Parece um novo massacre israelita", declarou um responsável pela emergência civil em Gaza.

O responsável acrescentou que as equipas têm tido dificuldade em procurar vítimas que possam ter sido enterradas.

Os militares israelitas afirmaram que "atingiram importantes terroristas do Hamas que operavam num centro de comando e controlo instalado na zona humanitária de Khan Younis".

O Hamas, o grupo islamista que controlava Gaza antes do conflito, negou as alegações israelitas de que havia homens armados na zona visada e rejeitou as acusações de que explorava zonas civis para fins militares. **Reuters**

IRS Jovem cava diferença entre trabalhadores com o mesmo vencimento

IRS Jovem beneficia quem ganha mais. Ganho líquido em relação às taxas do IRS normal cresce à medida que se sobe na escala dos rendimentos

Pedro Crisóstomo

Se a proposta de lei do IRS Jovem for aprovada no Parlamento tal como foi desenhada pelo Governo de Luís Montenegro, o sistema fiscal português passará a ter duas tabelas de IRS distintas: uma que se aplicará aos jovens trabalhadores até aos 35 anos e outra para os restantes trabalhadores e pensionistas.

A primeira tem nove escalões de rendimento, com taxas mais baixas em oito, o que fará com que, no fim de contas, o imposto a pagar pelos jovens chegados ao mercado de trabalho seja mais baixo, mesmo para quem se encontra no nono escalão de rendimento. Já a segunda, também com nove degraus, corresponde à normal tabela geral do IRS, àquela que se aplica à generalidade dos cidadãos e que, se o novo IRS Jovem avançar, passará a vigorar apenas para quem tem 36 ou mais anos.

Por outras palavras: contribuintes com o mesmo salário e que se encontram na mesma situação familiar serão tributados de forma diferente (uns com uma tabela de IRS, outros com outra) e, no final, uns pagarão menos e outros mais. Só um critério os distingue: a idade.

As simulações realizadas para o PÚBLICO pela consultora PwC mostram como o tratamento diferenciado se traduzirá no salário líquido de cada um, evidenciando como salários iguais dão lugar a rendimento líquido díspar, porque a idade influencia as taxas de IRS a accionar. E confirmam outra circunstância: como a proposta de lei do Governo não tem tectos para o benefício fiscal atribuído aos jovens, o ganho dos cidadãos abrangidos pelo IRS Jovem aumenta percentualmente à medida que se sobe na escala do rendimento, ou seja, a medida beneficia quem tem salários mais altos.

Filosofias diferentes

Até agora, na modalidade do IRS Jovem que está em vigor (lançada pelos governos do PS de António Costa), a idade e o número de anos no mercado de trabalho também influenciavam o resultado.

Contribuintes com rendimentos idênticos também pagavam uma taxa efectiva de IRS distinta, só que a filosofia do imposto é diferente: não há duas tabelas de IRS, apenas uma, a mesma de sempre (a do artigo 68.º do Código do IRS); o que há é uma exclusão de tributação de parte do rendimento e, depois, à fatia que é tributada aplica-se a tal tabela do IRS, igual à que serve de referência para os restantes contribuintes com rendimentos do trabalho ou de pensões.

Agora, com o novo IRS Jovem, esse carácter de unidade desaparece: o código passa a ter duas tabelas de IRS, ambas com nove escalões de rendimento, mas taxas diferentes. A do IRS Jovem começa com uma taxa de 4,42% para tributar os rendimentos do primeiro escalão, tem percentagens progressivas que chegam a uma taxa de 15% no oitavo degrau e culminam numa de 48% no último; a tabela normal começa com uma taxa de 13% no primeiro escalão, chega aos 45% no oitavo e aos 48% no último (havendo ainda, tanto no IRS Jovem como no geral, as taxas adicionais de solidariedade para quem tem rendimentos mais altos).

Caso a caso

As simulações realizadas pela PwC mostram que a variação no rendimento líquido vai crescendo quanto mais se sobe na tabela e aproxima-se dos 30% ou toca mesmo nesse valor nos vencimentos do oitavo e nono escalões. Por contraponto, nos primeiros degraus, a distância entre os contribuintes do IRS Jovem e os outros é menor, com as variações no rendimento líquido dos primeiros a estarem nos 7% (segundo escalão de IRS), 8% (terceiro), 10% (quarto) ou 13% (quinto) ou 18% (sexto) ou 20% (sétimo), tudo isto olhando para o caso de trabalhadores solteiros e sem filhos.

Vejamos algumas comparações, começando justamente pelo exemplo de trabalhadores solteiros e sem filhos que ganham 900 euros brutos por mês (12.600 euros por ano, tendo em conta os 12 vencimentos e os subsídios de férias e Natal).

Se um trabalhador tiver 23 anos, só pagará 138 euros de IRS, ficando com um rendimento líquido anual de 12.462 euros; se um colega na mesma empresa tiver mais de 35 anos (por exemplo, 38 anos) e receber o mesmo salário e estiver na mesma função, terá de entregar ao Estado 524 euros de IRS, ficando com um rendimento líquido de 12.076 euros. É uma diferença de 386 euros. Neste caso, o benefício no rendimento líquido do trabalhador coberto pelas regras do IRS Jovem é de 3,2% em relação ao trabalhador não abrangido, mais velho.

Vejamos outro exemplo, também de um trabalhador solteiro e sem filhos. Se a pessoa tiver 35 anos e receber 2000 euros brutos mensais (28.000 euros por ano) irá pagar 1399 euros anuais de IRS, o que significa que o rendimento líquido de IRS será de 26.601 euros; já se um outro contribuinte tiver 36 anos, irá pagar 4501 euros de imposto anual, ficando com um rendimento líquido de IRS de 23.499 euros. O primeiro irá pagar menos 3103 euros, uma variação de 13%.

Num salário de 3250 euros, o diferencial já é de 20%. O jovem trabalhador abrangido pelo IRS Jovem pagará de imposto 3415 euros, quando o mais velho, não abrangido, suportará 10.336 euros, havendo entre eles uma diferença no rendimento líquido próxima dos 7000 euros.

Se considerarmos um vencimento mais alto, de 6000 euros (84 mil anuais), já apanhado pelo penúltimo

Com o IRS Jovem, fisco passará a distinguir contribuintes com base na sua idade

15%

A tabela do IRS Jovem começa com uma taxa de 4,42% no primeiro escalão e tem percentagens progressivas que chegam a 15% no oitavo degrau

45%

A tabela normal do IRS em vigor para todos os contribuintes começa com uma taxa de 13% no primeiro escalão e chega aos 45% no oitavo patamar

MATILDE FIESCHI

escalão de IRS, a variação chega mesmo a ser de 30% em relação a um contribuinte do regime geral. Imaginemos o caso de um trabalhador de 34 anos: pagará 8497 euros de IRS, ficando com 75.503 euros líquidos de imposto. Já, por hipótese, um trabalhador de 48 anos ou de outra idade (desde que tenha 36 ou mais anos), pagará 25.718 euros de IRS, ficando com 58.282 mil líquidos. A diferença supera os 17 mil euros, o equivalente à tal variação de 30%.

O mesmo acontece com outras situações, se olharmos para simulações de trabalhadores casados com alguém que também aufere rendimentos e que tenha um ou dois filhos.

Um caso: um trabalhador que receba 1500 euros brutos por mês (42 mil euros por ano) e que tenha dois dependentes: se tiver 28 anos, pagará zero euros de IRS, ficando com 42 mil líquidos; se tiver 36 anos ou mais, pagará 3642 euros, mais 13% do que o outro trabalhador na mesma circunstância salarial e familiar.

Num vencimento de 6000 euros, já apanhado pelo penúltimo escalão de IRS, a variação chega a ser de 30% entre quem beneficia do IRS Jovem e um contribuinte do regime geral

Vejamos outro exemplo, na mesma situação familiar, mas agora para um salário mais baixo, de 900 euros. Aqui, o trabalhador do regime geral (com 36 anos ou mais) já está isento de IRS, por causa das regras do mínimo de existência (o mecanismo que exclui do pagamento do imposto quem ganha menos); um jovem trabalhador (por exemplo, de 21 anos) também fica isento de IRS, de resto, o que também já aconteceria se não existisse IRS Jovem. Para este patamar salarial, o incentivo fiscal não traz qualquer vantagem, que só se sente nos níveis remuneratórios acima e, mais uma vez, vai crescendo percentualmente ao longo da cadeia dos rendimentos.

É preciso sublinhar que, nestas simulações, quando nos referimos ao rendimento líquido, estamos a falar do valor que fica do lado do contribuinte depois da cobrança do IRS, não ainda ao montante real que entra na conta bancária, porque, para se chegar a essa quantia, é necessário subtrair os descontos para a Segurança Social ou para a Caixa Geral de Aposentações (e outros eventuais valores, como a ADSE no caso de muitos funcionários públicos).

Escolher o regime

Nestas simulações, a comparação é feita entre as taxas gerais do IRS que se encontram em vigor neste momento (já depois da alteração aprovada no Parlamento em Junho deste ano) e as regras previstas para o IRS Jovem. Embora o Governo pretenda aplicá-las apenas de 2025 em diante (e não ainda em 2024), aqui faz-se uma comparação directa entre os dois regimes partindo das regras que se conhecem neste momento.

Para simplificar as simulações, a PwC assume que os contribuintes "não têm quaisquer outras despesas dedutíveis para além das despesas gerais e familiares" (250 euros). Os cenários para os pais casados têm como pressuposto que, no caso dos trabalhadores com um filho, a criança tem mais de três anos; e que, no caso dos trabalhadores com dois filhos, que uma das crianças tem mais de três anos e a outra mais de seis anos (porque o valor das deduções é diferente).

Neste momento, só é possível fazer uma comparação entre o IRS Jovem e o IRS normal olhando para o conjunto do rendimento anual; ainda não é possível calcular quanto é que um jovem receberá mensalmente e comparar com a situação de um outro trabalhador mais velho, porque não existem tabelas de retenção na fonte para os jovens, uma vez que a ideia lançada pelo Governo ainda não é lei: para ser realidade, terá de ser aprovada no Parlamento, ser promulgada pelo Presidente da República e seguir para o *Diário da República*. Só depois desses passos, o Governo pode publicar um despacho com as tabelas de retenção.

Idades diferentes, IRS distintos

IRS Jovem

Trabalhador solteiro, sem filhos
900€ por mês
12.600€ por ano

IRS a pagar	138€
Rendimento líquido	*12.462€*

Trabalhador solteiro, sem filhos
1000€ por mês
14.000€ por ano

IRS a pagar	222€
Rendimento líquido	*13.778€*

Trabalhador solteiro, sem filhos
2000€ por mês
28.000€ por ano

IRS a pagar	1399€
Rendimento líquido	*26.601€*

Trabalhador solteiro, sem filhos
3250€ por mês
45.500€ por ano

IRS a pagar	3415€
Rendimento líquido	*42.085€*

Trabalhador casado, 1 filho
1000€ por mês
28.000€ por ano

IRS a pagar	0€
Rendimento líquido	*28.000€*

Trabalhador casado, 1 filho
1250€ por mês
35.000€ por ano

IRS a pagar	323€
Rendimento líquido	*34.677€*

Trabalhador casado, 2 filhos
2750€ por mês
77.000€ por ano

IRS a pagar	3762€
Rendimento líquido	*73.238€*

35 anos

Trabalhador casado, 2 filhos
7000€ por mês
196.000€ por ano

IRS a pagar	23.507€
Rendimento líquido	*172.493€*

Regime geral do IRS

Trabalhador solteiro, sem filhos
900€ por mês
12.600€ por ano

IRS a pagar	524€
Rendimento líquido	*12.076€*

Trabalhador solteiro, sem filhos
1000€ por mês
14.000€ por ano

IRS a pagar	1106€
Rendimento líquido	*12.894€*

Trabalhador solteiro, sem filhos
2000€ por mês
28.000€ por ano

IRS a pagar	4501€
Rendimento líquido	*23.499€*

Trabalhador solteiro, sem filhos
3250€ por mês
45.500€ por ano

IRS a pagar	10.336€
Rendimento líquido	*35.164€*

44 anos

Trabalhador casado, 1 filho
1000€ por mês
28.000€ por ano

IRS a pagar	1612€
Rendimento líquido	*26.388€*

Trabalhador casado, 1 filho
1250€ por mês
35.000€ por ano

IRS a pagar	2977€
Rendimento líquido	*32.024€*

37 anos

Trabalhador casado, 2 filhos
2750€ por mês
77.000€ por ano

IRS a pagar	14.637€
Rendimento líquido	*62.363€*

Trabalhador casado, 2 filhos
7000€ por mês
196.000€ por ano

IRS a pagar	61.944€
Rendimento líquido	*134.056€*

Fonte: PwC

PÚBLICO

Apple condenada a pagar 13 mil milhões de euros em impostos na UE

Ana Brito

Tribunal de Justiça da União Europeia confirma que a dona do iPhone recebeu auxílios de Estado ilegais da Irlanda

O Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE) deu uma machadada nas aspirações da Apple de se livrar do pagamento de 13 mil milhões de euros em impostos, em consequência de um processo sobre o tratamento fiscal de lucros gerados por actividades da Apple fora dos Estados Unidos que já dura há oito anos e que tem sido um dos maiores braços-de-ferro entre a Comissão Europeia e uma das chamadas "*big techs*", as grandes empresas de tecnologia.

"O Tribunal de Justiça pronuncia-se definitivamente sobre o litígio e confirma a decisão da Comissão Europeia de 2016: a Irlanda concedeu à Apple um auxílio ilegal que este Estado está obrigado a recuperar", anunciou ontem a instituição. A decisão pode vir a ser decisiva noutros litígios sobre vantagens fiscais ilegais entre a Comissão Europeia e as grandes tecnológicas.

O comunicado divulgado pelo TJUE sublinha o facto de que esta decisão é definitiva e sobrepõe-se a outra do Tribunal Geral da União Europeia (TGUE) de 2020, que foi favorável à Apple. "No seu acórdão de hoje, o Tribunal de Justiça, chamado a pronunciar-se sobre um recurso interposto pela Comissão, anula o acórdão do Tribunal Geral e decide definitivamente o litígio", lê-se no comunicado de imprensa.

Há oito anos, a comissária responsável pela pasta da Concorrência, Margrethe Vestager, acusou a Irlanda de ter estabelecido um acordo ilegal com a empresa norte-americana, ao proporcionar-lhe uma taxa de impostos inferior a 1% e, consequentemente, vantagens fiscais ilícitas.

Em 2016, o presidente executivo da Apple, Tim Cook, definiu a decisão da Comissão Europeia como uma "treta política" e acusou o executivo europeu de ignorar que os rendimentos da empresa já pagavam imposto nos Estados Unidos. Contudo, o acórdão ontem conhecido considera acertado o raciocínio da Comissão, decidindo anular as decisões fiscais irlandesas de 1991 e 2007 que deram origem ao diferendo.

Essas duas decisões fiscais prévias a favor de duas sociedades do grupo Apple, a Apple Sales International (ASI) e a Apple Operations Europe (AOE) — constituídas como sociedades de direito irlandês, mas que não eram residentes fiscais irlandesas — aprovaram os métodos utilizados por ambas para determinar os seus lucros tributáveis na Irlanda (nomeadamente os lucros gerados com as vendas dos produtos Apple pelas suas sucursais irlandesas).

MANUEL ORBEGOZO/REUTERS

Apple considerou em 2016 que decisão da CE era "treta política"

Duelo de tribunais

Em 2016, a Comissão "considerou que, ao excluir da base tributável os lucros gerados pela exploração das licenças de propriedade intelectual detidas pela ASI e pela AOE, pelo facto de, em substância, as sedes dessas sociedades estarem estabelecidas fora da Irlanda e de a gestão dessas licenças depender de decisões tomadas ao nível do grupo Apple nos Estados Unidos, as *rulings* [decisões] fiscais concederam a essas sociedades, entre 1991 e 2014, um auxílio de Estado ilegal e incompatível com o mercado interno do qual o grupo Apple, no seu todo, beneficiou", recorda o TJUE.

A Comissão Europeia ordenou à Irlanda que procedesse à recuperação do valor do imposto, que calculou rondar os 13 mil milhões de euros. Mas, em 2020, "na sequência de recurso interposto pela Irlanda, pela ASI e pela AOE, o Tribunal Geral anulou a decisão da Comissão".

Nessa decisão (agora também anulada), o TGUE considerou não ter ficado provada a "existência de uma vantagem selectiva [por parte do Estado irlandês] decorrente da adopção das *rulings* [decisões] fiscais em causa e que conduziu a uma redução preferencial da matéria colectável na Irlanda".

Decisão pode vir a ser decisiva noutros litígios sobre vantagens fiscais ilegais entre a Comissão Europeia e as tecnológicas

Opinião oposta tem o TJUE, que "confirma, em especial, a abordagem da Comissão segundo a qual, por força da disposição relevante do direito irlandês relativa ao cálculo da tributação das sociedades não residentes, as actividades das sucursais da ASI e da AOE na Irlanda não deviam ser comparadas com as actividades exercidas pelas outras sociedades do grupo Apple, como, por exemplo, uma sociedade-mãe nos Estados Unidos".

Segundo o TJUE, as actividades das referidas sucursais devem antes "ser comparadas com as actividades de outras entidades dessas sociedades, em especial, as suas sedes situadas fora da Irlanda" e pagar impostos em conformidade.

Ao anular o acórdão do Tribunal Geral e decidir "definitivamente o litígio", o TJUE diz mesmo que o Tribunal Geral "cometeu erros quando considerou que a Comissão não tinha conseguido fazer prova bastante" do caso contra a Apple e de que os lucros "gerados pelas vendas dos produtos Apple fora dos Estados Unidos deviam ter sido imputados, para efeitos fiscais, às sucursais irlandesas".

"Em especial, foi sem razão que o Tribunal Geral considerou" não só que "o raciocínio da Comissão a título principal se baseava em apreciações erradas sobre a tributação normal nos termos do direito fiscal irlandês aplicável no presente processo", como julgou "procedentes as acusações da Irlanda, da ASI e da AOE contra as apreciações factuais da Comissão", refere o comunicado.

Bruxelas ganha caso contra Google com coima de 2,4 mil milhões de euros

Ana Brito

A Google foi acusada em 2017 de abuso de posição dominante no mercado dos serviços de pesquisa na Internet

O Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE) recusou aceitar um recurso da Google contra a decisão da Comissão Europeia que condenou a gigante tecnológica ao pagamento de uma coima de 2,4 mil milhões de euros por abuso da sua posição de domínio no mercado dos serviços de pesquisa *online*, naquela que foi a sua maior multa anticoncorrência até àquela data.

Em 2017, a Comissão aplicou à Google uma coima de cerca de 2,4 mil milhões de euros por abuso de posição dominante nos "vários mercados nacionais da pesquisa na Internet ao ter favorecido o seu próprio serviço de comparação de produtos face ao dos seus concorrentes", recorda o TJUE, num comunicado divulgado ontem.

A Google e a sua casa-mãe, a Alphabet, procuraram anular a coima da Comissão, mas, em 2021, o Tribunal Geral da União Europeia (TGUE) confirmou-a. As duas empresas tentaram então o recurso para o TJUE, que negou provimento e validou o acórdão do Tribunal Geral.

Este não é o único processo que opõe a Google à Comissão Europeia e em particular à comissária da Concorrência, Margrethe Vestager. Em 2018, a gigante tecnológica foi também condenada ao pagamento de uma coima por práticas anticoncorrenciais, que mais uma vez atingiu um valor recorde de 4,3 mil milhões de euros, reduzidos pelo tribunal para 4,1 mil milhões, devido a abuso de posição dominante relativamente ao sistema operativo Android.

Sob este caso concreto da pesquisa na Internet, a Direcção-Geral da Concorrência detectou abusos de posição dominante da Google em 13 Estados-membros ao favorecer, "nas suas páginas de resultados de pesquisa geral, os resultados do seu próprio serviço de comparação de preços face a serviços de comparação de preços concorrentes".

Na decisão divulgada em Junho de 2017, a Comissão explicou que a Google "apresentava os resultados de pesquisa do seu serviço de comparação de preços em primeiro lugar", dando-lhes particular destaque com "informações visuais e de texto atractivas".

Direcção-Geral da Concorrência detectou abusos de posição dominante da Google em 13 países

Pelo contrário, "os resultados de pesquisa dos serviços de comparação de produtos concorrentes só apareciam como simples resultados genéricos (apresentados sob a forma de hiperligações azuis)", tornando-se susceptíveis de serem "apresentados numa posição inferior por algoritmos de ajustamento nas páginas de resultados gerais da Google", diz o TJUE.

Por abuso de posição dominante no mercado dos serviços de pesquisa geral na Internet e de serviços de pesquisa especializada de produtos, a Comissão aplicou assim à Google uma coima de 2,424 mil milhões.

Rua Júlio Dinis, n.º 270,
Bloco A, 3.º Piso
4050-318 Porto

Tel. 22 615 10 00
lojaporto@publico.pt
De seg a sex das 09H às 18H

CLASSIFICADOS

Dá-se conhecimento de que se encontra aberto os seguintes recrutamentos para a NOVA Medical School da Universidade Nova de Lisboa:

- 1 vaga de Dirigente Intermédio de 3.º Grau para o Serviço Financeiro (Ref.ª: **D/4/SF/2024**);
- 8 vagas de Bolseiro no no âmbito dos projetos LA/P/0087/2020-LS4F (Ref.ª: **SAI/2024/11**);
- 1 vaga de Bolseiro no no âmbito do projeto Junior Leader "La Caixa" ID 100010434 (Ref.ª: **SAI/2024/06**);

Podem candidatar-se os indivíduos que reúnam as condições fixadas nos avisos disponíveis no endereço: www.nms.unl.pt
(Junte-se à nms/Recrutamento/ Colaboradores).

O prazo-limite para submissão das candidaturas é de 6 dias úteis a contar da data da publicação do presente anúncio.

CARTÓRIO NOTARIAL DE SÓNIA PEREIRA,
RUA JOÃO MACHADO, N.º100, 1.º DIREITO EM COIMBRA

EXTRATO DE JUSTIFICAÇÃO

Certifico narrativamente, para efeitos de publicação, que por escritura lavrada em dez de setembro de dois mil e vinte e quatro, exarada a folhas QUARENTA E SETE do livro de notas para escrituras diversas número DUZENTOS E TRINTA E QUATRO – A, **OLINDA DA LUZ FERNANDES,** NIF 150.297.106, divorciada, natural da freguesia e concelho de Ansião, residente na Rua Álvaro Cunhal, lote 37, 1º direito, Urbanização Valverde, união das freguesias de Santa Clara e Castelo Viegas, concelho de Coimbra, declarou que é dona e possuidora legítima do veículo automóvel da marca **SMART,** Modelo **ForTwo Coupe,** com a matrícula **90-GQ-83,** cancelada em dois de maio de dois mil e dezoito, sem qualquer registo de propriedade ativo.
Que o referido veículo esteve anteriormente registado a favor da "MERCEDES BENZ PORTUGAL, SA" conforme apresentação dois mil duzentos e noventa e dois, de três de novembro de dois mil e oito, a favor da "BMW BANK GMBH SUCURSAL PORTUGUESA", conforme apresentação mil cento e oitenta e quatro, de dezassete de fevereiro de dois mil e nove e a favor da "SOFINLOC INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, S.A." pela inscrição com a apresentação novecentos e dois, de seis de outubro de dois mil e nove.
Que o referido veículo foi pela justificante adquirido a "COVIATOP II – ASSISTÊNCIA DE AUTOMÓVEIS, LDA", com sede na Estrada Nacional 1, nº 2288, Alto do Vieiro, união das freguesias de Parceiros e Azoia, concelho de Leiria, CP 2400-822 Azóia, por compra que dele lhe fez, no dia treze de novembro de dois mil e treze.
Que aquela sociedade "COVIATOP II – ASSISTÊNCIA DE AUTOMÓVEIS, LDA", adquiriu, em data que não sabe precisar, mas que situa no ano de dois mil e dez, o referido veículo à "SOFINLOC INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, S.A.".
Que, em consequência da referida compra, a requerente está na posse e fruição plenas do mencionado veículo automóvel, em nome próprio há mais de dez anos, cuidando do seu arranjo e correspondente manutenção, tudo isto ininterruptamente, sem violência ou oposição de quem quer que seja e à vista de toda a gente.
Esta posse de boa-fé, contínua, pacífica e pública conduziu à aquisição do direito de propriedade do mencionado veículo por usucapião.

Está conforme.

Cartório Notarial de Coimbra, a cargo da Notária Sónia Marisa Ramos Pereira, dez de setembro de dois mil e vinte e quatro.

A Notária
Sónia Marisa Ramos Pereira

Aviso

A ULS Algarve, EPE procede à abertura de um processo de recrutamento simplificado para a contratação em regime de contrato de trabalho sem termo, nos termos do Código do Trabalho e do art.º 17.º do DL 52/2022 de 4 de agosto, para integração na equipa comunitária de saúde mental para a população adulta (ECSM-PA) que irá ser criada e implementada em **Silves**, o processo de recrutamento encontra-se aberto pelo prazo de 3 dias a contar do dia seguinte da data de publicitação do presente aviso:

- Ref.ª A: Enfermeiro (1 vaga);
- Ref.ª B: Enfermeiro especialista em saúde mental e psiquiátrica (1 vaga);
- Ref.ª C: Psicólogo Clínico (1 vaga);
- Ref.ª D: Técnico Superior de Serviço Social (1 vaga);
- Ref.ª F: Assistente Técnico (1 vaga).

Local de Trabalho: Equipa comunitária de saúde mental para a população adulta integrada no Serviço de Psiquiatria a ser implementada em **Silves**

Modalidade contratual: contrato de trabalho sem termo ao abrigo do Código do Trabalho.

Regime de Trabalho: 35 horas semanais.

Ref.ª A: Enfermeiro (1 vaga)

Retribuição-base: 1.333,35€
Requisitos de admissão:
- Licenciatura em enfermagem;
- Inscrição atualizada na Ordem dos Enfermeiros;
- Preferencialmente com Experiência em Unidades Clinicas de Psiquiatria ou Entidades relacionadas com Saúde Mental;
- Preferencialmente com experiência de trabalho em Equipa Multidisciplinar;
- Carta de condução;
- Disponibilidade imediata.

Ref.ª B: Enfermeiro especialista em saúde mental e psiquiátrica (1 vaga)

Retribuição-base: 1.543,88 €
Requisitos de admissão:
- Licenciatura em enfermagem;
- Inscrição atualizada na Ordem dos Enfermeiros;
- Documento comprovativo da obtenção do título de enfermeiro especialista concedido pela Ordem dos Enfermeiros;
- Preferencialmente com experiência em Unidades Clinicas de Psiquiatria ou Entidades relacionadas com Saúde Mental;
- Preferencialmente com experiência de trabalho em Equipa Multidisciplinar;
- Carta de condução;
- Disponibilidade imediata.

Ref.ª C: Psicólogo Clínico (1 vaga)

Retribuição-base: 1385,99 €
Requisitos de admissão:
- Licenciatura em Psicologia;
- Especialidade de Psicologia Clinica e da Saúde
- Membro efetivo da Ordem dos Psicólogos Portugueses;
- Preferencialmente com experiência em Unidades Clinicas de Psiquiatria ou Entidades relacionadas com a Saúde Mental e Psicologia Comunitária;
- Preferencialmente com experiência de trabalho em Equipa Multidisciplinar;
- Formação certificada e experiência em Psicoterapias, preferencialmente psicoterapia familiar sistémica;
- Competência e experiência em Neuropsicologia;
- Competência na formação de pessoas, psicoeducação;
- Carta de condução;
- Disponibilidade imediata.

Ref.ª D: Técnico Superior de Serviço Social (1 vaga)

Retribuição-base: 1385,99 €
Requisitos de admissão:
- Licenciatura em Serviço Social;
- Preferencialmente com experiência profissional enquanto Técnica do Serviço Social;
- Preferencialmente com experiência profissional na área da Saúde Mental, em meio hospitalar, IPSS de Saúde Mental, cuidados de saúde primários, RNCCI de Saúde Mental;
- Preferencialmente com experiência de trabalho em Equipa Multidisciplinar no âmbito do sector social ou da saúde;
- Carta de condução;
- Disponibilidade imediata.

Ref.ª F: Assistente Técnico (1 vaga)

Retribuição-base: 922,47€
Requisitos de admissão:
- 12.º ano de escolaridade;
- Preferencialmente com experiência em trabalho administrativo;
- Domínio informático na ótica do utilizador;
- Preferencialmente com capacidade de adaptação e gestão de crise no atendimento ao público;
- Carta de condução;
- Disponibilidade imediata.

Formalização de candidaturas

Devem ser anexados ao formulário de candidatura os seguintes documentos:
1. Fotocópia do documento comprovativo de habilitações literárias e cédula profissional;
2. *Curriculum Vitae*, em modelo Europass, rubricado, datado e assinado (formato PDF);
3. Fotocópia dos certificados comprovativos da formação profissional, quando referidos no C.V.;
4. Fotocópia dos certificados/declarações comprovativos da experiência profissional, quando referidos no C.V.

Os interessados deverão enviar, nos próximos 3 dias úteis, a candidatura (incluindo o formulário de candidatura – descarregue aqui o Formulário de Candidatura – para o endereço eletrónico expediente@ulsalg.min-saude.pt; o assunto da mensagem deverá ser "Procedimento Concursal Simplificado e a respetiva referência a que se candidatam".

O Vogal Executivo do Conselho de Administração, *Paulo Neves*

Dá-se conhecimento público de que se encontra aberto processo de recrutamento de pessoal em regime de comissão de serviço para a Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa para:

1 vaga de Técnico Superior, com a seguinte referência:
CT-ND-059-2024-DQ-LAQV
(prazo limite para submissão de candidaturas - 6 dias úteis a contar da data da publicação do presente anúncio)

1 vaga de Técnico Superior, com a seguinte referência:
CT-ND-067-2024-GIP
(prazo limite para submissão de candidaturas - 6 dias úteis a contar da data da publicação do presente anúncio)

1 vaga de Técnico Superior, com a seguinte referência:
CT-ND-068-2024-DCI
(prazo limite para submissão de candidaturas - 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente anúncio)

ao qual podem candidatar-se os indivíduos que reúnam as condições fixadas no aviso disponível no endereço:
https://www.fct.unl.pt/faculdade/concursos/nao-docentes

Município de Lagoa – Algarve

EDITAL N. 105/2024
2024/450.10.063/33

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA (ALGARVE), LUÍS ANTÓNIO ALVES DA ENCARNAÇÃO:
Faz público que, no uso das competências conferidas pelas alíneas b) e t) do n.º1 do artigo 35.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, em cumprimento e para os efeitos do disposto no artigo 56.º do referido diploma legal, e no n.º 1 do artigo 98.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, torna público que esta Câmara Municipal, na sua reunião ordinária de 20 de agosto de 2024, deliberou iniciar o **Procedimento de Revisão do Regulamento do Serviço Público de Transporte de Passageiros em Táxi do Município de Lagoa.**
O procedimento para elaboração do regulamento, que ora se inicia, é elaborado ao abrigo do uso da competência regulamentar conferida pelos artigos 112.º e 241.º da Constituição da República Portuguesa, alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º e alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em cumprimento do previsto no artigo 96.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro.
Podem constituir-se como interessados no presente procedimento, todos aqueles que, nos termos do n.º 1 do artigo 68.º do CPA, sejam titulares de direitos, interesses legalmente protegidos, deveres, encargos, ónus ou sujeições no âmbito das decisões que nele forem ou possam ser tomadas, bem como as associações, para defender interesses coletivos ou proceder à defesa coletiva de interesses individuais dos seus associados que caibam no âmbito dos respetivos fins.
Os interessados podem apresentar os seus contributos para a elaboração dos projetos de regulamento, no prazo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da data do presente edital, mediante comunicação escrita que contenha o nome completo, morada ou sede, profissão, número de identificação fiscal e o respetivo endereço de correio eletrónico e dando consentimento para que este seja utilizado para os fins previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 112.º do CPA.
A constituição como interessados, bem como os respetivos contributos devem ser dirigidos ao Presidente da Câmara Municipal, endereçados ou entregues no Balcão Único do Município de Lagoa, sito no Largo do Município, 8401-851 Lagoa ou enviados através do endereço eletrónico geral@cm-lagoa.pt .
E, para constar e produzir os devidos efeitos, se publica este **edital** e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares de estilo deste Município e na internet, no sítio institucional www.cm-lagoa.pt

Lagoa, 22 de agosto de 2024

O Presidente da Câmara
Luís António Alves da Encarnação

Cultura Ciclo no Batalha Centro de Cinema

ARNAUD BORREL/GAMMA-RAPHO/GETTY IMAGES

Nagisa Oshima na rodagem de *Max, Mon Amour*, de 1986, que passará no Batalha já no próximo domingo

Nagisa Oshima
Para lutar contra o conservadorismo do século XXI

É célebre, mas a sua obra está por conhecer. O Batalha Centro de Cinema dedica-lhe agora um ciclo, *Cerimónias de Transgressão*. Quem tem medo de Nagisa Oshima?

Vasco Câmara

Quando o Batalha Centro de Cinema, no Porto, propôs a Miguel Patrício que aprofundasse um programa, em dez sessões, dedicado à obra de Nagisa Oshima (1932-2013), o programador, conhecendo como conhece a obra do "grande responsável" pela sua cinefilia, daquele que é um dos nomes de ponta do seu cinema predilecto, o japonês, pensou e verbalizou: "Têm mesmo a certeza de que querem programar Oshima?"

Não por causa de *O Império dos Sentidos* (1976), que é já um "escândalo" localizado e datado: anos 1990, RTP. Mais por uma obra que, sendo falsamente conhecida, sobretudo quando se procura escapar a uma mão-cheia de títulos mais célebres – o díptico *O Império dos Sentidos*/*O Império da Paixão* (1978), *Feliz Natal, Mr. Lawrence* (1983), ou, mais nomeados do que realmente vistos, *O Enforcamento* (1968), *O Menino* (1969) e *Cerimónia Solene* (1971) –, tem impressa aquilo que o próprio cineasta, como bem lembra Miguel Patrício, chamava "autonegação": a permanente sabotagem de si próprio, destruindo com cada novo filme o edifício formal que erigira no anterior, mesmo que se mantivesse como grande obsessão temática a transgressão, "o que o torna um realizador

muito inquietante para quem tenha uma opinião formatada da teoria da política de autores”.

Aliás, é por isso que, e estamos aí de acordo, “hoje é mais difícil, para a nova cinefilia, chegar a Oshima”, exactamente como a outros nomes da Nova Vaga Japonesa — essa mesma nova cinefilia que ao mesmo tempo facilmente se extasia com o cinema clássico japonês. É mais fácil ser conservador do que aventureiro, hoje mais do que nunca. Permanece uma obra inatingível, por isso, a do realizador. Pela sua agressividade, pela intenção inabalável de colocar o espectador em desconforto ao interpelá-lo directamente, ao chamá-lo para as conversas que eram, que ainda são, os seus filmes. *Last but not the least*, pela “política sexual”, que fará deste um caso muito pouco século XXI, muito pouco *spa* emocional, muito pouco rede social, muito pouco *emojis* com corações, nada “amo”.

O início pelo fim

Dizemos isso a pensar, por exemplo, no espantoso *Sing a Song of Sex (A Treatise on Japanese Bawdy Songs)*, de 1967, que se vai partindo, passando do relato de iniciação ao tratado. Um ano antes de *If...*, de Lindsay Anderson, cinco anos antes de *Laranja Mecânica*, de Stanley Kubrick, é a odisseia lúbrica de um grupo de rapazes da província que vai a Tóquio para os exames de admissão à universidade. Obcecados por uma colega, exploram a cidade cantando as suas canções obscenas, enquanto andam no ar os cantos de protesto contra a Guerra no Vietname — há um plano, que Oshima retomaria, colocando-o noutra época, em *O Império dos Sentidos*, demonstrativo da alienação das personagens: os jovens andando em sentido contrário ao de uma manifestação política, ignorando-a; os dois amantes do *fait-divers* passado em 1936, obcecados pelo desejo, caminhando em sentido contrário a um desfile militar.

Debaixo do duelo de cancioneiros, a alienação, a obsessão, a impotência emocional, o sexo — “qualidades” pelas quais Oshima se interessa mais do que pela boa militância de esquerda — fazem o grupo de estudantes delirar e imaginar uma violação. E, finalmente, concretizá-la. O filme deixa de contar o que quer que seja e passa a propor algo da ordem da provocação que expulsa a posição passiva, aburguesada, do espectador. *Sing a Song of Sex (A Treatise on Japanese Bawdy Songs)* fará, a 7 de Dezembro, uma sessão do programa *Nagisa Oshima, Cerimónias de Transgressão*, título deste ciclo. Nesse dia, juntar-se-á ao Batalha a brasileira Lúcia Nagib, autora de uma tese de doutoramento sobre o cineasta, para uma palestra. Mas tudo começa já hoje com a exibição do último filme de Oshima, rodado com o realizador confinado a uma cadeira de rodas: *Taboo*, de 1999 (dia 11, às 21h15; repete dia 18, às 15h15).

Na estreia do filme em Cannes, ele, que olhava de forma frontal para tudo e por isso tinha de o fazer a si mesmo, questionava se o AVC de que fora vítima tinha algo que ver com aquilo que era *Taboo*, com a coreografia de desejo, traição e morte entre os mais poderosos samurais de um Japão que chegava ao fim no século XIX com a abertura ao Ocidente e à modernidade. Serve também este início de ciclo para tirar isso a limpo. Isto é, a (suposta) erosão da vertente pulsional, física, de um filme que Oshima queria com o sabor a sangue, mas que parece, antes, uma projecção mental. É pela fase final de uma obra, com títulos ainda como *Max, Mon Amour*, de 1986 (dia 14, às 21h15), exercício buñueliano, misterioso, insondável como os “filmes de velhice”, sobre os abismos do desejo — Charlotte Rampling não evita trazer para o ninho conjugal um chimpanzé —, e *Feliz Natal, M. Lawrence*, de 1983 (dia 21, às 21h15; dia 26 de Outubro, às 17h15), que começa o ciclo.

“Quis inverter a ordem”, diz Miguel Patrício, fazendo um gesto disruptivo à Nagisa Oshima que implicasse com o espectador, “começando pelos títulos mais recentes e chegando aos mais antigos”. E dessa forma a *O Império dos Sentidos*, de 1976 (dia 5 de Outubro, às 21h15; e dia 1 de Novembro, às 21h15), *Cerimónia Solene*, de 1971 (dia 24 de Outubro, às 19h15), *The Man Who Left His Will on Film*, de 1970 (dia 30 de Outubro, às 19h15), e à sessão dupla composta por *Yunbogi's Diary*, de 1965, e *O Menino*, de 1969 (dia 8 de Novembro, às 21h15). Seguem-se a tal sessão a 7 Dezembro com *Sing a Song of Sex*... para aproveitar a disponibilidade só nessa data de Lúcia Nagib; *The Catch* (1961), a 15 de Dezembro, e finalmente *Noite e Nevoeiro no Japão* (1960), a 20.

A permanente autonegação de Oshima torna-o um realizador muito inquietante para quem tenha uma opinião formatada da teoria da política de autores

Miguel Patrício
Programador do ciclo

Casamentos e funerais

Este, o mais antigo no ciclo do Batalha, não é o primeiro filme de Nagisa Oshima. Antes dele, o jovem que se formou em Direito pela Universidade de Quioto, oscilando no seu percurso entre a leitura bulímica, o teatro e a mobilização política estudantil com que travaria os seus primeiros embates contra o Estado, foi parar por um acaso aos estúdios da Shochiku. Aí, aproveitando o desnorte do *studio system*, a braços com a concorrência da televisão, realizaria três longas-metragens, entre as quais *Contos Cruéis da Juventude* (1960).

Apesar do escândalo desse retrato de jovens violentos, sexualizados, à deriva, que utilizava a delinquência como arma de ataque aos valores da sociedade japonesa, o filme facturou nas bilheteiras e por isso serviu os interesses da Shochiku, que esqueceu todas as suas reservas. “Foi um escândalo almofadado. Pareceu-me menos urgente programá-lo hoje, porque é o filme do Oshima que mais vezes é reposto”, considera Miguel Patrício. “Além de que *Sing a Song of Sex (A Treatise on Japanese Bawdy Songs)* cumpre o papel de *Contos Cruéis da Juventude* e traz alguma coisa mais.”

Esta subversão por dentro tentada pelo cineasta, que considerava que o cinema japonês, mesmo o cinema social, de esquerda, obedecia ao estilo, às convenções dominantes, e que era preciso que uma nova geração se expressasse para que novo conteúdo e nova forma fossem criados, não seria tolerada depois de *Noite e Nevoeiro no Japão*. Três dias depois de o filme chegar às salas, foi retirado do mercado e Oshima levado a romper com a Shochiku. A partir daí iniciou a sua actividade de independente.

É, à sua maneira, então, um primeiro filme neste ciclo. Com ele se deu uma ruptura violenta na forma de um *huis clos*, espaço que serve o presente, mas que é simultaneamente coabitado pelo passado, erodindo-se o dispositivo do *flashback*. É nesse espaço teatral, suspenso como uma caixa negra, que se dá o ajuste de contas, e é qualquer coisa de infernal, com a sociedade japonesa e sobretudo com os partidos de esquerda e com os seus falhanços na luta travada contra o Tratado de Segurança Nipo-Americana, de 1951: acabou com a ocupação norte-americana depois do final da Segunda Guerra Mundial, mas, ao permitir que o solo japonês fosse usado para aí permanecerem duas bases e mais de 200 mil soldados dos Estados Unidos, hipotecou uma autonomia real, o que constituiu o segundo acontecimento traumático, depois da derrota no conflito, para a geração de Oshima.

A partir de uma cerimónia de casamento que mais parece um funeral — e de casamentos e funerais se fará *Cerimónia Solene*, momento em que o dispositivo se adensa, ritualiza e hieratiza, e a história de uma família se torna a História do Japão e esta uma história de fantasmas —, a derrota do Japão e o Tratado de Segurança confirmam-se como os acontecimentos centrais do combate ideológico e físico encetado por Oshima através do cinema. Num filme como *O Menino*, o Japão como território de clausura, claustrofóbico, é filmado de forma esplendorosamente clássica, solicitando desta vez do espectador não uma participação brechtiana mas um envolvimento directo e emocional.

Se há filme que o programador lamenta não ter incluído, por questões de formato do próprio ciclo, é aquele que considera ser a obra máxima do realizador: *O Enforcamento* (1968). Ainda brechtiano, ainda convocando o espectador para uma reflexão em conjunto, num curto-circuito entre a crueldade, a densidade teórica e a sátira: um sentenciado à pena de morte sobrevive ao enforcamento, o que fazer? Mas *O Enforcamento*, pedaço de conversa filosóficapara inquietar e agredir quem assiste, vai poder ser visto, em Lisboa, na Cinemateca Portuguesa. Miguel Patrício programará aí, entre 25 e 30 de Novembro, cinco títulos para a rubrica *Histórias do Cinema* (no formato habitual: projecção do filme a que se segue conversa), todos eles produzidos e distribuídos pela japonesa Art Theater Guild (ATG). Esteve activa entre os anos 60 e os anos 80 e por ali passaram a *Nuberu Bagu*, a Nova Vaga Japonesa, nomes como Shohei Imamura e o próprio Oshima.

“A ATG foi o último *banzai* da Nova Vaga, antes de se dissipar. O que se passou naqueles anos, entre 1967 e 1974 — época tratada pela tese de mestrado do programador, em que defende que, ao contrário de outras produtoras, a ATG “tinha uma assinatura, não era apenas um facilitador” —, “foi mesmo um dos momentos mais importantes da História do Cinema”.

Em Janeiro, regressará o bem-amado programa *Mestres Japoneses Desconhecidos*, parceria do programador com o distribuidor Daniel Pereira (The Stone and the Plot) que desde 2021 tem sido responsável por algumas das coisas mais bonitas que acontecem nas salas portuguesas. Desse programa, e será o seu quarto *round*, constará *Image of a Mother* (1959), o último filme de Hiroshi Shimizu (1903-1966), cineasta de quem vimos o sereno fulgor, porque é uma obra-prima, de *O Som do Nevoeiro* (1956). O formato de *Mestres Japoneses Desconhecidos IV* será o mesmo do III, juntando o esplendor do classicismo no seu canto do cisne com a turbulência, o trauma e a violência da *Nuberu Bagu*.

Três dos filmes programados para este ciclo que decorre até Dezembro: *Noite e Nevoeiro no Japão* (1960), *O Menino* (1969) e *Cerimónia Solene* (1971)

Até Dezembro, o Teatro Nacional São João vai ao “lado B” dos Estados Unidos e da Europa

Daniel Dias

De David Foster Wallace ao teatro sérvio e ao PREC, a instituição portuense começa a desvendar a sua temporada 2024/25

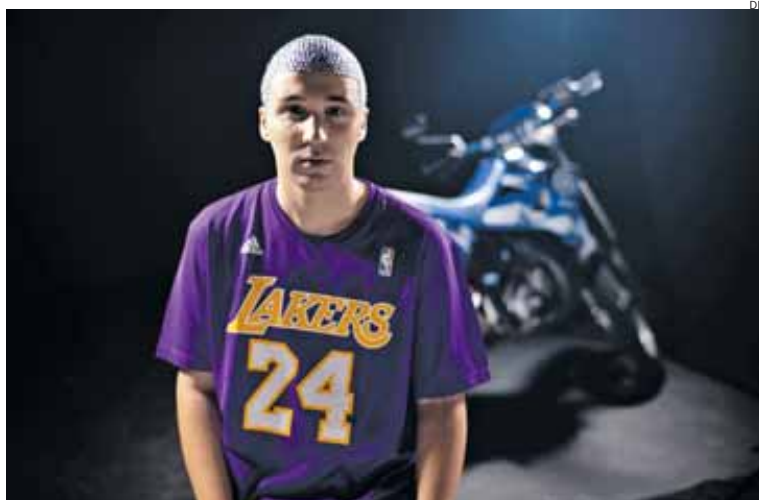
“Noutra altura”, Nuno Cardoso teria “o *soundbite* ideal” para descrever uma programação como aquela que ocupará o Teatro Nacional São João (TNSJ), do qual é director artístico, até ao final do ano, e que foi ontem divulgada no Teatro Carlos Alberto (TeCA), “segunda casa” do TNSJ. “Mas cada vez mais me convenço de que isso é o que o espectador diz ao amigo à saída do espectáculo, e que, se tudo correr bem, fará com que ele volte.” A programação de uma casa de teatro, prosseguiu, “é para ser completada pelo público” e “questionada”; mantida “em aberto”, e não “parcelada em *soundbites*”.

Foi assim que o encenador e também actor – função que desempenha em *Homens Hediondos*, espectáculo que se estreia já hoje no TeCA, dando início à temporada 2024/2025 do TNSJ – falou de uma programação que se divide entre co-produções, um “último olhar” para o 25 de Abril no ano do seu cinquentenário, a relação do teatro nacional portuense com os festivais da cidade (no caso, Festival Internacional de Marionetas do Porto, que se realiza entre 11 e 20 de Outubro), uma parceria com o Teatro Nacional de São Carlos e algumas reposições.

Começando pelo princípio, *Homens Hediondos*, que inaugura esta temporada após o plano inicial de encerrar a anterior não ter avançado – um problema pessoal de Nuno Cardoso, em Junho, motivou o adiamento –, é um monólogo interpretado pelo director da casa e encenado por Patrícia Portela, a partir de *Breves Entrevistas com Homens Hediondos*, do norte-americano David Foster Wallace.

“O livro, de 1999, é uma colecção de contos, alguns dos quais são transcrições de ‘entrevistas’ imaginadas a homens egoístas, homens misóginos, homens que de uma maneira ou de outra se encaixam numa ideia virulenta (e ainda muito presente um pouco por toda a parte, apesar do cheiro a mofo) de masculinidade”, escrevíamos há dias no Ípsilon. A encenadora pegou nas personagens de Wallace e construiu uma espécie de homem extremamente hediondo, que no seu discurso, muitas vezes emocionalmente descontrolado, destila sexismo, ódio, rancor, enfim, uma série de atributos socialmente repulsivos – e, não nos podemos esquecer, humanos.

DR

DR

Da Sérvia, chega em Outubro um *Rei Édipo*; também o Teatro Praga desmonta um texto de Sófocles em *RE: Antígona*

“Os homens hediondos são todos nós. Sou eu quando tenho medo de alguém à noite ou digo uma coisa disparatada sobre uma pessoa que não conheço. Não há sábios. Há alguns seres excepcionais – Mandela... Mas se formos fazer um exercício sobre o século XX, só precisamos de uma mão [para os elencar]”, afirmou Nuno Cardoso, que antes dissera ainda: “No tempo dos *singles* em vinil, habituámo-nos a gostar só do ‘lado A’. O *Homens Hediondos* é o ‘lado B’: o Wallace, com o seu estilo metatextual e labiríntico, foi um grande cantor do ‘lado B’ de uma América e de uma contemporaneidade.”

O São João, cujas portas são há anos morada precária de várias pessoas, vai assumir um projecto de integração de sem-abrigo

Na próxima semana (dias 19 a 22), também no TeCA, estreia-se *RE: Antígona*, em que André e. Teodósio e José Maria Vieira Mendes, do Teatro Praga, estudam e desmontam a *Antígona* de Sófocles. Não será o único encontro com o grego: a 18 e 19 de Outubro chega ao TNSJ *Rei Édipo*, produção do Yugoslav Drama Theatre, sediado em Belgrado (a encenação é de Vito Taufer). “É bom vermos, além do eixo Paris-Bruxelas-Berlim-Avignon, uma outra Europa”, disse Nuno Cardoso, referindo que a versão do TNSJ de *As Bruxas de Salém*, estreada em Março do ano passado, passará pela Sérvia. Isto depois de uma reposição “em casa”: a peça, escrita originalmente em 1953 por Arthur Miller, regressa ao palco do TNSJ entre 27 deste mês e 6 de Outubro.

O novo trabalho de Nuno Cardoso com o elenco residente do São João estreia-se em Novembro e é uma versão de *O Pelicano*, peça de August Strindberg sobre a destruição de uma família (21 de Novembro a 8 de Dezembro no TNSJ). Na mesma altura (22 a 24 de Novembro no TeCA), Fernando Mora Ramos e o Teatro da Rainha voltam a Martin Crimp: desta vez, com *Na República da Felicidade*.

Antes, no início de Outubro (dias 3 a 6 no TeCA), faz-se a estreia de um espectáculo com um nome invulgarmente longo: *As Grandes Comemorações Quase Oficiais do Período Histórico Habitualmente Conhecido como PREC (Processo Revolucionário em Curso)*. Encenada por Gonçalo Amorim, é uma peça em que o “seu” Teatro Experimental do Porto e a ASSÉDIO procuram “problematizar e contrariar a ideia de que este foi um período dominado pelo caos e pelos excessos ideológicos”, como se lê na sinopse. A reflexão sobre o 25 de Abril e o seu lastro prossegue no final do ano com a reposição da comédia *O 25 de Abril Nunca Aconteceu*, da Palmilha Dentada (12 a 20 de Dezembro no TeCA).

Obras e integração social

Ainda em Outubro (dias 24 a 27 no TNSJ), a Formiga Atómica traz ao Porto *Terminal (O Estado do Mundo)*, espectáculo sobre o colapso climático em curso. Dias depois, espaço para a música – com *O Rouxinol* (31 de Outubro e 1 de Novembro no TNSJ), ópera estreada em 2023 no São Carlos que parte do conto *O Rouxinol e o Imperador da China*, de Hans Christian Andersen – e para um regresso a Camilo Castelo Branco: a encenadora Maria João Vicente e o Teatro do Bolhão estreiam no TeCA (31 de Outubro a 10 de Novembro) a sua versão de *Amor de Perdição*.

De resto, não foi apenas de programação que se falou na conferência de imprensa de ontem. Pedro Sobrado, de novo presidente do conselho de administração do TNSJ, explicou que a aprovação recente de três projectos de melhoria de eficiência energética condicionará, de forma temporária, o normal funcionamento de dois dos equipamentos da instituição cultural. O Mosteiro de São Bento da Vitória passará a maior parte do próximo ano fechado (as obras decorrerão de Fevereiro a Dezembro), enquanto o próprio São João, na Praça da Batalha, terá de estar encerrado entre Maio e “o final de Setembro ou a primeira semana de Outubro”. “Acabaremos a temporada 2024/2025 precocemente e iniciaremos a *rentrée* seguinte um pouco mais tarde”, resumiu.

A outra novidade foi dada de forma assumidamente vaga – Sobrado prometeu mais detalhes para breve –, mas prende-se com um projecto de responsabilidade social que o TNSJ se prepara para assumir, promovendo a integração de pessoas em situação de sem-abrigo. Observando que “as portas de emergência da envolvente exterior” do São João são, há anos, uma “morada precária” para várias pessoas, o presidente do conselho de administração disse que o teatro “precisa de encontrar uma solução para esse problema de segurança”, mas sente-se também “impelido a resolver um problema maior e mais complexo”, em colaboração com “entidades municipais, o Estado central e organizações não-governamentais”.

Música sensível na dura paisagem transmontana

Crítica de música

Música na Paisagem

★★★★★

Com: Jun Bouterey-Ishido, Laura Rickard, Matilde Loureiro, Sofia Silva Sousa e Yuuki Bouterey-Ishido. Montesinho e Espinhosela. 7 e 8/09.

As aldeias do Parque Natural de Montesinho, junto à fronteira norte de Trás-os-Montes, acolhem, desde 2019, um minifestival de música, feito de intimismo, cumplicidade artística e sentimento comunitário. Música na Paisagem desenrola-se num único fim-de-semana e faz parte da programação do Teatro Municipal de Bragança.

A iniciativa deve-se à jovem violinista Matilde Loureiro, que se radicou na aldeia de Montesinho; graças ao carácter internacional da sua formação e da sua carreira, não lhe tem sido difícil encontrar colegas disponíveis para participar numa residência artística de uma semana, durante a qual se ensaiam obras previamente programadas. Dispondo a aldeia de alojamento turístico, restauração, salão de igreja, e até de uma sala (em casa de hóspedes) com um bom piano, o evento tem condições para se realizar, atraindo quer visitantes ocasionais, quer os residentes, que as juntas de freguesia ajudam a mobilizar. Este minifestival ilustra um modelo de intervenção cultural cada vez mais popular, que privilegia a horizontalidade da organização (a cargo dos próprios artistas), a proximidade à população e o cruzamento de públicos.

Na sua sexta edição, foram organizados três concertos – dois em Montesinho e o restante em Espinhosela (a primeira parte no adro da Capela de Nossa Senhora do Rosário, a segunda na Igreja Matriz) –, envolvendo, tão-só, cinco músicos: forças modestíssimas em quantidade, mas, para compensar, de qualidade superlativa. Isto foi patente desde logo na Sonata em trio, de Albinoni (op. 1, nº 8), em que os intérpretes (dois violinos e violoncelo) confluíram ora no vivo picado da articulação, ora num fraseio amplo e terso, sabendo dar corpo próprio, no estilo adequado, a cada matiz expressivo.

O compositor em destaque no fim-de-semana foi, contudo, Beethoven, através do quarteto para cordas op. 18, nº 1 (ouvido em ambas as aldeias) e do quarteto para cordas e piano op. 16 (versão do quinteto para sopros e piano, publicada em 1801).

Nestas peças, de conteúdo riquíssimo, o público deixou-se embalar por interpretações verdadeiramente exemplares, o que terá sido fruto do entendimento musical conseguido, ou confirmado, durante a residência artística, mas fruto, também, da destreza técnica e da maturidade artística de cada um dos intervenientes, caldeados por uma grande experiência em música de câmara. De facto, não houve passagem fora de carácter, nem sincronia imperfeita, nem fusão harmónica por conseguir, nem nota certa por escutar; a música fluiu com imparável dinamismo, fosse intensa ou delicada, de expressão pesada ou lírica, de ataque unânime ou desfiada em exacto contraponto.

No quarteto de cordas, foi notável o equilíbrio entre os jovens instrumentistas: Matilde Loureiro e Laura Rickard no primeiro e segundo violinos, ambas concertistas de provas dadas; Sofia Silva Sousa, na viola de arco; e Yuuki Bouterey-Ishido, no violoncelo, ambos multipremiados. Todos eles exibindo um timbre rico e uma afinação perfeita (nunca abusando do vibrato, antes o usando com parcimónia) e concentrados, quer na emoção do momento, quer na coesão sonora do conjunto.

No quarteto com piano, o segundo violino cedeu o lugar a Jun Bouterey-Ishido, pianista de notável presença e agilidade, também ele multipremiado a solo e em música de câmara. Tendo a seu cargo a parte que Beethoven destinou a si próprio, Jun pôde alardear os seus abundantes recursos teclísticos, sem nunca deixar de imprimir à execução justa intenção e pristina clareza. As suas qualidades construtivas e expressivas estiveram ainda mais em evidência na interpretação a solo da Sonata 1.X.1905, do checo Leoš Janácek, de textura temática e digitalmente densa, mas requerendo, sobretudo, inteira imersão no universo evocativo da obra, de estilo largamente romântico, que o compositor teria depois dificuldade em subscrever, chegando a atirar a partitura ao rio (do qual alguém a salvou).

O Música na Paisagem fica na memória como exemplo a replicar e, se possível, estender a mais dias e mais aldeias do Montesinho

Jun Bouterey-Ishido pôde também tocar, com distanciada elegância e pleno entendimento do idioma folclórico húngaro, nove peças do ciclo *Para Crianças* de Bartók, para piano e violoncelo, onde o seu irmão Yuuki teve ensejo de mostrar o apurado gosto e a bela sonoridade. No dia seguinte, foi a vez de Laura Rickard (na foto) se apresentar a solo; o que fez nada menos do que com o breve mas virtuosístico *Capricho* op. 1, nº 15, de Paganini, e com a longa, e não menos exigente *Passacaglia* em sol menor (*Anjo da Guarda*) que remata o ciclo de sonatas que Heinrich von Biber compôs por volta de 1680 sobre os 15 mistérios do Rosário.

A interpretação desta última peça, feita ao ar livre sob um alpendre, foi das mais perfeitas e tocantes que pude testemunhar: com total segurança técnica e enorme sensibilidade, Laura Rickard logrou transmitir toda uma sequência de estados de alma, em textura de filigrana, com uma simplicidade celestial, que arrancou justos aplausos do público espalhado pelo adro da capela. Um mais do que justo remate para um Música na Paisagem que fica na memória como um exemplo a replicar e, se possível, a estender a mais dias e mais aldeias do Parque Natural de Montesinho. **Manuel Pedro Ferreira**

DR

Estrelas de Hollywood no Tribeca Festival Lisboa

Oito filmes americanos, como *Anora*, de Sean Baker, vencedor da Palma de Ouro de Cannes deste ano, conversas com Robert De Niro, Whoopi Goldberg e Patty Jenkins, e mais algum cinema português comporão de 17 a 19 de Outubro o Tribeca Festival Lisboa, apresentado ontem em Nova Iorque. A decorrer no espaço Beato Innovation District, será a primeira edição na Europa do festival nova-iorquino fundado há mais de duas décadas pelo actor Robert De Niro e pela produtora Jane Rosenthal.

A edição portuguesa do festival tinha já sido anunciada em Abril, com a revelação de alguns convidados, como a realizadora Patty Jenkins e os actores Whoopi Goldberg e Griffin Dunne. Ontem, a organização adiantou que a programação contará com alguns dos "melhores vencedores do circuito de festivais de 2024", como o referido *Anora* ou *In the Summers*, de Lacorazza Samudio, que foi premiado em Sundance.

"Durante mais de duas décadas, o Tribeca tem promovido apaixonadamente cineastas independentes e talentos emergentes de todo o mundo", disse a co-fundadora e CEO do Tribeca, Jane Rosenthal. "É com orgulho que continuamos essa tradição neste Outono, trazendo o melhor do cinema independente americano a Portugal, ao mesmo tempo que fazemos uma parceria com a cidade de Lisboa e o Grupo Impresa para mostrar o talento emergente do país."

O Tribeca Festival Lisboa vai acolher ainda a estreia portuguesa de *Ezra*, de Tony Goldwyn, e a estreia internacional de *A Bronx Tale, The Original One Man Show*, com a presença do argumentista, realizador e protagonista Chazz Palminteri. É a peça autobiográfica em que este conta o desenvolvimento de um jovem entre a tentação do crime organizado e os valores da classe operária transmitidos pelo pai, e que serviu a De Niro como base para a sua primeira realização, em 1993.

A lista de filmes inclui ainda *Jazzy*, de Morrisa Maltz, continuação de *The Unknown County*, com Lily Gladstone, e *Group Therapy*, de Neil Berkeley. Estarão ambos em Lisboa.

O Tribeca Festival Lisboa pretende ainda dar destaque à produção portuguesa, contando, por exemplo, com a série *Azul*, do realizador Pedro Varela, a longa-metragem *Podia Ter Esperado Por Agosto*, de César Mourão, e a série *Unicórnios*, "sobre a cultura das *startups*". **PÚBLICO/Lusa**

MICHAEL OCHS ARCHIVES/GETTY IMAGES

A personagem de James Earl Jones em *The Great White Hope*, de Martin Ritt, valeu-lhe uma nomeação aos Óscares

O vozeirão de Hollywood que foi muito mais do que só Darth Vader

Obituário

João Pedro Pincha e Joana Amaral Cardoso

James Earl Jones (1931-2024) Conhecido por ter feito falar o vilão de *Star Wars*, a sua carreira incluiu papéis de relevo sobre raça

É um James Earl Jones bastante enfadado que se dirige a Sheldon Cooper. “Deixa-me adivinhar: ‘Tu gostas do *Star Wars*’”, diz-lhe, e o outro só responde com um aceno de cabeça, um silêncio de reverência, um ar aparvalhado. “Sabes, eu fiz outros filmes. Mas tu não queres saber disso, pois não?”, atira Jones, ainda carrancudo. Para logo depois se desfazer num grande sorriso: “Eu também gosto do *Star Wars*!”

A rábula, que apareceu num episódio de *A Teoria do Big Bang*, deve ter correspondido muitas vezes à realidade na vida de James Earl Jones. O actor que emprestou o seu vozeirão a Darth Vader, contribuindo assim para criar uma das personagens incontornáveis do último meio século do cinema, morreu anteontem aos 93 anos.

Foi nesse papel de bastidores, desempenhado num estúdio de gravação onde usou o seu timbre de baixo profundo, que Jones ganhou a notoriedade que perdura para sucessivas gerações. Darth Vader era interpretado à frente da câmara por outro actor, David Prowse, devido à sua estatura imponente, e nos dois primeiros filmes da trilogia original da saga o próprio Jones pediu para não ser creditado. Considerava que o uso da sua voz, o tal *basso profondo* que usava com um tom quase monocórdico atrás da máscara reluzente de Vader, encaixava na categoria dos “efeitos especiais” e não na do trabalho de actor, e por isso só em *O Regresso de Jedi* (1983) o seu nome apareceu nos créditos finais. Ao todo, fez vozes em seis dos filmes criados por George Lucas, que reagiu à sua morte lembrando-o como “um actor incrível, uma voz única”.

Mas o intérprete nascido em 1931 no Mississípi fez, de facto, outros filmes: podem citar-se *Caça ao Outubro Vermelho*, *Um Príncipe em Nova Iorque* ou *Jardins de Pedra*. E muito teatro e muita televisão.

A sua estreia cinematográfica, em 1964, deu-se sob a direcção de Stanley Kubrick em *Dr. Estranhoamor*. Já então contava com um punhado de aparições em séries televisivas e telenovelas, mas o início de tudo foi o palco, em meados dos anos 1950.

Foi criado pelos avós, depois de os pais o terem abandonado. O pai quis perseguir o sonho de ser actor pouco depois de James ter nascido (sonho que concretizou), e a mãe encontrou novo marido, formou uma segunda família e deixou o filho do primeiro casamento quando o menino tinha entre cinco e seis anos. O actor descreveria mais tarde a avó como “a pessoa mais racista e preconceituosa” que alguma vez conheceu; dela ouviu infindas tiradas contra os brancos, que culpava transversalmente pela escravatura, e contra os próprios negros e nativo-americanos (tinha ambas as ascendências) por terem “permitido” o sistema esclavagista, contou em 2011 à BBC.

O trauma do abandono e do ambiente pesado em casa terá sido responsável pela sua gaguez, que se tornou de tal forma debilitante que James Earl Jones simplesmente deixou de falar aos oito anos. Isolou-se cada vez mais, até que um professor de Inglês o resgatou e começou a treiná-lo a ler em público, o que enformaria a sua aprendizagem como actor.

Já na adolescência, encontrou um talento na escrita e na declamação de poesia. O teatro cativou-o e fê-lo mudar-se para Nova Iorque, onde conseguiu vários papéis em peças de Shakespeare. Tornou-se então uma presença assídua nos palcos na Broadway e no Central Park. Foi Otelo, Rei Lear, Oberon. Mas também encarnou o Big Daddy de *Gata em Telhado de Zinco Quente*, de Tennessee Williams, já em 2008.

Entre as suas prestações em palco mais importantes contam-se o papel de protagonista de *Fences*, de August Wilson, em 1987, que lhe deu o Tony de Melhor Actor, e também o de Deodatus na peça *Os Negros*, de Jean Genet, que encarnou ao longo de três anos e meio. O peso dessa personagem naquele duríssimo drama sobre relações interraciais obrigou-o a fazer pausas regulares – trata-se da história de um grupo de negros que repete noites a fio, num tribunal arbitrário, o julgamento de um negro por violação e homicídio de uma mulher branca. Do elenco constavam a romancista, poeta e activista Maya Angelou, Louis Gossett Jr., que encetava então uma prolífica carreira de actor depois de ter recusado jogar para os New York Knicks, e Billy Dee Williams (o Lando Calrissian de *Star Wars*, mas também muito mais do que isso).

O seu grande papel nos palcos, segundo a imprensa anglófona, terá sido no entanto o do pugilista Jack Jefferson, que enfurecia os adeptos que desejavam um vencedor branco em *The Great White Hope*, de Howard Sackler. Valeu-lhe um Tony em 1969; a versão cinematográfica, dirigida por Martin Ritt, fez dele o segundo negro nomeado para o Óscar de Melhor Actor Secundário.

Ao longo da sua extensa carreira, que durou mais de meio século e ao longo da qual interpretou papéis em mais de centena e meia de filmes e séries, ganhou três Tonys, um Grammy, um Globo de Ouro, três Emmys e um Óscar honorário. O rapazinho do Mississípi faria profissão com a sua abordagem às feridas abertas dos Estados Unidos segregados em que nasceu, sondando os temas dos direitos civis e do racismo. Mas também se divertia, mesmo quando assumia os ares de um vilão melancólico como Thulsa Doom em *Conan, o Bárbaro*, ou do imponente e inchado pai de Eddie Murphy em *Um Príncipe em Nova Iorque*, ou ainda nos filmes sobre o espião Jack Ryan. E, claro, era a voz dele que confirmava que “*this... is* CNN” nos ecrãs do canal americano.

Entre tanta actividade à frente das câmaras e nos palcos, James Earl Jones manteve o seu trajecto nas narrações, dando voz a dezenas de personagens – muitas vezes sem crédito. Não foi esse o caso em *O Rei Leão*, em 1994, quando foi chamado a carregar de *gravitas*, majestade, ternura e humor o pai do jovem Simba, Mufasa. O próximo filme sobre os famosos leões da Disney Animation Studios, que se estreia a 19 de Dezembro e é realizado por Barry Jenkins, já não conta com ele. Porém, em 2022, o actor viveu um acto hollywoodesco bem contemporâneo. Já perto da reforma mas ciente da sua inscrição na cultura popular, vendeu os direitos da sua voz, especificamente dos registos à época em que interpretou Darth Vader. Assim voltou a fazê-lo falar na série *Obi-Wan Kenobi*, com uma ajudinha da inteligência artificial...

Famel procura investidores para voltar a acelerar
Depois de ter anunciado uma espécie de renascimento, a Famel diz estar a realizar algo como uma de ronda de investimentos, e apenas depois "estará em condições de acelerar". Para já, conta com 2,45 milhões de euros do Fundo Novus (Magnify Capital Partners) e do Banco Português de Fomento.

Kia EV3, boa autonomia e gama diversificada, em corpo compacto

O mais pequeno eléctrico da marca sul-coreana começa a chegar em Novembro, mas as pré-reservas já estão disponíveis *online*. Os preços vão de 39.900 a 47.500 euros

Carla B. Ribeiro

FOTOGRAFIAS: DR

Há novo SUV compacto na gama da Kia, que, por cá, já se deixou espreitar no Caramulo Motorfestival, que se realizou no último fim-de-semana, e que se apresenta com objectivos ambiciosos. Afinal, explicou o vice-presidente e director de Planeamento de Negócios Globais, Spencer Cho, por altura da sua revelação, em Maio, "com o EV3, a Kia redefiniu o segmento de SUV EV para criar um modelo compacto que está plenamente equipado com tecnologia e funcionalidades inovadoras".

Com 4,3 metros de comprimento, o Kia EV3 insere-se no mesmo segmento de propostas como o Hyundai Kauai Electric ou Peugeot E-2008. No entanto, o emblema de Seul está convicto de que, face aos concorrentes, apresenta novidades que o tornam único, nomeadamente ao nível do pacote tecnológico que inclui, com muitas funcionalidades herdadas do "gigante" EV9. Entre os destaques, a Kia aponta a inclusão da travagem regenerativa i-Pedal 3.0, cuja intensidade pode ser ajustada através de patilhas no volante ou de forma automática, em que o veículo analisa o trânsito, tipo de estrada e o padrão de condução para maximizar a eficiência energética.

Assente na plataforma E-GMP na sua variante de 400 volts (o EV6 e o EV9 usam a mesma plataforma, mas na variante de 800 volts), o EV3 chega com mecânica de 150kW (204cv), alimentada pela energia debitada por uma bateria de iões de lítio que se apresenta com duas capacidades distintas: 58,3kWh, para uma autonomia de 430 quilómetros, e 81,4kWh, capaz de percorrer distâncias até 560 quilómetros com uma só carga. O recarregamento pode ser realizado em corrente contínua, a uma potência de até 102kW, no primeiro caso, e até 128kW, no segundo, o que significa que 80% da carga é recuperada em cerca de 30 minutos.

No que diz respeito ao habitáculo, a Kia esforçou-se por criar um ambiente espaçoso e funcional, não obstante as reduzidas dimensões exteriores, o que quer dizer que cinco pessoas conseguem ocupar o interior do veículo sem dificuldade. No capítulo da digitalização, o EV3 chega com um painel informativo contínuo, de quase 30 polegadas, que se estende até ao centro do tablier e que reúne o ecrã de instrumentação, de 12,3 polegadas, um painel de ar condicionado, de 5,3'', e um ecrã táctil para gerir o infoentretenimento, de 12,3''.

Com 4,3 metros de comprimento, o Kia EV3 apresenta um pacote tecnológico que inclui muitas funcionalidades herdadas do "gigante" EV9

A gama em Portugal arranca com a versão Drive, a partir de 39.900 euros, que conta com a variante equipada com a bateria de menor capacidade. Já as versões Tech (desde 44.500 euros, com bancos em pele sintética, regulação eléctrica do banco do condutor ou jantes de 19'') e GT-Line (a partir de 47.500 euros) recorrem à bateria de 81,4kWh. No topo da gama, a lista de equipamento é extensa e distinta, com acabamentos desportivos e equipamentos de conforto tais como portão traseiro eléctrico, bancos dianteiros aquecidos, faróis dianteiros LED em matriz de pontos e faróis traseiros Full-LED.

Novidade

Audi A6 e-tron chega como Sportback e Avant

O Audi A6 abandonou as mecânicas térmicas e apresenta-se agora com a designação e-tron, que significa que é 100% eléctrico. Já as suas roupas foram cosidas à medida das vontades: chegará como Sportback, que reclama uma aerodinâmica recordista no seio do emblema (Cd de 0,21), e como uma funcional Avant.

Assente na Premium Platform Electric (PPE), desenvolvida especificamente para 100% eléctricos, num esforço conjunto entre a Audi e a Porsche, o A6 e-tron explora traços desportivos, sem abdicar das linhas elegantes, o que pode ser confirmado mesmo com o equipamento de série, que inclui jantes dinâmicas de cinco braços de 19''. Mas, mais relevante, foi o facto de recorrer à PPE que lhe permitiu usar motores, que, embora potentes, são compactos e eficientes. A bateria, de iões de lítio, também foi desenvolvida para aquela plataforma.

Tanto o A6 e-tron Sportback como o Avant são propostos com mecânica de 270kW (365cv), existindo uma variante dedicada para quem privilegia a performance: o S6 e-tron, com potência de 370kW/500cv (405kW/550cv com *launch control*), que vai de 0-100km/h em 3,9s; a variante de 270kW faz a mesma aceleração em 5,4 segundos.

Em ambos os casos, há uma bateria de 94,9kWh, a admitir autonomias de 756km, para o Sportback, e 720, para o Avant), que aceita carregamentos em corrente contínua a uma potência máxima de 270kW.
O Audi A6 e-tron deverá chegar às estradas nacionais antes do fim do ano, não havendo, para já, preço anunciado.

Guia

Cinema

Cartaz, críticas, trailers e passatempos em cinecartaz.publico.pt

Porto

Batalha Centro de Cinema
Praça da Batalha 47.
Tabu - Gohatto M12. 21h15
Cinema Trindade
R. Dr. Ricardo Jorge. T. 223162425
Sorrisos Numa Noite de Verão 15h; **Dulcineia** 18h; **Elis & Tom: Só Tinha de Ser com Você** M12. 14h15; **Geração Low-cost** M14. 16h, 19h15; **Motel Destino** M14. 17h15, 21h30; **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 19h30, 21h45
Cinemas Nos Alameda Shop e Spot
R. dos Campeões Europeus 28 198. T. 16996
A Morte de Uma Cidade 19h; **Dulcineia** 13h50, 16h10, 21h50; **Como Por Magia** 16h, 18h40; **Gru - O Maldisposto 4** M6. 13h10, 15h40 (VP); **Divertida-Mente 2** M6. 13h40, 16h20, 18h50 (VP); **Deadpool & Wolverine** M12. 17h50, 21h; **Oh Lá Lá!** M12. 21h30; **Isto Acaba Aqui** M12. 14h30, 17h40, 20h50; **Balas e Bolinhos - Só Mais Uma Coisa** 18h40, 21h40 ; **Cão e Gato** M6. 13h30; **Um Sinal Secreto** M14. 21h10; **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 13h20, 15h50, 18h30, 21h20 ; **Pequenas Grandes Vitórias** 13h15, 15h30
Medeia Teatro Municipal Campo Alegre
R. das Estrelas. T. 226063000
A Prisão 21h30

Braga

Cineplace Nova Arcada - Braga
C. C. Nova Arcada. T. 253112913
A Morte de Uma Cidade 21h50; **Dulcineia** 12h40; **Como Por Magia** 13h; **Gru - O Maldisposto 4** M6. 13h20, 15h20, 17h20 (VP); **Divertida-Mente 2** M6. 13h, 15h, 17h10, 19h20 (VP); **Deadpool & Wolverine** M12. 14h40, 17h10, 21h30; **Isto Acaba Aqui** M12. 16h40, 19h20, 22h; **Super Wings O Filme: Velocidade Máxima** M6. 13h10 (VP); **Duchess Implacável** M16. 19h30; **Alien: Romulus** M16. 21h50; **Balas e Bolinhos - Só Mais Uma Coisa** 14h20, 16h40, 16h, 21h20; **Cão e Gato** M6. 13h, 14h50 (VP); **Ozi: A Voz da Floresta** M6. 15h10 (VP); **Campeões 2** 12h; **Hellboy e o Homem Torto** 17h20; **Um Gato Com Sorte** M6. 14h30, 16h20, 18h10 (VP); **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 13h20, 15h, 15h30, 17h10, 17h40, 19h20, 19h50, 21h30, 22h; **Zona de Risco** M14. 19h20, 21h40; **Pequenas Grandes Vitórias** 20h; **Daddio - Uma Noite em Nova Iorque** 19h50, 21h50

Castelo Branco

Cinebox
C.C. Alegro Castelo Branco. T. 760789789
Divertida-Mente 2 M6. 16h40 (VP); **Oh Lá Lá!** M12. 16h35; **Isto Acaba Aqui** M12. 21h30; **Alien: Romulus** M16. 19h; **Um Gato Com Sorte** M6. 14h (VP); **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 14h, 16h30, 19h, 21h40; **Zona de Risco** M14. 14h, 19h10, 21h35

Coimbra

Casa do Cinema de Coimbra
Av. Sá da Bandeira 33. T. 239851070
Dulcineia 14h30; **O Monge e a Espingarda** M12. 16h30; **24 Frames** M12. 18h30; **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 21h30

Gondomar

Cinemas Nos Parque Nascente
Praceta Parque Nascente, nº 35. T. 16996
Gru - O Maldisposto 4 M6. 11h10, 12h30, 15h20, 17h50 (VP); **Divertida-Mente 2** M6. 13h20, 16h, 18h30 (VP) 19h30 (VO); **Podia Ter Esperado por Agosto** 20h20, 23h10; **Deadpool & Wolverine** M12. 14h, 17h10, 21h, 23h50; **Isto Acaba Aqui** M12. 12h10, 15h15, 18h15, 21h20, 00h25; **Alien: Romulus** M16. 14h30, 17h30, 20h40, 23h40; **Balas e Bolinhos - Só Mais Uma Coisa** 12h20, 15h10, 18h, 21h10, 24h; **Balas e Bolinhos - Só Mais Uma Coisa** 13h10, 16h20, 19h25, 22h25; **Cão e Gato** M6. 14h20, 16h40; **Um Sinal Secreto** M14. 20h10, 23h; **Hellboy e o Homem Torto** 21h15, 23h45; **Um Gato Com Sorte** M6. 14h10, 16h30 (VP); **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 12h40, 15h40, 18h40, 21h30, 00h20; **Zona de Risco** M14. 13h, 15h50, 19h, 21h40; **Pequenas Grandes Vitórias** 18h50, 21h05, 23h20; **Daddio - Uma Noite em Nova Iorque** 13h50, 16h10, 22h30

Estreias

Beetlejuice Beetlejuice

De Tim Burton. Com Jenna Ortega, Michael Keaton, Monica Bellucci, Winona Ryder, Willem Dafoe, Danny DeVito. EUA. 2024. 104m. Comédia. M12.
Após a trágica morte do patriarca, as três gerações de mulheres da família Deetz retornam à casa de Winter River, onde outrora foram atormentadas por Beetlejuice, um fantasma muito peculiar que tinha como objectivo expulsá-los.

Cão e Gato

De Reem Kherici. Com Franck Dubosc, Reem Kherici, Philippe Lacheau, Inès Reg. CAN/FRA. 2024. 86m. Comédia, Aventura. M6.
Monica é dona de uma gata que é um sucesso nas redes sociais. Numa das suas viagens, ela cruza-se com Jack, cujo cão, apesar de ninguém saber, acabou de engolir um rubi, fruto de um roubo do dono. Quando os animais se perdem no aeroporto, os dois humanos veem-se obrigados a unir esforços para os encontrar.

Como Por Magia

De Christophe Barratier. Com Kev Adams, Gérard Jugnot, Claire Chust, Charlotte Des Georges. FRA. 2023. 93m. Comédia Dramática.
Victor é mágico e atravessa um bom momento da sua carreira. Mas ser muito requisitado tem o seu preço: com tantos espectáculos e apresentações, ele mal tem tempo para cuidar de Lison, a sua bebé. Depois de tentar, sem sucesso, encontrar alguém apropriado para o ajudar, ele vê-se forçado a pedir ajuda ao sogro.

Daddio - Uma Noite em Nova Iorque

De Christy Hall. Com Dakota Johnson, Sean Penn, Marcos A. Gonzalez, Zola Lloyd, Shannon Gannon. EUA. 2023. 100m. Drama.
Uma mulher sai do Aeroporto Internacional JFK, em Nova Iorque, e entra num táxi. Durante a viagem até casa, ela inicia uma conversa inesperada com Clark, um motorista com anos de experiência em decifrar o que as pessoas não têm coragem de verbalizar.

Dulcineia

De Artur Serra Araújo. Com António Parra, Alba Baptista, Ana Cunha, Nuno Nunes. POR. 2023. 88m. Drama.
Baseado no romance "O Ano Sabático", da autoria de João Tordo, este filme acompanha Hugo, um contrabaixista que viveu em Marrocos durante treze anos e que agora regressa ao Porto. Hugo fica chocado quando, durante um concerto de piano, o artista começa a tocar uma música composta por si.

Pequenas Grandes Vitórias

De Mélanie Auffret. Com Michel Blanc, Julia Piaton, Lionel Abelanski, Marie Bunel. FRA. 2023. 89m. Comédia.
Oriundo de uma família com poucos recursos, Émile não sabe ler. Mas agora que passou dos sessenta, está convicto de que é chegado o momento de aprender.

Zona de Risco

De William Eubank. Com Liam Hemsworth, Russell Crowe, Luke Hemsworth, Ricky Whittle, Milo Ventimiglia. EUA. 2024. 113m. Thriller. M14.
Quando, durante uma missão de resgate, uma equipa de operações especiais norte-americana é rodeada pelo inimigo no sul das Filipinas, Kinney, um oficial na sua segunda missão, é separado dos seus companheiros. A única esperança de salvação está nas orientações de um piloto de drones, que lhe vai dando indicações sobre o que fazer.

Dulcineia

As estrelas

	Jorge Mourinha	Luís M. Oliveira	Vasco Câmara
Alien — Romulus	★★☆☆☆	—	★★☆☆☆
Beetlejuice, Beetlejuice	—	—	★★★☆☆
Breves Encontros	★★★★☆	★★★★☆	★★★★☆
Bruno Reidal- As Confissões...	★★★☆☆	★★★☆☆	★★★☆☆
Daddio, uma Noite em Nova Iorque	—	★☆☆☆☆	—
Dulcineia	—	★☆☆☆☆	—
Greice	★★★☆☆	★★★☆☆	—
O Longo Adeus	★★★★★	★★★★★	★★★★★
O Monge e a Espingarda	★★☆☆☆	★★☆☆☆	—
Nas Sombras	★★★★☆	★★★★☆	★★★★☆
Na Terra de Santos e Pecadores	—	★★★☆☆	★★★☆☆
Terra Queimada	★★★★☆	★★★★☆	★★★★☆
Verdade ou Consequência?	★★★★☆	★★★★☆	★★★☆☆
24 Frames	★★★☆☆	★★★★☆	★★★☆☆

● Mau ★☆☆☆☆ Medíocre ★★☆☆☆ Razoável ★★★☆☆ Bom ★★★★☆ Muito Bom ★★★★★ Excelente

Maia

Castello Lopes - Mira Maia Shopping
Mira Maia Shopping. T. 229419241
Gru - O Maldisposto 4 M6. 13h20, 15h35, 17h50 (VP); **Divertida-Mente 2** M6. 14h15, 16h30, 18h45, 21h (VP); **Isto Acaba Aqui** M12. 21h20; **Balas e Bolinhos - Só Mais Uma Coisa** 14h20, 16h45, 19h10, 21h35; **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 14h45, 17h, 19h15, 21h30

Matosinhos

Cinemas Nos MarShopping
Av. Dr. Óscar Lopes. T. 16996
Gru - O Maldisposto 4 M6. 11h, 13h30, 16h10 (VP); **Divertida-Mente 2** M6. 10h40, 13h10, 15h40, 18h30 (VP); **Deadpool & Wolverine** M12. 12h10, 15h30, 18h40, 21h30; **Isto Acaba Aqui** M12. 12h, 15h, 18h10, 21h10, 00h10; **Balas e Bolinhos - Só Mais Uma Coisa** 12h20, 15h20, 18h20, 21h, 23h40; **Ozi: A Voz da Floresta** M6. 10h30, 12h40, 14h50, 17h10 (VP); **Um Sinal Secreto** M14. 21h20, 23h50; **Hellboy e o Homem Torto** 19h, 22h, 00h25; **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 13h40, 16h, 19h10, 21h50, 24h; **Daddio - Uma Noite em Nova Iorque** 19h20, 21h40, 00h15; **Moloch: Sacrifício Demoníaco** 00h20; **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 12h30, 15h10, 18h, 20h50, 23h30 (IMAX)
Cinemas Nos NorteShopping
C.C. Norteshopping, Lj 1117. T. 16996
Gru - O Maldisposto 4 M6. 11h, 12h50, 15h20 (VP); **Divertida-Mente 2** M6. 11h20, 14h, 16h30, 19h (VP); **Deadpool & Wolverine** M12. 14h30, 17h30, 20h30, 23h30; **Isto Acaba Aqui** M12. 12h30, 15h30, 18h30, 21h30, 23h40; **Alien: Romulus** M16. 18h, 20h50, 00h30; **Balas e Bolinhos - Só Mais Uma Coisa** 13h, 15h50, 18h50, 21h40, 00h25; **Um Sinal Secreto** M14. 19h50; **Hellboy e o Homem Torto** 21h50; **Um Gato Com Sorte** M6. 10h50, 13h15, 15h40 (VP); **Zona de Risco** M14. 18h10, 21h10, 00h10; **Pequenas Grandes Vitórias** 14h10, 16h20, 19h10; **Daddio - Uma Noite em Nova Iorque** 22h, 00h30; **Moloch: Sacrifício Demoníaco** 00h25; **Alien: Romulus** M16. 14h10, 16h50, 22h10 (SCREENX); **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 13h20, 16h, 18h40, 21h20, 24h (NOS XVISION)

Vila Nova de Gaia

Cinemas Nos GaiaShopping
C.C. Gaiashoping, Lj 2.25. T. 16996
Gru - O Maldisposto 4 M6. 13h10, 15h40 (VP); **Divertida-Mente 2** M6. 13h40, 16h10, 18h30 (VP) 23h (VO); **Deadpool & Wolverine** M12. 12h40, 15h20, 18h10, 21h; **Isto Acaba Aqui** M12. 14h20, 17h30, 20h40, 23h30; **Alien: Romulus** M16. 12h50, 15h25, 18h20, 21h20, 00h10; **Balas e Bolinhos - Só Mais Uma Coisa** 13h20, 15h50, 18h50, 21h50, 00h30; **Um Sinal Secreto** M14. 19h; **Hellboy e o Homem Torto** 21h10, 23h30; **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 13h30, 16h, 18h40, 21h30, 24h; **Zona de Risco** M14. 13h50, 16h20, 21h40, 00h20; **Moloch: Sacrifício Demoníaco** 23h50; **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 13h, 15h30, 17h50, 20h50, 23h20 (4DX)
UCI Arrábida 20
Arrábida Shopping. T. 223778800
Dulcineia 16h15, 21h20; **Como Por Magia** 13h35, 18h40; **Na Terra de Santos e Pecadores** 13h40, 18h50; **Divertida-Mente 2** M6. 13h40, 16h10, 18h45, 21h10 (VP); **Podia Ter Esperado por Agosto** 13h55, 18h55; **Deadpool & Wolverine** M12. 13h20, 16h05, 18h50, 21h40; **Oh Lá Lá!** M12. 16h35, 21h35; **Isto Acaba Aqui** M12. 13h15, 16h, 18h40, 21h25; **O Corvo** M16. 18h55, 21h35; **Alien: Romulus** M16. 13h30, 16h20, 19h05, 21h50; **Balas e Bolinhos - Só Mais Uma Coisa** 13h50, 16h20, 19h10, 22h; **Cão e Gato** M6. 14h25, 16h35 (VP); **Um Sinal Secreto** M14. 14h05, 19h; **Campeões 2** 15h55, 21h15; **Longing - À Descoberta do Passado** 13h35, 16h10, 18h45, 21h20; **Hellboy e o Homem Torto** 16h30, 21h30; **O Monge e a Espingarda** M12. 13h25, 18h35; **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 14h, 16h30, 19h, 21h30; **Zona de Risco** M14. 13h45, 16h25, 19h10, 21h55; **Pequenas Grandes Vitórias** 14h30, 16h45, 19h05, 21h15; **Daddio - Uma Noite em Nova Iorque** 14h10, 16h40, 19h15, 21h40

Lazer

DANÇA

Suores de Mel e A Morte Não Terá Domínio
BRAGANÇA Teatro Municipal de Bragança. Dia 11/9, às 21h. M/6. 6€
No cartaz do Algures a Nordeste – Festival de Dança Contemporânea está hoje uma criação de Hugo Calhim Cristóvão & Joana von Mayer Trindade, interpretada por Sara Miguelote, Michele Simi, Beatriz Coelho e Lucia Marrodan. Com os 50 anos do 25 de Abril a dar o tom ao manifesto, a peça trata a dança "como insubmissão e revolução dionisíaca de heterodoxia", descrevem em comunicado, para que "a lição das revoluções não seja a de que nada se aprende" num presente que "mete medo sem meter no medo o assombro".

EXPOSIÇÃO

Jorge Molder: Obras da Colecção de Serralves
MATOSINHOS Galeria Municipal de Matosinhos. De 26/7 a 22/9. Terça a sexta, das 10h às 13h e das 15h às 18h; sábado, domingo e feriados, das 15h às 18h. Grátis
Com curadoria de Isabel Braga e parte do programa de itinerância da colecção da Fundação de Serralves, a mostra reúne uma selecção de obras do fotógrafo português Jorge Molder (n. 1947, Lisboa). Conhecido em grande parte pelos seus auto-retratos a preto e branco, inclui nos trabalhos referências da "literatura, do cinema, da música ou da história da arte, bem como do quotidiano, da vida e da sua natureza incerta e imprevisível", faz notar a folha de sala.

MÚSICA

Nené Pereira
COIMBRA Salão Brazil. Dia 11/9, às 21h30. 10€
É um dos destaques da semana no programa de comemorações do centenário de Amílcar Cabral (1924-1973) em Coimbra, alinhavado pel'A Escola da Noite e pela Cena Lusófona entre 4 e 13 de Setembro. Leva ao palco a cantora e compositora guineense Nené Pereira (nascida Maria Eugénia Agostinho Pereira) e o seu caldeirão de melodias e danças em tons de tina, gumbe, djambadon e singa.

Jogos

Jogue também online. Palavras-cruzadas, bridge e sudoku em publico.pt/jogos

Euromilhões

1.º Prémio 17.000.000€

Esta informação não dispensa a consulta da lista oficial de prémios

Cruzadas 12.550

Paulo Freixinho
palavrascruzadas@publico.pt

HORIZONTAIS: 1. Edmundo González (...), deixou a Venezuela para um exílio em Espanha. Abreviatura de Modernismo. **2.** Encolher. Centésima parte do hectare. **3.** Planta liliácea oriunda da China. Proprietárias. **4.** (...) Balseiro Lopes, é a mais jovem governante mulher de sempre. **5.** Prefixo (Terra). Interjeição designativa de dor. Lavrar. **6.** Espaço de 12 meses. Disk Operating System. **7.** Parlamento Europeu. Foi condenada a pagar 13 mil milhões de euros em impostos na UE. **8.** Graça (...), com franja icónica e um discurso desbocado, foi uma figura marcante dos palcos portugueses (1939-2024). Elemento de formação de palavras que exprime a ideia de dez mil. **9.** Sofrer. Ruído de árvore que desaba. **10.** Molengão (fig.). Ofende (fig.). **11.** Terra arenosa. Gastam.

VERTICAIS: 1. "Junto da (...) nasce a rosa". Cavidade em rochedo. **2.** Soberano. Brunir. **3.** Canal televisivo estatal russo. Reduzo a pó. Fundamento. **4.** Cista. O número de visitantes na Feira do Livro desta cidade voltou a subir. **5.** Meio taco. Grosseiro. Sistema que não é sólido nem líquido. **6.** Segundo. Peça curva de madeira que entalha no contracadaste do navio. Porta-bagagens. **7.** Rio afluente da margem esquerda do Rio Douro. Largar. **8.** Reza. Presidente da República. Interjeição que designa nojo ou desprezo. **9.** Alastrar-se pouco a pouco. Maria João (...), pianista distinguida com Praemium Imperiale do Japão. **10.** Ermida fora do povoado. Flava. **11.** Movimento de tirar a bola ao adversário (Desporto). Como assim? (interj.).

Solução do problema anterior
HORIZONTAIS: 1. AIMA. Agrupa. **2.** Triz. Aravia. **3.** Or. Erra. AM. **4.** Labro. Nudez. **5.** Draghi. Ano. **6.** Bi. Rasto. TR. **7.** Rap. Optar. **8.** Em. Ir. **9.** Califórnia. **10.** Asanas. Acme. **11.** Largo. Graal.
VERTICAIS: 1. Atol. Brocal. **2.** Irradia. Asa. **3.** Mi. Br. Pelar. **4.** Azerar. Ming. **5.** Rogar. FAO. **6.** Aar. Hs. Cós. **7.** Granito. **8.** Ra. Opinar. **9.** Uvada. Trica. **10.** Pimenta. Ama. **11.** Aa. Zorra. El.

Bridge

João Fanha
fanhabridge.pt

Dador: Sul
Vul: Todos

NORTE
♠92
♥9843
♦A852
♣AQ3

OESTE
♠QJ1086
♥KJ
♦Q10
♣KJ94

ESTE
♠754
♥Q106
♦J9764
♣107

SUL
♠AK3
♥A752
♦K3
♣8652

Oeste	Norte	Este	Sul
			1♣
1♠	X	passo	2♥
passo	3♥	passo	4♥

Todos passam

Leilão: Qualquer forma de Bridge.
Carteio: Saída: Q ♠. Qual o seu plano de jogo?

Solução: Existem duas perdentes a paus e duas a trunfo e ainda o naipe de ouros por resolver. Temos de considerar que os trunfos não estão pior do que 3-2, ou então não haverá viabilidade para este contrato. A probabilidade de sucesso da passagem a paus é enorme e provavelmente eliminará uma das perdentes fulcrais nesse naipe. Resta o problema dos trunfos, onde os adversários tem as honras. É importante evitar que eles desdobrem esses trunfos em corte. Mas, por outro lado, temos de guardar dois trunfos para cortar os ouros. Como combinar todas estas considerações?

Após prender a vaza de saída com o Ás de espadas, comece por dar um golpe em branco a trunfo, jogando um pequeno trunfo de Sul e outro de Norte. Oeste fará a vaza e, por exemplo, insiste em espadas. Prenda com o Rei e jogue um pau para a Dama. Quando tudo corre sobre rodas, continue com o Ás de trunfo e pau para o Ás. Agora pode jogar ouro para o Rei, ouro para o Ás e ouro cortado. Espada cortada e ouro cortado. Se um adversário recortar, num ou noutro momento do jogo, isso será com o seu próprio sangue, dado que teria legitimamente direito a essa vaza, sobram sempre dez vazas para o nosso lado.

Considere o seguinte leilão:

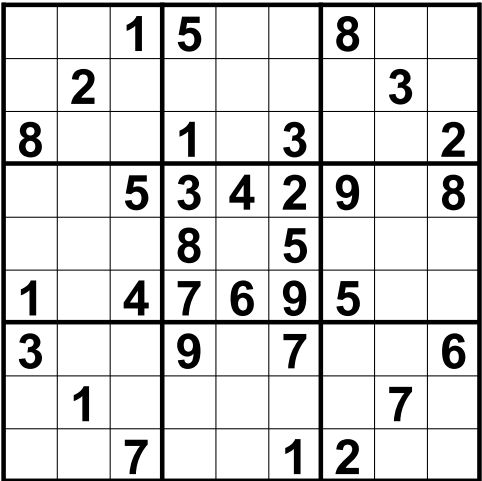
Oeste	Norte	Este	Sul
	1♣	1♠	?

O que marca em Sul com a seguinte mão?
♠6 ♥KJ73 ♦K108742 ♣J3

Resposta: Dobre. Sem força para anunciar os ouros (11 pontos pelo menos para se poder anunciar um novo naipe ao nível de dois), o importante para já é mostrar as quatro cartas de copas. Se mais tarde, não havendo *fit* a copas, marcarmos ouros, iremos mostrar cinco ou seis cartas nesse naipe e uma força compreendida entre 7 e 10 pontos.

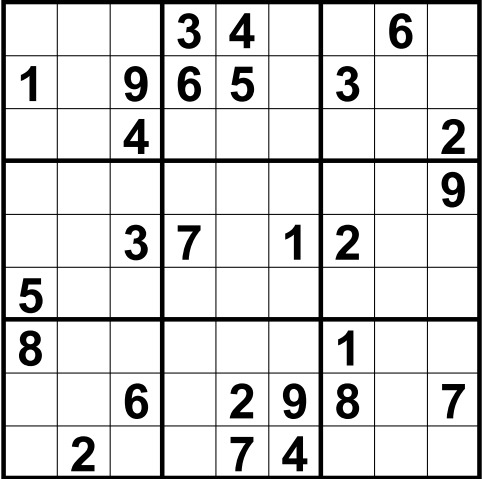
Se tem pouca experiência, ou se já não joga Bridge faz tempo, todas as segundas às 19h estarei à sua espera no Centro de Bridge de Lisboa para um torneio especial onde os iniciados são o foco das atenções. Mesmo sem parceiro, basta aparecer.

Sudoku

Problema 12.864 (Fáci)

Solução 12.862

7	2	5	1	9	3	4	8	6
4	1	6	8	2	5	9	3	7
3	8	9	7	6	4	2	5	1
5	9	1	4	8	6	7	2	3
2	4	7	3	1	9	5	6	8
8	6	3	5	7	2	1	4	9
9	3	2	6	4	7	8	1	5
6	7	8	2	5	1	3	9	4
1	5	4	9	3	8	6	7	2

Problema 12.865 (Media)

			3	4			6	
1		9	6	5		3		
		4						2
								9
		3	7		1	2		
5								
8						1		
		6		2	9	8		7
	2			7	4			

Solução 12.863

5	4	2	1	9	3	7	8	6
3	9	7	4	8	6	5	1	2
1	8	6	7	2	5	9	4	3
8	7	5	2	3	1	6	9	4
6	2	3	9	7	4	8	5	1
4	1	9	6	5	8	3	2	7
2	5	4	3	6	9	1	7	8
9	3	1	8	4	7	2	6	5
7	6	8	5	1	2	4	3	9

Guia

CINEMA

Shutter Island
TVCine Action, 17h21
O xerife Teddy Daniels (Leonardo DiCaprio) e o seu parceiro Chuck Aule (Mark Ruffalo) são enviados para o Hospital Psiquiátrico Ashecliffe para descobrir o paradeiro de Rachel Solando, uma assassina que desapareceu da sua cela. A única pista é uma folha de papel com uma pergunta indecifrável. Ninguém na instituição parece querer cooperar e há algo de particularmente misterioso com o Dr. Cawley (Ben Kingsley). Dirigido por Martin Scorsese, o filme baseia-se na obra *Paciente 67*, de Dennis Lehane.

Stronger — A Força de Viver
Hollywood, 21h30
Um drama de David Gordon Green que evoca os eventos reais de 15 de Abril de 2013, quando duas bombas explodiram durante a maratona de Boston. Jeff Bauman (interpretado por Jake Gyllenhaal) ficou gravemente ferido: ambas as pernas tiveram de ser amputadas. Depois da cirurgia, conseguiu identificar os autores do ataque, o que levou à captura dos responsáveis. Ao mesmo tempo que se tornava um herói nacional, via-se incapaz de lidar com a deficiência e o súbito mediatismo.

SÉRIE

Family Guy
Disney+, *streaming*
A plataforma acolhe a 22.ª temporada da *sitcom* de animação que mora na casa dos Griffin. O clã encarna uma sátira retorcida ao modo de vida americano, insistindo emque ver com politicamente correcto – não tivesse ela saído da mente de Seth MacFarlane, também responsável por *American Dad*, *The Cleveland Show* ou filmes como *Ted* e *Mil e Uma Maneiras de Bater as Botas*.

DOCUMENTÁRIO

A Carta: Uma Mensagem para a Nossa Terra
RTP2, 23h56
As preocupações ambientais do Papa Francisco estão em foco neste filme realizado por Nicolas Brown, em 2022. O pontífice católico regressa frequentemente a estas questões. Em 2015, expressou-as na encíclica *Laudato Si'*, a primeira na história do Vaticano dedicada em exclusivo ao ambiente. É a essa carta de apelo ao "cuidado da casa comum" que alude o título do documentário.

Televisão

Os mais vistos da TV
Segunda-feira, 9

	%	Aud.	Share
Jornal da Noite	SIC	9,6	20,0
Cacau	TVI	8,4	17,5
A Promessa	SIC	8,1	17,3
Telejornal	RTP1	7,7	16,4
Jornal Nacional	TVI	7,6	16,0

FONTE: CAEM

RTP1	10,9%
RTP2	0,7
SIC	15,6
TVI	15,5
Cabo	38,6

RTP1

6.00 Bom Dia Portugal **10.00** Praça da Alegria **12.59** Jornal da Tarde **14.23** Amor sem Igual **15.21** A Nossa Tarde **17.30** Portugal em Directo

19.07 O Preço Certo

19.59 Telejornal

21.01 Outras Histórias

21.38 Joker

22.39 Alguém Tem de o Fazer

23.34 Só Como e Bebo. Por Acaso, Trabalho! **0.34** Janela Indiscreta **1.28** Anatomia de Grey **2.13** Amor sem Igual

RTP2

6.32 Repórter África **7.00** Espaço Zig Zag **13.05** Urbanigrama **13.36** Outra Escola **14.11** O Substituto **14.59** A Fé dos Homens **15.35**Salto Mortal **16.03** Folha de Sala **16.07** Malika - A Rainha Leoa **16.57** Espaço Zig Zag **20.36** Folha de Sala **20.40** Heróis de Verde **21.30** Jornal 2

22.01 Hotel à Beira-Mar
22.51 Folha de Sala

22.59 Trabalhar para o Inimigo - Trabalhos Forçados no III Reich

23.56 A Carta: Uma Mensagem para a Nossa Terra

1.17 E2 - Escola Superior de Comunicação Social **1.40** Folha de Sala **1.44** Jantar Indiscreto **2.31** Dentro da Casa 8 **3.20** Portugal Que Dança **4.14** Folha de Sala **4.21** Lá Vamos, Cantando e Rindo **5.31** Nada Será como Dante **5.57** A Fé dos Homens

SIC

6.00 Edição da Manhã **8.10** Alô Portugal **9.40** Casa Feliz **12.59** Primeiro Jornal **14.25** Querida Filha **16.05** Linha Aberta **16.45** Júlia **18.30** Terra e Paixão

19.57 Jornal da Noite

22.10 A Promessa

22.55 Senhora do Mar

0.10 Nazaré

0.45 Papel Principal

1.05 Travessia

1.45 Passadeira Vermelha **3.05** Terra Brava

TVI

6.15 Diário da Manhã **9.55** Dois às 10 **12.58** TVI Jornal **14.00** TVI - Em Cima da Hora **14.40** A Sentença **15.55** A Herdeira **16.40** Goucha **18.20** Parada de Estrelas

19.57 Jornal Nacional

21.55 Cacau

23.05 Festa É Festa

23.55 TVI Extra

2.00 O Beijo do Escorpião

2.30 Sedução

3.20 O Princípio da Incerteza

TVCINE TOP

18.10 Sniper: Missão Secreta **19.45** Sem Remorsos **21.30** Destruído **23.00** O Sacramento do Diabo **0.30** Casa do Prazer **2.00** Insidious: A Porta Vermelha

STAR MOVIES

18.15 Django, o Último Killer **19.44** O Solitário do Nevada **21.15** Duelo de Ambições **23.24** Sem Espaço para Morrer **1.09** A Fuga de Forte Bravo **2.44** A Lenda do Negro Charley

HOLLYWOOD

19.25 Ascensão de Júpiter **21.30** Stronger - A Força de Viver **23.30** Out for Justice **1.05** O Advogado do Diabo

AXN

17.09 S.W.A.T.: Força de Intervenção **17.55** The Rookie **21.09** Hudson & Rex **22.00** Viola come il Mare **0.07** Homem-Aranha: Regresso a Casa **2.24** Viola come il Mare

STAR CHANNEL

17.05 Investigação Criminal: Los Angeles **18.47** FBI **20.24** Hawai Força Especial **22.15** FBI: International **23.03** Chicago P.D. **0.48** FBI **2.12** Sicário: Guerra de Cartéis

DISNEY CHANNEL

17.15 Miraculous - As Aventuras de Ladybug **18.30** Hamster & Gretel **19.40** Os Green na Cidade Grande **20.50** Vamos Lá, Hailey! **21.35** A Raven Voltou **22.50** Os Green na Cidade Grande

DISCOVERY

17.12 Mestres do Restauro **19.06** Aventura à Flor da Pele XL **21.00** Caçadores de Fantasmas **22.54** Segredos das Catacumbas **0.48** Caçadores de Fantasmas **2.22** A História do Universo

HISTÓRIA

17.07 Grandes Descobertas **20.07** O Inexplicável

ODISSEIA

17.47 Animais: Encontros Épicos **18.33** Serpentes Letais da África do Sul **19.23** Estranha Vida Animal **21.00** Pesca Extrema Abaixo de Zero **22.30** Tubarão: Missão Mortal **23.33** Mortos de Tanto Rir! **1.10** Pesca Extrema Abaixo de Zero

INFORMAÇÃO

Outras Histórias
RTP1, 21h01
O episódio de hoje embarca em duas viagens peculiares. Primeiro, vai *Até onde der* com Daniel Estima e Gonçalo Runa, dois amigos que se fizeram à estrada ao volante de um carro velho (o mais barato que conseguiram encontrar), com África do Sul no horizonte – *spoiler*: ficaram a meio do caminho. Segue-se uma aventura a pedalar, desenhar e fotografar, intitulada *Quando os desenhos falam* e protagonizada pelo casal Luís Simões e Anisa Subekti a bordo da sua *Bike & Sketch Tour Portugal*.

Grande Entrevista
RTP3, 23h
Nuno Melo, ministro da Defesa Nacional, é convidado pelo jornalista Vítor Gonçalves para uma entrevista em torno de questões como a valorização da carreira militar, o posicionamento face à guerra na Ucrânia e o investimento correspondente à renovação do compromisso com a NATO. A conversa virá também o seu papel na liderança do CDS-PP para o regresso do partido ao Parlamento e a um cargo de relevo no Governo.

PRÉMIOS

Video Music Awards 2024
MTV, 1h
Directo. A UBS Arena, em Nova Iorque, acolhe a entrega dos galardões em forma de astronauta que premeiam os melhores videoclips, com Megan Thee Stallion como anfitriã. Taylor Swift sai à frente na corrida, com 12 nomeações, seguida de Post Malone com 11 e de Eminem com oito. Este encarrega-se da abertura do evento, com uma actuação apoiada no álbum que lançou este ano, *The Death of Slim Shady (Coup de Grâce)*. Ao palco sobem também Anitta, LL Cool J, Shawn Mendes, Lenny Kravitz e Camila Cabello, entre outros. Uma hora e meia antes do espectáculo, a MTV entra em ligação directa à passadeira vermelha.

INFANTIL

Alice na Sua Maravilhosa Pastelaria
Disney+, *streaming*
Segunda temporada da série animada que explora o País das Maravilhas pelos olhos da pequena Alice, uma pasteleira de mão cheia graças ao livro de receitas mágico que herdou da bisavó, a Alice de Lewis Carroll.

Meteorologia

PORTUGAL

Local	Mín.	Máx.
Viana do Castelo	15º	23º
Bragança	10º	26º
Braga	12º	28º
Vila Real	10º	26º
Porto	13º	25º
Aveiro	13º	25º
Viseu	10º	31º
Guarda	11º	28º
Coimbra	12º	26º
Castelo Branco	15º	31º
Leiria	15º	22º
Santarém	16º	31º
Portalegre	14º	30º
Lisboa	17º	26º
Évora	15º	32º
Setúbal	17º	28º
Sines	16º	23º
Beja	14º	32º
Sagres	17º	20º
Faro	19º	25º

Mar: 14º 2,0m; 15º 1,8m; 18º 0,8m

Açores

Local	Mín.	Máx.
Flores	22º	24º
Terceira	20º	25º
São Miguel	20º	26º

Corvo, Graciosa, São Jorge, Faial, Pico, Ponta Delgada, Sta Maria

Mar: 25º 1,0m; 25º 1,0m; 24º 1,0m

Madeira

Local	Mín.	Máx.
Madeira (Funchal)	20º	25º
Porto Santo	20º	25º

Mar: 24º 0,8m; 24º 1,8m

MARÉS

Preia-mar / Baixa-mar — *de amanhã

Leixões	m	Cascais	m	Faro	m
08h38	2,6	08h17	2,6	08h17	2,6
14h52	1,5	14h33	1,6	14h24	1,5
21h14	2,4	20h54	2,5	20h56	2,4
03h25*	1,6	03h04*	1,7	02h53*	1,6

PRÓXIMOS DIAS PORTO

	Quinta-feira, 12	Sexta-feira, 13	Sábado, 14
Mín. / Máx.	13º / 24º	14º / 30º	13º / 28º
Índice UV	Alto	Médio	Médio
Vento	Fraco	Fraco	Fraco
Humidade	74%	53%	46%

MEDIDOR DE CO2

Mauna Loa, Havai

Partes por milhão (ppm) na atmosfera
Valores por semana

Semana de 1 Set.	422,33
Há um ano	418,64
Há dez anos	396,29
Semana de 25 Ago.	421,36
Nível de segurança	350
Nível pré-industrial	280

QUALIDADE DO AR

Portugal

- Excelente
- Razoável
- Mau
- Não é saudável
- Nada saudável
- Perigoso

Porto, Coimbra, Lisboa, Évora, Faro

SOL

Nascente 07h15
Poente 19h50

LUA

- 11 Set. 07h06
- 18 Set. 03h34
- 24 Set. 20h52
- 2 Out. 18h49

Nascente 15h26
Poente 00h18*
*de amanhã

EUROPA

Oslo, Estocolmo, Helsínquia, Talin, Riga, Copenhaga, Vilnius, Dublin, Londres, Amesterdão, Berlim, Varsóvia, Bruxelas, Praga, Paris, Viena, Budapeste, Genebra, Milão, Roma, Istambul, Madrid, Lisboa, Atenas

TEMPERATURAS ºC

	Mín.	Máx.		Mín.	Máx.
Amesterdão	8	14	Roma	20	30
Atenas	21	28	Viena	13	24
Berlim	8	16	Bissau	25	30
Bruxelas	7	15	Buenos Aires	11	16
Bucareste	17	21	Cairo	27	39
Budapeste	13	25	Caracas	21	31
Copenhaga	8	15	Cid. do Cabo	10	21
Dublin	7	14	Cid. do México	15	24
Estocolmo	10	15	Díli	22	32
Frankfurt	8	16	Hong Kong	26	34
Genebra	10	17	Jerusalém	22	32
Istambul	21	30	Los Angeles	16	32
Kiev	19	27	Luanda	21	26
Londres	8	16	Nova Deli	26	32
Madrid	16	29	Nova Iorque	17	25
Milão	17	27	Pequim	17	28
Moscovo	16	26	Praia	26	28
Oslo	8	15	Rio de Janeiro	22	33
Paris	9	16	Riga	12	22
Praga	9	20	Singapura	26	32

Fontes: AccuWeather; Instituto Hidrográfico; QualAR/Agência Portuguesa do Ambiente; NOAA-ESRL

Newey, o "malandro" das regras, vai inventar para outro lado

É o génio da F1, com invenções que mudaram a modalidade. Agora, vai tentar construir, na Aston Martin, mais um carro campeão

Adrian Newey é uma das figuras mais respeitadas no mundo da Fórmula 1 e vai passar da Red Bull para a Aston Martin

Diogo Cardoso Oliveira

No jargão popular, uma frase como "eh pá, não inventes. Vai inventar para outro lado" tem, geralmente, o sentido de esfriar os instintos de alguém que aparece com ideias mirabolantes. Na Fórmula 1, não é bem assim. Adrian Newey tem ideias mirabolantes, mas todos querem ouvi-las – e experimentá-las. Em vez de "vai inventar para outro lado", diz-se "vem inventar para aqui". E ele vai mesmo.

O engenheiro foi confirmado ontem como reforço da Aston Martin, deixando a equipa Red Bull, para a qual inventou coisas durante 18 anos. Por "coisas" entenda-se carros.

Nigel Mansell, Alain Prost, Damon Hill, Jacques Villeneuve, Mikka Hakkinen, Sebastian Vettel e Max Verstappen foram campeões do mundo em carros desenhados por Adrian Newey desde a década de 80, contando com 25 títulos na modalidade, entre pilotos e construtores.

Conhecido por querer sair dos holofotes e por dirigir elogios a todos os que trabalham consigo, mais do que recebê-los em nome próprio, Newey tornou-se alguém que divide opiniões.

Por um lado, é a figura genial e humilde na boca de quem trabalhou com ele. Por outro, é a figura especializada em encontrar falhas nos regulamentos, fazendo as restantes equipas parecerem incompetentes naquela tarefa: a de criar carros de corrida imbatíveis.

O trabalho de Newey, formado em aeronáutica e astronáutica, passa, além da genialidade aerodinâmica, de engenharia e de mecânica, por sentar-se com os regulamentos de Fórmula 1 de cada vez que eles são alterados.

Perde tempo a ignorar o que é que essas regras pretendem alcançar – o espírito delas, no fundo – e foca-se naquilo que lá está escrito, levando os regulamentos à letra. E, em geral, safa-se com isso: é um génio da aerodinâmica e do design automóvel e, em simultâneo, um "malandro" dos regulamentos. Mas já lá vamos.

Tudo começou num nariz

Para uns, ser um inovador é inventar novos conceitos e ideias. Para outros, será saber usar ideias já inventadas, mas dar-lhes um novo significado. Talvez a verdade misture um pouco das duas coisas e Adrian Newey tem sido isso em 36 anos de F1.

Fã de pôr em lápis e papel tudo o que lhe sai da cabeça, pedindo ainda hoje a ajudantes que transfiram isso para os computadores, foi Newey quem começou, em 1988, a ideia de ter o nariz e a asa dianteira dos F1 integrados, quebrando a banalidade de ter *flaps* separados e um nariz abaixo do plano da asa.

Foi também este engenheiro britânico quem foi convencendo os pilotos de que deveriam aceitar posições de condução cada vez mais reclinadas e ainda é isso que vemos actualmente na modalidade.

Foi ainda da cabeça de Newey que surgiu a revolução da suspensão activa, que em 1992 fez do Williams de Nigel Mansell campeão do mundo. Newey não inventou a ideia, mas inventou a forma de a utilizar de forma eficaz num monolugar de F1.

Newey especializou-se ainda em ser um bom leitor de regulamentos. Para muitos considerado um "malandro" das regras, o engenheiro conseguiu várias vezes encontrar zonas cinzentas nos regulamentos para os monolugares, podendo "brincar" com as medidas dos componentes, as posições em que eram colocados e até os materiais de que eram feitos.

O McLaren do fim da década de 90, conduzido por Hakkinen e Coulthard, nasceu de uma leitura criativa de um buraco nas leis – Newey pôde "brincar" com o formato do chassis do carro, mais baixo, explicando que o regulamento não tinha escrito um formato rectangular, apesar de apresentar no livro um desenho rectangular. E as especificações de profundidade obrigatória eram cumpridas com umas "orelhas" à Batman para efeitos de mera medição regulamentar.

E fez o mesmo em 1996, quando os acidentes mortais ou quase mortais na F1 proporcionaram uma regra específica para o tamanho da zona de protecção ao piloto. Estava especificado o tamanho do chassis atrás da cabeça, mas não o tamanho do apoio da cabeça – que Newey baixou ao máximo, ao contrário das outras equipas.

"As regras são regras e não há nenhuma cláusula sobre a intenção da regra", chegou a dizer Newey, respondendo às acusações de que aquele Williams estava a cumprir a letra da lei, mas não o espírito.

> "As regras são regras e não há nenhuma cláusula sobre a intenção da regra"
>
> **Adrian Newey**
> Engenheiro

Títulos na Red Bull

Na Red Bull, onde chegou em 2006, juntou a isso algumas alterações regulamentares que lhe foram favoráveis e, apesar de ter criado dois desastres de automóvel quando chegou à equipa, acabou por mostrar rapidamente o motivo pelo qual foi contratado.

Em 2009, construiu carros muito acima dos outros e começou a engordar a conta de títulos de pilotos e

MARK THOMPSON/GETTY IMAGES

construtores, com visões diferentes dos difusores duplos que eram utilizados no resto da grelha.

Newey adicionou um escape que impedia ar sujo de surgir ali, ao contrário das outras equipas. Chegou até a colocar autocolantes a fingir um escape "normal", nos dias de testes, para as outras equipas não perceberem que o escape estava noutro local.

Também foi ele quem desenhou um carro imbatível em curvas rápidas, de muito apoio aerodinâmico, em parte fruto da aposta num "chão" mais alto, já em 2021.

Salário nunca visto

Ainda assim, como qualquer génio, Newey leva a genialidade ao limite. Já vários carros criados pelo britânico tiveram problemas de fiabilidade e foram muitas vezes o pináculo da eficiência, mas um poço de problemas de fiabilidade.

Vimos, ao longo dos anos, vários motores explodirem nos carros de Newey, apesar de serem monolugares com desempenho único enquanto tudo funcionasse bem.

Foi essa fiabilidade que Newey não conseguiu alcançar no carro que vitimou Ayrton Senna em 1994, em Imola – acidente que chegou a ter o engenheiro como arguido por homicídio involuntário, do qual foi absolvido.

Na Aston Martin, Newey vai tentar ultrapassar novamente os limites: dos carros, da engenharia e da tesouraria. Vai receber mais de 30 milhões de euros em cada um dos cinco anos de contrato. Isto faz dele a terceira figura mais bem paga do circo da F1, só atrás de Max Verstappen e Lewis Hamilton. Nunca um engenheiro recebeu tanto dinheiro, mas este é diferente.

Sempre que a F1 traz mudanças consideráveis nos regulamentos, Newey vem com ideias mirabolantes. Umas vezes são desastres, outras são pedaços de genialidade que criam carros imbatíveis.

Resta saber qual das versões de Newey vai desenhar o Aston Martin para a temporada 2026, com mudanças profundas a caminho. Se for a segunda, Fernando Alonso e Lance Stroll podem começar a esfregar as mãos.

Breves

Futebol

Inglaterra ganha na Liga das Nações e está perto da Liga A

Dois jogos, duas vitórias, zero golos sofridos, quatro golos marcados, domínio dos jogos e muitos lances de perigo. Está a ser assim a Liga das Nações para a Inglaterra, que ontem derrotou a Finlândia por 2-0, depois de alguns dias antes ter batido a Irlanda por idêntico resultado e tem meio caminho andado para regressar à Liga A, a primeira divisão da Liga das Nações — a Grécia segue com os mesmos seis pontos, depois de bater a Irlanda por 2-0. Destaque ainda para o empate (2-2) entre Países Baixos e Alemanha. Reinjders, Dumfries, Kimmich e Undav fizeram os golos da partida, que deixa neerlandeses e alemães no topo com quatro pontos, mais três do que Hungria e Bósnia.

Doping

Medalhado Luís Costa com controlo positivo nos Paralímpicos

Luís Costa, que conquistou a medalha de bronze no contra-relógio de ciclismo de estrada da classe H5 dos Jogos Paralímpicos Paris 2024, teve um controlo *antidoping* positivo, informou ontem o Comité Paralímpico de Portugal (CPP). Luís Costa, de 51 anos, está "provisoriamente suspenso, estando a decorrer o prazo legal para o atleta exercer o seu direito de defesa", esclarece o CPP, acrescentando que os atletas portugueses foram controlados durante o estágio realizado na Cidade do Futebol, em Oeiras, entre 23 e 25 de Agosto, pela Autoridade Antidopagem de Portugal (ADoP).

ERIC VERHOEVEN/SOCCRATES/GETTY IMAGES

A equipa de Rui Jorge está muito perto de chegar ao Europeu sub-21

Portugal vence e fica a um empate do Euro 2025

Crónica de jogo

Jorge Miguel Matias

Triunfo sobre a Croácia deixa a selecção nacional a precisar apenas de um ponto frente a Andorra ou Ilhas Feroé

A selecção portuguesa sub-21 está quase com os dois pés na fase final do Campeonato da Europa da categoria, que será disputado em 2025, na Eslováquia, depois de ontem ter vencido a Croácia por 2-0, em jogo do grupo G da qualificação para a competição. Isto porque, ainda com dois jogos por disputar – frente a Andorra e as Ilhas Feroé –, Portugal precisa apenas de somar um ponto para garantir a presença na prova.

Na Croácia, a selecção orientada por Rui Jorge foi quase sempre melhor do que a sua opositora, mesmo depois de os croatas terem ameaçado inaugurar o marcador logo nos minutos iniciais – Gabriel Brás salvou em cima da linha de baliza.

A seguir a esse susto, Portugal pegou no jogo e, apesar de um relvado em mau estado, teve nos pés de Mateus Fernandes e Tiago Tomás a possibilidade de se colocar na frente, mas Cavlina impediu com duas enormes defesas.

A superioridade portuguesa, contudo, só teria resultados já na segunda parte, quando Tiago Tomás recebe a bola e segue até à linha de fundo, cruzou rasteiro para dentro da área croata onde surgiu Paulo Bernardo a desviar para dentro da baliza.

Na frente do marcador, Portugal viveu a sua pior fase. Baixou o ritmo, tentou controlar a vantagem mínima enquanto a Croácia foi à procura de dar a volta ao jogo. Samuel Soares foi obrigado a algumas defesas exigentes e foi só depois das substituições promovidas por Rui Jorge que a selecção nacional recuperou o controlo do jogo.

O estreante Rodrigo Mora esteve quase a oferecer a Fábio Silva a hipótese de sentenciar o encontro, mas já muito perto do minuto 90 encontrou Carlos Borges, que não perdoou, fixando o resultado final.

No final da partida, Rui Jorge não escondeu a satisfação: "Foi tudo muito bom em termos colectivos. Estou aqui para viver momentos como estes, como este segundo golo. Tem tudo o que quero no jogo: inteligência, altruísmo, capacidade técnica. É isso que me faz andar aqui."

Croácia 0

Portugal 2
Paulo Bernardo 50', Carlos Borges 89'

Jogo no Estádio Branko Cavlovic-Cavlek, em Karlovac.

Assistência Não disponível.

Croácia Cavlina, Cvijanovic (Soticek, 83'), Vuskovic, Zivkovic, Hrgovic, Vidovic (Ivanovic, 58'), Hodza, Soldo, Kacavenda (Belcar, 66'), Matkovic (Crnac, 66') e Ljubicic (Zvonarek, 58'). **Treinador** Ivica Olic.

Portugal Samuel Soares, Rodrigo Gomes, Gabriel Brás, Eduardo Quaresma, Rafael Rodrigues, Vasco Sousa, Mateus Fernandes (Rodrigo Mora, 70'), Paulo Bernardo, Gustavo Sá (Henrique Araújo, 74'), Tiago Tomás (Bernardo Folha, 70')e Fábio Silva (Carlos Borges, 80'). **Treinador** Rui Jorge.

Árbitro Eric Wattellier (França)

BARTOON LUÍS AFONSO

Temos presos a mais e não guardas a menos

Não é o fim do mundo

Pedro Adão e Silva

Há um lado entre o rocambolesco e a aparente desagregação sistémica na fuga dos reclusos de Vale dos Judeus que é motivo para preocupação. Uma fuga aparentemente bem planeada que funcionou porque as câmaras filmaram mas não estava ninguém de serviço para ver as imagens, num estabelecimento prisional sem diretor há quatro meses e que tem uma cerca elétrica desligada, pois quando é ativada o quadro da prisão salta. Sabemos também que o tempo que mediou entre a fuga e o momento em que PSP e PJ foram informadas foi estranhamente longo – três horas num caso e cinco noutro. A crer no *Correio da Manhã*, o alerta terá mesmo sido dado a um guarda prisional por um recluso. "Fugiram cinco!", exclamou.

Tendo em conta a perigosidade dos foragidos, os motivos para alarme social são justificados e compreende-se o pormenorizado interesse mediático. Em todo o caso, as fugas das prisões são eventos incomuns e que não dizem muito sobre a criminalidade ou sobre a situação das prisões. No caso português, há mesmo, a este respeito, um estranho paradoxo: somos um país com níveis de criminalidade baixos e com taxas de encarceramento altas, sem qualquer evidência de um nexo de causalidade entre uma coisa e outra.

Portugal é sistematicamente um dos países europeus com menor índice de crimes por habitante, considerando a criminalidade geral e a violenta e grave. O último Relatório Anual de Segurança Interna dá nota de um ligeiro acréscimo da criminalidade, mas isso não impede que ocupemos o sétimo lugar no ranking de países mais seguros do mundo. Não há muitos rankings em que o país se posicione tão bem.

O retrato é distinto se olharmos para a situação das prisões. Segundo os últimos dados, temos 121 presos por cada cem mil habitantes (um valor alto, ao nível da Europa do Leste). Depois de, em 2015, termos atingido um pico de 139 presos por cem mil habitantes, a situação entretanto melhorou substancialmente, consequência da medida excecional de libertação de presos durante a covid-19 e, agora, com o indulto aquando da visita do Papa Francisco. Hoje, a taxa de ocupação das nossas prisões é de 90%, correspondendo a uma tendência de descida sistemática.

PAULO PIMENTA

> **Entre os 47 países do Conselho da Europa, temos o valor mais elevado para a duração média de penas de prisão**

Mas há problemas que persistem: infraestruturas prisionais degradadas, com poucas respostas promotoras da reinserção e uma aparente escassez de guardas prisionais (o rácio de guardas por recluso tem-se deteriorado: há 15 anos, tínhamos 2,48 reclusos para cada guarda; em 2023, essa relação aumentou para 2,99). Sintomaticamente, nos últimos dias, o sindicato dos guardas prisionais aproveitou para alertar para a falta de guardas. Compreende-se a reivindicação sindical, contudo o problema do país não está propriamente nos guardas prisionais a menos, mas, sim, em termos demasiados presos, designadamente considerando os nossos níveis de criminalidade.

A este respeito e num país pouco habituado a liderar, há um indicador em que nos destacamos: entre os 47 países do Conselho da Europa, temos o valor mais elevado para a duração média de penas de prisão, com uns notáveis 30 meses (a média é de 12). Por isso, quando se voltar a falar da tão propalada reforma da justiça, para além da morosidade, do papel do Ministério Público e do financiamento do sistema, reflita-se sobre esta excentricidade nacional que são as penas longas. Talvez esteja aí, afinal, o principal fator estrutural a pressionar a gestão das prisões.

Colunista